

**Relatório sobre a Avaliação
do Fator Património
Arqueológico, Architectónico e Etnográfico
do Estudo de Impacte Ambiental
de Dois Túneis de Drenagem de Lisboa**



**Fernando Robles Henriques
Mário Monteiro**

Março de 2017

FICHA TÉCNICA

Projecto	Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental de Dois Túneis de Drenagem de Lisboa
Fase	Estudo Prévio
Autoria do Relatório	IPA - Inovação e Projectos em Ambiente, Lda. / EMERITA
Processo DGPC	2016/1(249) (C.S:154784)
Concelho (freguesias)	Lisboa (diversas)
Equipa	Equipa: Fernando Jorge Robles Henriques* e Mário Jorge M. Monteiro* Pesquisa documental: Mário Monteiro e Fernando Jorge Robles Henriques. Relatório: Fernando Jorge Robles Henriques e Mário Monteiro. *arqueólogo
Metodologia	Área de Estudo (AE) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA): corresponde à área de incidência do Projecto e à zona de enquadramento tal como se definem seguidamente. Área de incidência directa do projecto (AI): corresponde ao eixo dos traçados do Projecto, abrangendo uma largura de 50m centrados no eixo dos traçados, que serão objecto de prospecção sistemática. Zona de Enquadramento (ZE): corresponde a corredores com 250m de largura centrados no eixo dos traçados, onde incide a pesquisa documental e o reconhecimento de ocorrências.

ABREVIATURAS

AE - Área de Estudo do projecto

AI – Área de Incidência directa do projecto

Cç. - Calçada

CMP – Carta Militar de Portugal

CGP – Carta Geológica de Portugal

CIP – Conjunto de Interesse Público

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

EIA – Estudo de Impacte Ambiental

EV – Em Vias de Classificação

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IIP – Imóvel de Interesse Público

Ind. – Indeterminado

IM – Interesse Municipal

Km – quilometro

Lg. - Largo

m – metro

MIP – Monumento de Interesse Público

MN – Monumento Nacional

nº - número

Oc. - Ocorrência

Pç. - Praça

PDM - Plano Director Municipal

R. - Rua

Tv. - Travessa

ZE – Zona Envolvente da área de incidência do projecto

ZEP – Zona Especial de Protecção

ZP – Zona de Protecção

ÍNDICE

1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

1.1 INTRODUÇÃO

1.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Quadro 1.2.1 - Síntese da Pesquisa Documental

1.2.1 RESUMO HISTÓRICO

1.2.2 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

1.2.3 PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

Quadro 1.2.2a (TMSA2) - Síntese das Ocorrências Identificadas na Pesquisa Documental

Quadro 1.2.2b (TCB4) - Síntese das Ocorrências Identificadas na Pesquisa Documental

1.3 TRABALHO DE CAMPO

Quadro 1.3a (TMSA2) - Síntese dos Resultados Obtidos no Trabalho de Campo

Quadro 1.3b (TCB4) - Síntese dos Resultados Obtidos no Trabalho de Campo

2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quadro 2.1 - Síntese Geral da Avaliação de Impactes no Descritor Património Cultural

2.2 SOLUÇÃO BASE

Quadro 2.2.1 - Síntese da Avaliação de Impactes na Solução Base, Troço A

2.2.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

2.2.2 FASE DE EXPLORAÇÃO

2.2.3 FASE DE DESACTIVAÇÃO

3. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

3.1 Considerações Iniciais

3.2 Medidas de Carácter Geral

Quadro 3.1 - Síntese geral das medidas de minimização no descritor Património

3.3 Solução Base - Medidas Específicas

3.3.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

3.3.2 FASE DE CONSTRUÇÃO

3.3.3 FASE DE EXPLORAÇÃO

Quadro 3.2 - Medidas de minimização (Conceitos)

4. LACUNAS TÉCNICAS OU DE CONHECIMENTO

5. PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

5.1 Fase de Construção

5.2 Fase de Exploração

6. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

7. ANEXOS

1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

1.1 INTRODUÇÃO

O vertente descritor foi realizado no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto referente a duas intervenções estruturais previstas no *Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030*, nomeadamente o túneis de drenagem de *Monsanto a Santa Apolónia* e *Chelas ao Beato*, com cerca de 5km e 1.5 km de extensão, respectivamente (Figuras 1 e 2).

A intervenção dos túneis, além do seu traçado em profundidade, inclui ainda movimentações à superfície. No sistema de Alcântara, para a execução do túnel Monsanto-Santa Marta-Santa Apolónia (TMSA2) prevê-se a construção, ao longo da extensão, de vários poços de ligação. No âmbito deste estudo serão assim considerados, para além da obra de entrada na ligação ao Caneiro de Alcântara, em Campolide, os poços de ligação na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua de Santa Marta, bem como na Avenida Almirante Reis, junto ao cruzamento desta com a Travessa do Maldonado. O traçado do túnel inclui ainda, na zona de Santa Apolónia, um troço executado em vala a céu aberto, com cerca de 200 m, que corresponde ao trecho final do traçado (foto 1). Este trecho final do traçado dispõe de uma solução alternativa (4RS / Câmara Municipal de Lisboa, 2017).



Foto 1. Túnel Monsanto-Santa Marta-Santa Apolónia. Local próximo do troço (cerca de 200m) a ser executado em vala a céu aberto.

A obra será realizada, maioritariamente, com recurso a tuneladora, contemplando um trecho final com construção em vala (**foto 1**). Construído, sobretudo, em profundidade, atingirá profundidades superiores a 70m. O diâmetro da galeria será de 5.5 m, passando a constituir uma secção retangular na parte final do trajecto, em Santa Apolónia, sobre o Metro. Alargará progressivamente em altura e em largura até à descarga final no rio Tejo, atingindo 28m de largura neste local.

No Sistema de Chelas, atendendo à proposta base, além do traçado do túnel *Chelas-Beato* (TCB4) em profundidade (cerca de 1.0 km), as intervenções contemplam ainda a obra de desvio dos Caneiros a montante, em Chelas, e um troço em vala a jusante, no Beato, com cerca de 300 m. Desta forma, a análise incidirá, também, nestes dois locais correspondentes à localização das intervenções a montante (obra de desvio dos caneiros) e jusante (troço em vala). O projecto dispõe de quatro soluções de traçado alternativo, variando a extensão do troço de jusante consoante a alternativa. Assume, aproximadamente, 1.5 km de extensão, sendo cerca de 1.0 km executado por tuneladora e o restante trecho executado em vala aberta (intervenções a montante e jusante). A intervenção ocorre maioritariamente em profundidade, atingindo profundidades de mais de 50 m. Está previsto um diâmetro interno de 5.5 m e uma inclinação de cerca de 0.5% em toda a sua extensão. As alternativas iniciam-se no mesmo local, em Chelas, desviando depois o percurso, de forma a conduzir a descarga em zonas opcionais. A extensão do troço realizado em vala, a jusante, varia também com a solução seleccionada (4RS / Câmara Municipal de Lisboa, 2017).



Foto 2. Túnel Chelas - Beato. Local próximo da desembocadura.

O Projecto insere-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa, no distrito e concelho de Lisboa, abrangendo as freguesias de Campolide, Avenida Novas, Santo António, Arroios, São Vicente e Santa Maria Maior. Relativamente à geologia a área de estudo encontra-se percorre terrenos de aluvião, do Quaternário, e/ou aterros, nomeadamente a zona ribeirinha próxima do Rio Tejo. As restantes áreas abrangem terrenos correspondentes ao Complexo Vulcânico de Lisboa, Calcários com rudistas da Formação da Bica e calcários, margas, arenitos e dolomitos da Formação de Caneças. O Largo do Intendente, em Arroios, caracteriza-se pela presença de *argilas azuis do Forno de Tejolo (...)* a totalidade deste horizonte é constituída por argilas, margas e grés finos, argilosos e micáceos, de tons escuros, com raras intercalações de Molasso. Esta realidade geológica, na margem Norte do Tejo, tem cerca de 30m de espessura (ZBYSZEWSKI, 1963).

A Área de Estudo do TMSA2 corresponde a um corredor com cerca 5500m de comprimento no sentido Sudeste – Noroeste, a partir da área ribeirinha do Tejo, e 250m de largura. O TCB4 compreende um traçado de prospecção com 1500m de extensão e 250m de largura. Desenvolve-se com uma orientação aproximada Oeste – Este.

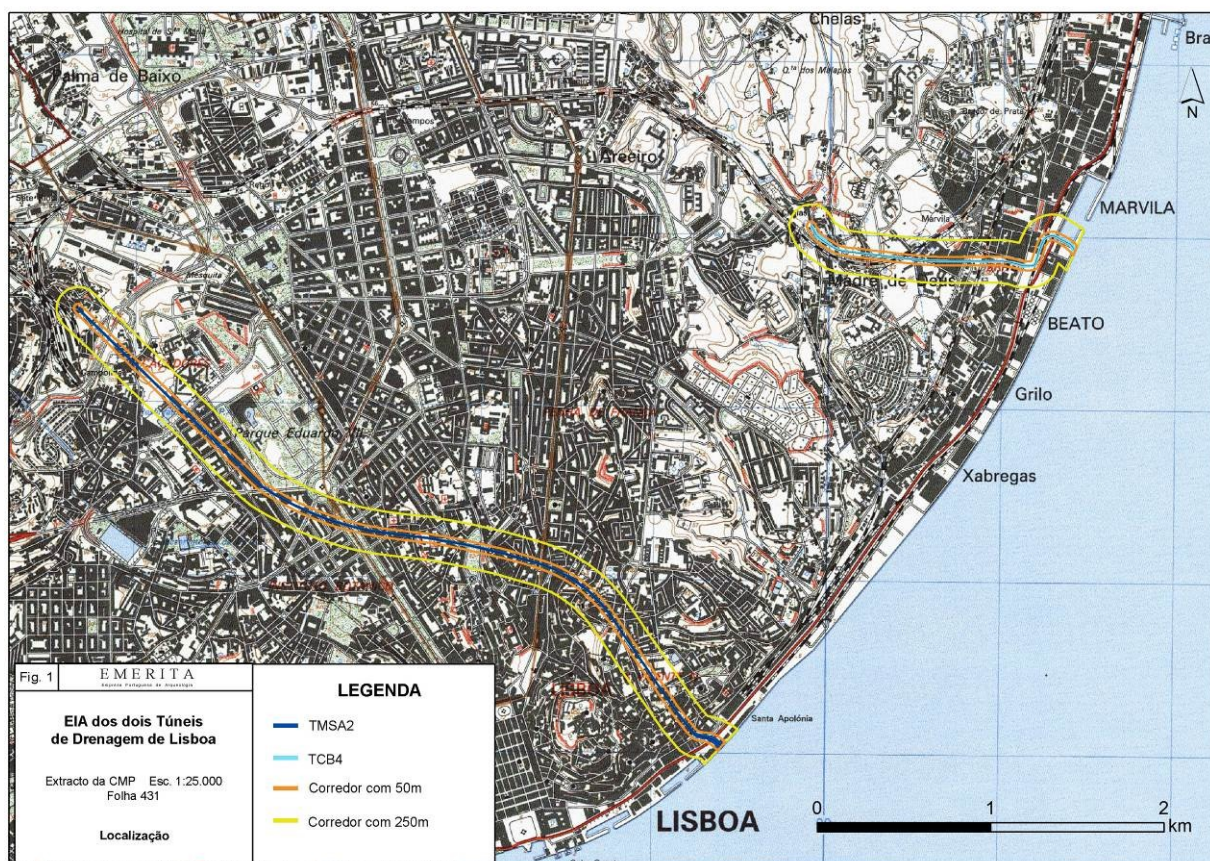


Figura 1. Localização dos traçados sobre extrato da Carta Militar de Portugal.

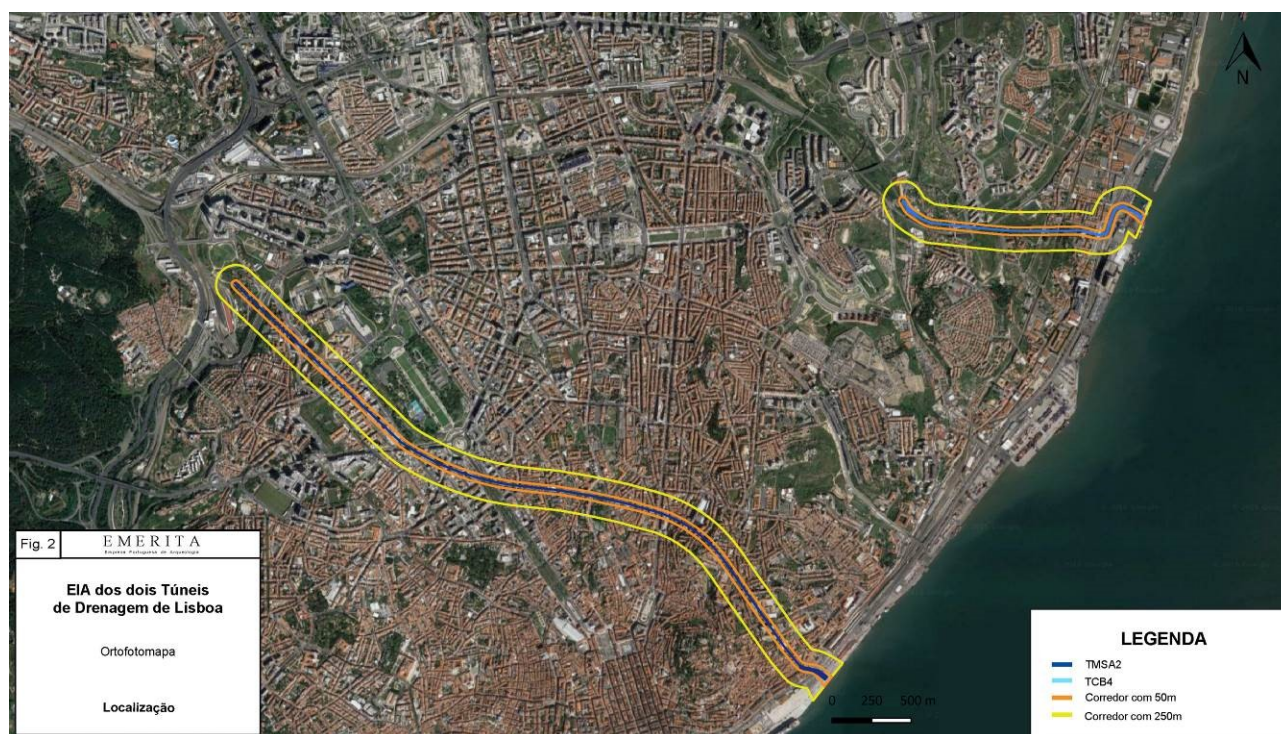


Figura 2. Localização dos traçados em ortofotomapa.

1.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Para a elaboração da Situação de Referência executou-se uma pesquisa documental das preexistências patrimoniais registadas num conjunto variado de fontes de informação (**Quadro 1.2.1**), consideradas relevantes para a caracterização deste descritor na AE do projecto, nomeadamente bibliografia especializada, cartografia, bases de dados de organismos públicos e da autarquia local, instrumentos de planeamento e *sites na internet*.

Foi consultada antiga e recente cartografia militar, corográfica, geológica, entre outras, com o objectivo de conhecer as características do terreno, as diferentes ocupações e toponímia da AE. Relativamente à cartografia antiga destaca-se a *Carta Topográfica de Lisboa* de Filipe Folque, executada entre 1856-1858.

A consulta bibliográfica foi selectiva incidindo em obras de âmbito geral, que permitissem adquirir uma noção geral do devir histórico da cidade de Lisboa. O objectivo da consulta foi fazer uma pesquisa que permitisse identificar o património arqueológico e arquitectónico existente na AE, obter dados sobre estes e suas localizações.

Foi ainda consultada cartografia com o património classificado na AE, cedida pela Direcção Regional de do Património Cultural, tendo sido o estudo complementado com a consulta do *site* da DGPC.

Foi consultada documentação referente aos dados que constam no Inventário Municipal do Património, Plantas e anexo do Regulamento do PDM de 1994, bem como os Bens com Valor Patrimonial Identificados no Âmbito da Revisão do PDM de 2004, em ambos os casos obtidos através de uma listagem com o património existente na área de estudo cedida pela Câmara Municipal de Lisboa.

Relativamente ao PDM de Lisboa, conclui-se que AE encontra-se parcialmente abrangida por Área, com Potencial Valor Arqueológico, classificadas com Níveis 1, 2 e 3 de Intervenção (Figura 3), classificação que impõe a obrigatoriedade de Acompanhamento Arqueológico (consultar PDM de Lisboa, 1994, Título III, Artigo 15º do respectivo Regulamento).



Figura 3. Níveis de intervenção arqueológica nos traçados, sobre ortofoto.

As ocorrências identificadas com base na pesquisa acima explicitada foram seccionadas em Património Arqueológico e Património Arquitectónico, encontrando-se caracterizadas no **Quadro 1.2.2 (a e b)**. Os Nº de Ocorrência utilizados no quadro correspondem aos das Figuras no Anexo Cartográfico.

Quadro 1.2.1 - Síntese da Pesquisa Documental

Fontes de informação	Resultados
Lista de imóveis classificados (IPPAR)	No decurso da investigação preliminar, identificaram-se oito Monumentos Nacionais, cinco Monumentos de Interesse Público, quinze Imóveis de Interesse Público, dois Imóveis em Vias de Classificação, dois Conjuntos de Interesse Público e uma Zona Especial de Protecção associada ao Troço de Campolide do Aqueduto das Águas Livres.
Bases de dados de sítios arqueológicos (DGPC - Endovélico)	Encontra-se referenciado um Sítio Arqueológico na área de estudo (Oc. 26a).
Inventário do Património Arquitectónico (DGEMN)	Apenas permitiu obter dados mais concretos em relação a algumas ocorrências, não acrescentando novas referências na área de Estudo.
Instrumentos de planeamento	de Plano Director Municipal, 1994: Relativamente à quantidade de ocorrências identificadas, o “Inventário Municipal do Património” demonstrou ser a mais completa Fonte de Informação. Contudo, não fornece qualquer descrição ou informação para além da identificação, morada e classificação, pelo que a consulta de outras fontes é fundamental. Identificaram-se cento e cinco Imóveis Não Classificados, mas integrados no Inventário Municipal. O PDM inclui delimitação de Áreas de Interesse Histórico e Áreas de Potencial Arqueológico. Plano Director Municipal, Revisão de 2004: Documento de regulamentação, acrescentou cento e cinco ocorrências na Área de Estudo. Os restantes planos consultados não acrescentam novas ocorrências na Área de Estudo.
Cartografia	Carta Militar de Portugal. (CMP). Não contempla ocorrências de interesse patrimonial na AE. Carta Geológica de Portugal. Não contempla ocorrências de interesse patrimonial na AE.
Bibliografia	Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858 (VIEGAS; TOJAL, 2000). Permite ter uma boa noção das alterações na ocupação do solo desde 1856. A restante bibliografia consultada não acrescenta novas ocorrências na Área de Estudo.
Contactos com instituições e investigadores	Estabeleceu-se contacto com os serviços centrais da DGPC, tendo sido fornecida cartografia e listagem dos sítios na AE existentes na base de dados georreferenciados.

1.2.1 RESUMO HISTÓRICO

Como referido anteriormente, o Projecto insere-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa, no distrito e concelho de Lisboa, atravessando as freguesias de Campolide, Avenida Novas, Santo António, Arroios, São Vicente e Santa Maria Maior..

No território que hoje constitui a freguesia de Campolide, são conhecidos vestígios de ocupação humana desde os alvares da Pré-História. Várias estações arqueológicas estão referenciadas na área de Campolide, desde o Paleolítico Inferior (Alto da Serafina, Calçada dos Mestres, Casal do Sola, Terras do Pita, Santana, Rabicha) ao Neolítico e Calcolítico (Sete Moinhos, Vila Pouca). A maioria dessas estações está hoje destruída, e o seu espólio está disperso pelos museus Nacional de Arqueologia, dos Serviços Geológicos, e da Cidade. Durante a construção do túnel do Rossio (do lado de Campolide chamado da Rabicha) encontraram-se duas galerias para exploração de sílex, matéria-prima essencial para o fabrico de armas e utensílios, antes da generalização do uso dos metais. Dos períodos Romano e Visigótico não são conhecidos vestígios em Campolide e a presença muçulmana só pode ser atestada pelo topónimo. O arabista David Lopes demonstrou que Campolide significa “campo de Olide”, sendo Olide nome árabe de homem, referenciado na documentação medieval desde o séc. IX e que está presente noutros topónimos, como por ex. Povolide (póvoa de Olide) e Valhadolide (cidade de Olide). A julgar pelas mais antigas referências conhecidas (sécs. XII e XIII), a evolução da palavra terá ocorrido da seguinte forma: Campoliti> Campolidi> Campolide. Outras explicações foram apresentadas por Duarte Nunes de Leão (séc. XVI), que considerava ser o “campo em que os da lide estavam alojados” durante o cerco de Lisboa pelos castelhanos, em 1384 (porém há quem diga que este campo de lides se referia a garraíadas, enquanto outros se referem a amanho de terra e outros ainda a escaramuças com invasores); e por Júlio de Castilho, para quem teria origem num campo dos “lites” (nome dado aos escravos libertos pelos Godos) e que estes teriam sido os colonizadores desta área. No entanto, Norberto de Araújo, autor de “Peregrinações em Lisboa” põe de parte estas explicações, porque já em 1147, o cruzado Osberno se referia à zona de Santos por “Campolet” ou “Campolit”, e em 1211 se referia que o Rei D. Afonso II possuía “duas véneas in Campolide” (<http://www.jf-campolide.pt>).

A Freguesia de Santo António resulta da agregação de três freguesias lisboetas: S. José, Coração de Jesus e, com origem em 1247, São Mamede. S. José surge apenas em 1567, consequência de um aumento populacional originado por um clima económico favorável ao crescimento populacional.

O Destricto desta Freguesia era antigamente da Paroquia de Santa Justa; & crescendo depois os moradores destes destrictos, que erão campos, hortas, & algumas quintas, & não podendo da Igreja de Santa Justa acodirse a administração dos Sacramentos, sem grande discomodo dos Parocos daquela Freguesia (...) Começa esta Freguesia no postigo de Santo André, & chega até a quinta da Fonte do Louro. As ruas de que consta, são toda a calçada de Santo André, rua da Oliveyra, Olarias, que tem muytas ruas, calçadas, & travessas; a rua do Boy feroso com suas travessas, o muro novo, o forno do tijolo, & estrada da Penha de França da parte esquerda, & as quintas da mesma parte até a Fonte do Louro. A rua acima da Igreja até o lugar de Arroyos, calçada de Alvalade até o arco do Cego, rua do Sol com as quintas, que ficão na estrada da Charneca até os lagares del-Rey, & as que ficão na estrada de Sacavem até a Fonte do Louro. A Bemposta, aonde se fundou o Palacio, em que viveo alguns annos a Senhora D. Catharina, Rainha da Gram Bretanha, & nelle faleceo, deyxando hum magnifica Capella com doze Capellães, com oyntenta mil reis de renda cada hum, & obrigação de Coro, & Missa cantada todos os dias. Tem mais junto deste Palacio o dos Condes de Pombeyro, & muytas casa nobres. A rua da Carreyra dos cavallos da parte do Palacio da [418] Senhora Rainha pertence a esta Freguesia, & da outra banda que he a esquerda, he da Freguesia de N. Senhora da Pena.

Padre António Carvalho da Costa (séc. XVIII)

Corografia Portuguesa

TRATADO VIII. Da Comarca do Campo de Lisboa. Da Paroquia dos Anjos.

O topónimo Arroios invoca os numerosos cursos de água que ali existiram. Estes terrenos ficaram marcados pela ribeira de Arroios (ou regueirão dos Anjos), divididos pela colina de Santana, com solos férteis de hortas, prados, olivais e vinha, constituíram elementos comuns a este território, com um povoamento e crescimento urbano semelhantes: ***Destacando-se da Freguesia de Santa Justa, surgia em 1553 a nova freguesia dos Anjos, orago de uma ermida existente junto ao regueirão. Era uma freguesia que se estendia por um vale, na base três colinas que se sucediam: Monte de S. Gens (Senhora do Monte), Monte Agudo e Penha de França. De características rurais, estava recheada de pequenas quintas e casas agrícolas, beneficiando de um regueirão alimentado pelos Arroios que existiam um pouco mais acima e***

pela água das nascentes das Fontainhas (cerca de onde hoje é o Largo de Santa Bárbara). Aí, uma área inundada deu origem ao topónimo da Charca. A Azinhaga da Charca subi as encostas até Sapadores (pelo que é hoje a Rua Angelina Vidal, em homenagem à jornalista e publicista republicana), cruzando-se com o Caminho do Forno do Tijolo, primeiro, e o caminho do Monte Agudo (actual Heliodoro Salgado, outro jornalista republicano), que ligava à Penha de França.

Revista da Câmara Municipal de Lisboa

(n.º 74, Dezembro de 2009)

Ainda que de ocupação antiga, não foi possível assinalar dados relevantes anteriores ao séc. XVIII. Actualmente, os importantes cursos de água encontram-se *disciplinados* em caneiros subterrâneos que atravessam a zona. A ribeira de Arroios tinha já em período histórico o seu curso junto à colina do castelo. Com a ribeira de Valverde (Av. da Liberdade), constituía uma das linhas de água que convergiam com o denominado Esteiro da Baixa. *É dos sítios mais trilhados e rumorosos de Lisboa moderna* – nota de Augusto Vieira da Silva a Lisboa Antiga de Júlio de Castilho (1937, vol. IX, 251) – *queixa-se o autor de que por ali passavam “a toda a hora, inumeráveis pessoas a pé, cavalo, em burro, em tilbury, em coupé, em dog-cart, em calèche, em landau, para o campo, e para todos aqueles hoje povoadíssimos arrabaldes. Além disso, passam todos os carretos que por aquela banda vêm abastecer os mercados da capital, todos os leiteiros, todos os hortelões, todas as lavadeiras, todos os moleiros, todos os almocreves, do termo dos lados do norte”.* Desapareceu o chafariz (em 1824), e a fábrica de cerâmica Viúva Lamego, fundada em 1849 por António da Costa Lamego, proprietário de terrenos naquela zona e que ali construiu uma olaria. A fábrica prosperou e em 1865 o proprietário revestiu a fachada com os azulejos. Por morte do proprietário a Fábrica passou à viúva tomando então o nome comercial de “Viúva Lamego” (<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/qca/?id=986>).



Rua da Palma. Data desconhecida (<http://www.jf-santamariamaior.pt/lisboa-antiga.html>).

A freguesia de Santa Maria Maior encontra-se relacionada com a Sé de Lisboa, inicialmente denominada Igreja de Santa Maria Maior, mandada erigir em 1150 por D. Afonso Henriques, três anos após ter conquistado Lisboa aos Mouros. As duas primeiras freguesias de que há notícia, após a reconquista da cidade, são S. Vicente e Santa Maria dos Mártires, locais onde os cruzados acamparam e fizeram cemitérios durante o cerco, daí a designação “mártires”.

S. Vicente é delimitado a norte pelo monte de S. Gens, local onde D. Afonso Henriques instalou o acampamento das forças portuguesas durante o cerco dos soldados alemães, frísios e flamengos, no ano de 1147. Na Idade Média esteve aqui instalada a Universidade ou Estudo Geral.

Tem esta Freguesia de S. Vicente quatrocentos vizinhos, & mil, & quinhentas pessoas, que se dividem pelas ruas seguintes. O adro da Igreja, a travessa das Bruxas, o arco de S. Vicente, a rua de S. Vicente, o adro de Santo Estevão, a Cruz do Mão, o Marco salgado, a rua do Loureyro, a Alfugeyra, a rua do Tijolo, a adro de Santa Marinha, a rua das Escolas geraes, a Cruz de Santa Elena, o beco dos Biguinos, o Outeyro da Amendoeyra.

TRATADO VIII. Da Comarca do Campo de Lisboa. Da Parochia de S. Vicente de fóra & fundação deste Convento.

Situada entre o Aeroporto e o rio Tejo, Marvila apresenta grandes contrastes, com estreitas azinhagas e largas avenidas, a par das recentes experiências arquitetónicas, de pequenas hortas e de moderníssimas instalações industriais. Criada em 1959, a freguesia faz remontar o povoamento do seu território a tempos pré-históricos. A comprová-lo está a descoberta de uma placa de xisto ornamentada, com cerca de 5000 anos, encontrada na quinta da Farinheira. Do período romano, encontram-se algumas lápides, bem como um friso de sarcófago, datado do século III. Em Poço de Cortes apareceu uma necrópole lusitano-romana, onde foram recolhidas uma lápide, três aras votivas e outros materiais da época. Também a presença visigoda deixou as suas marcas, especialmente na zona do Vale de Chelas, nomeadamente no convento, onde foram encontrados motivos hispano-godos, que terão pertencido a pilares ou frisos de um templo. Dois anos após a conquista de Lisboa, D. Afonso Henriques doou à Mitra de Lisboa todas as rendas e terras de Marvila que possuíam mesquitas dos mouros. Essa herdade de grande extensão, foi dividida em duas partes pelo Bispo de Lisboa, D. Gilberto, em 1150. De uma das metades resultaram 31 courelas que o prelado entregou aos cônegos da Sé e que, a partir do século XV deram origem às muitas quintas de Marvila. Até essa altura foram muitas as instituições que aqui tiveram propriedades: Mitra de Lisboa, Mosteiros de Chelas, de S. Vicente de Fora e de Santa Cruz de Coimbra, Ordens do Templo, do Hospital e de Santiago, para além de alguns particulares. Esta zona de Lisboa concentrou durante décadas a atividade portuária e industrial. Contudo, esta proletarização é relativamente recente. O fumo das fábricas esconde vestígios de outro tipo de ocupação, a da aristocracia que aqui habitou nos séculos XVII e XVIII, a par de algumas ordens conventuais. Após o terramoto de 1755, muitas quintas nobres são abandonadas e surgem nos seus terrenos as duas primeiras fábricas, ambas dedicadas à estampanaria de chita (1785 e 1786). Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, e a inauguração da linha férrea em 1856, a industrialização progride e assim se manterá até aos anos 50 do século XX. Em Marvila ainda abundam sinais desse tempo, como a Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, a Abel Pereira da Fonseca, entre outras (www.jf-marvila.pt/).

1.2.2 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

A pesquisa de base documental teve como finalidade adquirir conhecimento sobre a presença humana na área de estudo e sua envolvente mais próxima. Na zona de incidência não são conhecidos vestígios arqueológicos. Desde sempre que a existência de cursos de água e de matéria-prima foram factores determinantes para a circulação e fixação do homem, sendo inquestionável o potencial arqueológico da zona ribeirinha do Rio Tejo. Comprovadamente, é no topo e encostas sobranceiras ao encaixe de linhas de água que, naturalmente, os testemunhos materiais se encontrarão preservados. Apesar de não se conhecerem testemunhos da ocupação antiga na AE, existirão, seguramente, vestígios ocultos sob a malha urbana.

Em 2016, a Empresa de Arqueologia *Arqueohoje* realizou sondagens arqueológicas no parque de estacionamento da EMEL, confinado pela Rua do Museu da Artilharia, Beco do Belo, Beco do Surra e Ermida da Boa Nova (Oc. 26a; **Quadro 1.2.1**). Resultou na identificação de um troço da Cerca Fernandina. A ocupação no local medeia entre o período de construção da estrutura defensiva, no final do séc. XIV, e ocupações mais recentes do terramoto de 1755. Posteriormente, nova campanha de trabalho revelou um paredão portuário oitocentista.

O crescimento da cidade e consequente urbanização intensa terá contribuído, certamente, para a destruição parcial ou total de eventuais sítios arqueológicos.

1.2.3 PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

Em Lisboa, a época entre 1870 e 1930 caracterizou-se fundamentalmente por uma grande expansão da cidade e pela criação de áreas urbanísticas de grande dimensão, em que se inclui por exemplo a Av. da Liberdade, quer pelo aumento da altura das construções, como é o caso dos edifícios localizados na Baixa, que passaram a ter mais um ou dois andares "suplementares", bem nítidos pela existência de diferentes beirais em vários edifícios.



Avenida da Liberdade. Data indeterminada (<http://www.jf-santamariamaior.pt/lisboa-antiga.html>)

Paralelamente, a proximidade ao rio determinou a implantação de diversas infraestruturas, essencialmente ao longo do séc. XVIII: mas é apenas entre finais do século XVIII e inícios do XIX que a frente ribeirinha de Lisboa regista, “numa extensão razoável, mais de duas dezenas de estaleiros e muitos armazéns”, e, a partir de meados / finais do século XIX as várias propostas de melhoramento do porto de Lisboa incluem as duas margens como um todo portuário desde a Torre de Belém até ao Beato e desde a Trafaria até Cacilhas (Blot, 2003).

A zona das *Avenidas Novas* reflecte a expansão urbanística na direcção Norte de finais do século XIX / primeira metade do século XX. Surgem novos bairros com moradias unifamiliares e imóveis de rendimento, ocupados por uma classe média, média-alta e alta em expansão. Os novos bairros, de ruas largas, logradouros ajardinados e homogéneos no desenho das fachadas, foram numa fase inicial erguidos ao gosto de uma arquitetura eclética e vagamente *Arte Nova*.

Arroios define-se como zona de edifícios residenciais e mistos, construídos no período que se inicia antes de 1919 e decorre até 1970, com maior intensidade entre 1919 e 1945. Os edifícios têm vários pisos e compõem-se de alojamentos de dimensão média a grande, tanto pelo número de divisões como pela área. Os alojamentos são sobretudo arrendados mas fica perto o número dos que têm proprietário ocupante.

Devido ao elevado número de património arquitectónico na AE optou-se por desenvolver neste capítulo apenas o grau de protecção atribuído. Os dados da situação de referência estão representados no **Quadro 1.2.2**. No levantamento efectuado foram identificadas 140 ocorrências de categoria arquitectónica (Figuras 4 e 5) estando abrangidas por classificação as seguintes:

Monumento Nacional (MN) – sete ocorrências, com os n.ºs 3, 16, 18, 25, 26-26a, 28 e 31;

Imóvel de Interesse Público (IIP) – quinze ocorrências, com os n.ºs 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 29 e 30;

Em Vias de Classificação (EV) – duas ocorrências, com os n.ºs 4 e 13;

Monumento de Interesse Público (MIP) – seis ocorrências, com os n.ºs 2, 5, 7, 8, 27 e 32;

Conjunto de Interesse Público (CIP) – duas ocorrências, com os n.ºs 6 e 23;

Zona Especial de Protecção (ZEP) – uma ocorrência, com o n.º 1;

Interesse Municipal (IP) – uma ocorrência, com o n.º 65.

Todos o imóveis Classificados e Em Vias de Classificação encontram-se também integrados no PDM de Lisboa de 2012. As ocorrências no Inventário Municipal do Património do Plano Director Municipal de Lisboa (bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis), 2012.

De um total de 140 ocorrências que constituem a situação de referência, 128 localizam-se na área de estudo do TMSA2 (Quadro 1.2.2a - Oc. 1 a 30 e 42 a 139) e 12 localizam-se no TCB4 (Quadro 1.2.2b - Oc. 31 a 41).

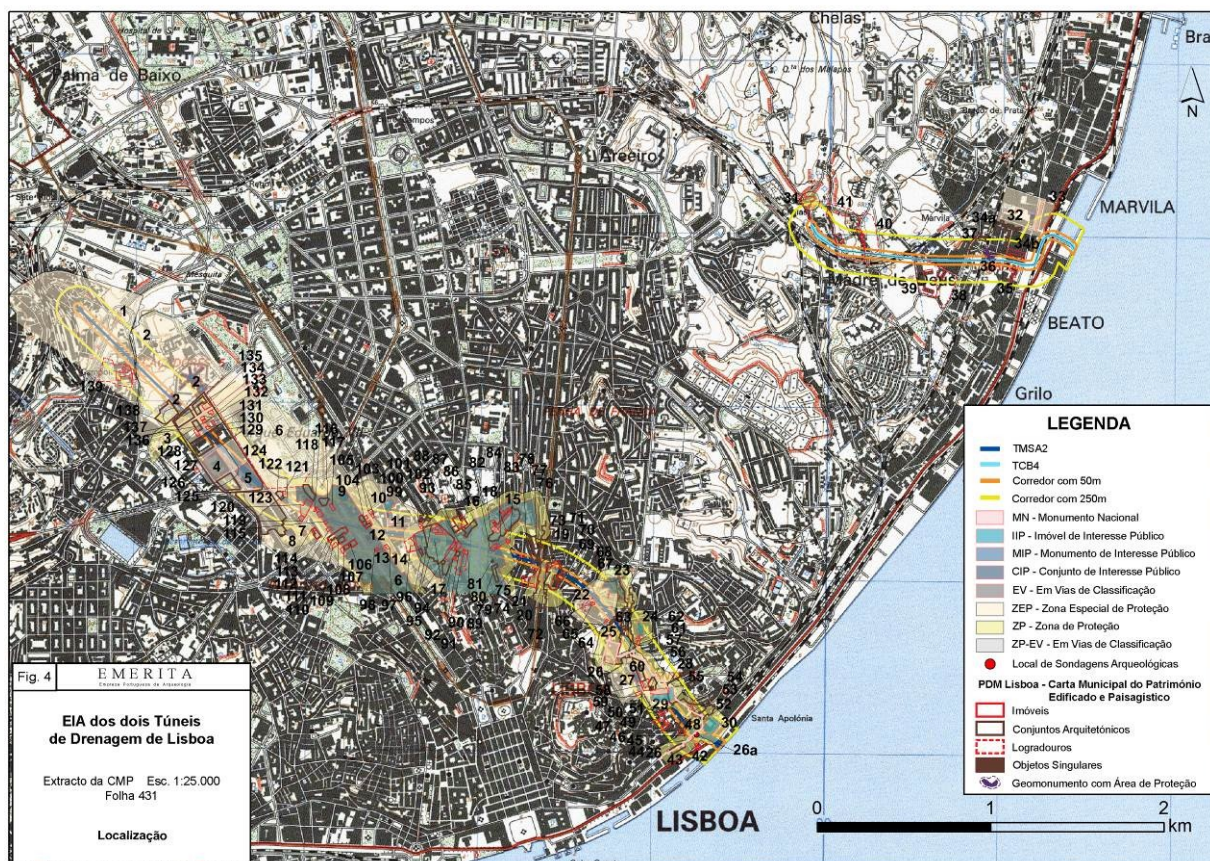


Figura 4. Localização dos traçados e Ocorrências sobre extrato da Carta Militar de Portugal.



Figura 5. Localização dos traçados e Ocorrências sobre ortofoto.

Quadro 1.2.2a - Síntese das Ocorrências Identificadas na Pesquisa Documental (TMSA2)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
1	AI + ZE	Campolide	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Oeiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Architectónico	5	ZEP - Zona Especial de Protecção: Portaria n.º 1092/95, DR I Série-B, n.º 206, de 6-9-1995 (troço entre Campolide e a Av Eng.º Duarte Pacheco)	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012GESPAR, CNS 16218; PDM, 26.24; VIEGAS, 2000, folha 47	"O Aqueduto das Águas Livres é uma das maiores obras de engenharia construídas em território nacional, e a que maior impacto teve na história moderna do país, instituindo-se o troço sobre a ribeira de Alcântara (unanimemente considerado uma obra-prima de arquitectura e engenharia do século XVIII), ou a Mãe de Água, nas Amoreiras, como marcas inconfundíveis de Lisboa. No entanto esta imensa obra de abastecimento à capital ficou muito a dever às áreas limítrofes a Norte, onde se realizaram várias captações de água. O aqueduto dispersa-se por cinco concelhos actuais, desenvolvendo-se ao longo de mais de 18 Km. A sua construção foi determinada por alvará régio de 1731, sendo encarregue dos trabalhos o arquitecto António Canevari, afastado escassos meses depois, quando D. João V nomeou uma comissão de direcção composta por Manuel da Maia, Azevedo Fortes e José da Silva Pais. Logo no ano seguinte o monarca entregou a obra a Manuel da Maia, que esteve apenas três anos à frente do estaleiro, passando este a ser comandado, em 1736, por Custódio Vieira. Estas sucessivas incertezas retardaram consideravelmente os trabalhos, mas a direcção de Vieira mostrou-se sólida e o projecto pôde finalmente avançar, a ele se devendo o troço de Alcântara. No final da década de 40, já sob a direcção de Carlos Mardel, a água chegou finalmente a Lisboa, construindo-se então o arco comemorativo das Amoreiras. Nas décadas seguintes o sistema de abastecimento foi alargado através da construção de pontos de captação e da edificação de fontes dispersas pela cidade. Nos reinados de D. José e de D. Maria o aqueduto adquiriu genericamente a forma actual de cadeia labirintica e complexa de condução de águas, que só no concelho de Lisboa abrange as freguesias de Benfica, São Domingos de Benfica, Campolide, São Sebastião da Pedreira, Santo Condestável, Prazeres, Santa Isabel, Lapa, Santos-o-Velho, São Mamede e Mercês.. No actual concelho de Sintra (freguesias de

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									<i>Almargem do Bispo, Casal de Cambra, Belas, Agualva-Cacém e Queluz) localizam-se as fontes mais longínquas, em particular na zona florestal de Vale de Lobo. Daqui, através de um troço que percorria várias quintas, junta-se ao complexo de Belas. A abundância de águas subterrâneas em Belas motivou a construção de diversas captações e quatro ramais de ligação ao principal, sendo a partir da mítica fonte da Água Livre, já mencionada no século XII, que o sistema adquiriu o seu nome." (DGPC)</i>
2	AI + ZE	Campolide	Cadeia Penitenciária de Lisboa	Contemporâneo	Cadeia / Architectónico	4	MIP - Monumento de Interesse Público: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior); com ZEP - Zona Especial de Protecção, conforme Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior), Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012 (sem restrições)	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"A construção da Cadeia Penitenciária de Lisboa principiou em 1873, na sequência da Reforma Penal e de Prisões de 1867, que determinava a criação de três cadeias penitenciárias em Portugal. A de Lisboa teria 500 celas para condenados do sexo masculino, ficando então situada nos arredores da cidade. Os primeiros presos do actual Estabelecimento Prisional de Lisboa chegaram em 1895. A estrutura, concebida de acordo com as teorias mais visionárias da época para o alojamento e vigilância de populações reclusas, segue o sistema panóptico radial. A planta não é circular, mas sim em estrela, sendo esta constituída por seis alas de quatro pisos, voltadas para um corredor central que permite a vigilância de cada ala. Os restantes edifícios do perímetro são de construção posterior. Exteriormente, o conjunto oitocentista exhibe uma gramática decorativa neo-medievalista, com ameias, vãos ogivais e sucessão de torreões, simbolicamente adequada à sua função, mas curiosamente desfasada em relação à modernidade das concepções que serviram o projecto." (DGPC)</i>
3	AI + ZE	Avenidas Novas	Aqueduto das Águas Livres,	Contemporâneo	Aqueduto/ Architectónico	5	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 5/2002, DR, I	DGPC, Atlas do Património	<i>"O Aqueduto das Águas Livres é uma das maiores obras de engenharia construídas em território nacional, e a que maior impacto teve na história moderna do país,</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Oeiras e Sintra)				Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 (alargou a classificação do Decreto de 1910 que classificava apenas o Aqueduto das Águas Livres, compreendendo a Mãe de Água, em Lisboa)	Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>instituindo-se o troço sobre a ribeira de Alcântara (unanimemente considerado uma obra-prima de arquitectura e engenharia do século XVIII), ou a Mãe de Água, nas Amoreiras, como marcas inconfundíveis de Lisboa. No entanto esta imensa obra de abastecimento à capital ficou muito a dever às áreas limítrofes a Norte, onde se realizaram várias captações de água. O aqueduto dispersa-se por cinco concelhos actuais, desenvolvendo-se ao longo de mais de 18 Km. A sua construção foi determinada por alvará régio de 1731, sendo encarregue dos trabalhos o arquitecto António Canevari, afastado escassos meses depois, quando D. João V nomeou uma comissão de direcção composta por Manuel da Maia, Azevedo Fortes e José da Silva Pais. Logo no ano seguinte o monarca entregou a obra a Manuel da Maia, que esteve apenas três anos à frente do estaleiro, passando este a ser comandado, em 1736, por Custódio Vieira. Estas sucessivas incertezas retardaram consideravelmente os trabalhos, mas a direcção de Vieira mostrou-se sólida e o projecto pôde finalmente avançar, a ele se devendo o troço de Alcântara. No final da década de 40, já sob a direcção de Carlos Mardel, a água chegou finalmente a Lisboa, construindo-se então o arco comemorativo das Amoreiras. Nas décadas seguintes o sistema de abastecimento foi alargado através da construção de pontos de captação e da edificação de fontes dispersas pela cidade. Nos reinados de D. José e de D. Maria o aqueduto adquiriu genericamente a forma actual de cadeia labiríntica e complexa de condução de águas, que só no concelho de Lisboa abrange as freguesias de Benfica, São Domingos de Benfica, Campolide, São Sebastião da Pedreira, Santo Condestável, Prazeres, Santa Isabel, Lapa, Santos-o-Velho, São Mamede e Mercês.. No actual concelho de Sintra (freguesias de Almargem do Bispo, Casal de Cambra, Belas, Agualva-Cacém e Queluz) localizam-se as fontes mais longínquas, em particular na zona florestal de Vale de Lobo. Daqui, através de um troço que percorria várias quintas, junta-se ao complexo de Belas. A abundância de águas subterrâneas em Belas motivou a construção de diversas captações e quatro ramais de ligação ao principal, sendo a partir da mítica</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									<i>fonte da Água Livre, já mencionada no século XII, que o sistema adquiriu o seu nome." (DGPC)</i>
4	ZE	Avenidas Novas	Antigo Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	3	EV - Em Vias de Classificação: Anúncio n.º 77/2016, DR, 2.ª série, n.º 39, de 25-02-2016; abrangido pela ZEO do Hotel Ritz	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"1844-1906 - denominado Escola Maria Pia; 1906-1919 - denominado Liceu Maria Pia; 1913 - criação de uma Comissão para a construção do novo edifício, constituída por Sebastião da Costa Cabral Sacadura, Inspector de Sanidade Escolar, Alberto Óscar dos Santos Machado, reitor do Liceu Passos Manuel, Caetano José Pinto e Diogo Albino de Sá Vargas, professores no local e o arquitecto Miguel Ventura Terra; data do projecto, da autoria de Miguel Ventura Terra (1866-1919); 1914, 29 Outubro - Caetano Pinto anuncia que se comprara o terreno à Câmara Municipal de Lisboa; 1915, Agosto - o edifício achava-se em construção; 1921 - conclusão da primeira fase de construção do edifício, após sucessivas paragens por falta de verbas; 1919 - passa a designar-se Liceu Central de Garrett; 1926 - passa a designar-se Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho; 1930, Julho - construção da segunda fase do edifício, pelo arquitecto António Couto, que introduziu alterações ao projecto inicial; 1933-1934 - inauguração do liceu feminino, ainda com algumas obras em curso; a primeira reitora foi Maria Baptista dos Santos Guardiola; 1974 - passa a designar-se como Escola Secundária de Maria Amália Vaz de Carvalho; 2016, 25 fevereiro - é aberto o procedimento de classificação do Antigo Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho, incluindo o património móvel integrado, em Anúncio n.º 77/2016, DR, 2.ª série, n.º 39." (IHRU)</i>
5	AI + ZE	Avenidas Novas	Hotel Ritz	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	3	MIP - Monumento de Interesse Público: Portaria n.º 740-CJ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012, com ZEP	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"AO Hotel Ritz, embora inaugurado em 1952, é ainda hoje a imagem mais emblemática da hotelaria de luxo em Lisboa. A sua construção veio colmatar a falta de uma infra-estrutura do género na capital do país, que estivesse pelo menos ao nível do Reid's do Funchal e do Palace Hotel do Buçaco, e foi programada a nível governamental. Constituiu-se para o efeito uma Sociedade de Investimentos Imobiliários, da qual faziam parte empresários investidores como Manuel Queiroz Pereira ou o banqueiro Ricardo Espírito Santo, que negociaram o nome do hotel</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									com a luxuosa cadeia Charles Ritz e entregaram o projecto arquitectónico a Porfírio Pardal Monteiro. Embora Pardal Monteiro tenha morrido antes da conclusão dos trabalhos, este último projecto viria a tornar-se uma das suas obras mais emblemáticas, apresentando soluções totalmente novas dentro do discurso estético deste prestigiado arquitecto do modernismo português.. O edifício foi erguido num ponto privilegiado da cidade, numa zona central sobranceira ao Parque Eduardo VII, proporcionando amplas panorâmicas de Lisboa e do rio Tejo. A sua localização permite um rápido acesso à Baixa, ao aeroporto e à auto-estrada para Cascais, a única que existia na época. A sua monumentalidade, absolutamente excepcional no momento da sua construção, permanece marcante no contexto arquitectónico lisboeta. A importância do projecto, tanto a nível do interesse central (estando na época o pelouro do Turismo na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros) como a nível da sociedade promotora ou do próprio Pardal Monteiro, fica patente também na extensa lista de nomes do panorama artístico português que participaram na sua realização. Artistas plásticos como Almada Negreiros, Jorge Vieira, Lagoa Henriques, Querubim Lapa, Sara Afonso, Carlos Botelho ou Jorge Barradas, entre outros, realizaram obras para o hotel, sendo de realçar a harmonia resultante desta diversidade de colaborações. Não foram poupadas despesas em relação aos materiais construtivos ou à decoração, que incluía mobiliário fornecido pela Fundação Ricardo Espírito Santo, tapeçarias fabricadas em Bruxelas, candelabros de cristal austríacos, portas em mogno americano, fachadas integralmente revestidas a mármore e janelas com vidros duplos, estes produzidos em série pela primeira vez em Portugal. Georges Marquet, então presidente da cadeia Les Grands Hotels Européens, foi o responsável pelo projecto de hotelaria. O edifício principal, onde ficam os 290 quartos do hotel, estrutura-se como um grande paralelepípedo de arestas marcadas e linhas puras, com cobertura em terraço, evidenciando claramente a influência do modernismo internacional. As fachadas são quase integralmente vazadas por janelas com varandas rectangulares muito

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									<i>profundas, dando-lhes o aspecto de uma imensa grelha quadriculada rica em jogos de luz e sombra, e reforçando a tendência geométrica do projecto. A cobertura é em terraço, aproveitando as vistas sobre a cidade que a implantação proporciona. O corpo principal assenta num edifício de dois pisos, que aproveita o desnivelamento do terreno, e dá acesso a um terraço inferior ajardinado, com um largo espelho d'água rectangular. Uma das características arquitectónicas mais marcantes do conjunto é, de resto, a forma como este edifício baixo, destinado ao restaurante e a diversos serviços, funciona como plataforma de apoio do grande paralelepípedo dos quartos, através de imponentes pilares de sustentação. Esta relação fica bem evidente em algumas perspectivas do conjunto, que não foram prejudicadas pela ampliação posterior do projecto realizada pelo arquitecto Leonardo Castro Freire, autor das galerias comerciais projectadas sobre a Av. Joaquim António de Aguiar e a Rua Castilho."DGPC)</i>
6	AI + ZE	Avenidas Novas, Santo António	Avenida da Liberdade e ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico/ Arquitectónico	4	CIP - Conjunto de Interesse Público: Portaria n.º 385/2013, DR, 2.ª série, n.º 115, de 18-06-2013 (com restrições); com ZEP, conforme Portaria n.º 529/96, DR, 1.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU	<i>"No início dos anos 70, do século XX, as concepções arquitectónicas em vigor norteavam-se fortemente por uma ideia de planeamento urbano, fruto não só de um crescimento económico e de turismo, como também de um aumento das necessidades habitacionais de uma periferia em crescimento, aglutinada em torno de Lisboa. Dentro do núcleo citadino lisboeta, numerosos edifícios de habitação, comércio e indústria reflectem um "boom" de especulação urbana. Entra-se na era dos edifícios para o sector terciário, e é neste contexto que o atelier de Teotónio Pereira, com colaboração de Nuno Portas, projecta e concretiza o Edifício "Franjinhas", entre 1969 e 1971. Possui um lado experimental resultante da exploração das capacidades expressivas do betão, já realizada pelo atelier na década anterior. O elemento mais marcante da linguagem arquitectónica eleita é, sem dúvida, o diálogo inovador entre a espacialidade interior e exterior (fortemente impressa nas franjas da fachada), que denota uma forte influência da arquitectura de Turim de finais dos anos 60. Na mesma altura surge o vizinho Castil, do atelier Conceição Silva, compondo com o primeiro o conjunto dos mais bem conseguidos</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									<i>edifícios de que então vieram ocupar a área em torno do Marquês de Pombal. Em ambos se ensaiam novas relações entre a rua e os espaços comerciais dos primeiros pisos, conseguindo-se isto no "Franjinhas" através da criação de um segundo passeio, a vários níveis, que transporta a rua para o interior do edifício. Este recebeu o Prémio Valmor de 1971." (DGPC)</i>
7	ZE	Santo António	Edifício "Franjinhas"	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	3	MIP - Monumento de Interesse Público: Portaria n.º 587/2011, DR, 2.ª série, n.º 118, de 21-06-2011; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU	<i>"No início dos anos 70, do século XX, as concepções architectónicas em vigor norteavam-se fortemente por uma ideia de planeamento urbano, fruto não só de um crescimento económico e de turismo, como também de um aumento das necessidades habitacionais de uma periferia em crescimento, aglutinada em torno de Lisboa. Dentro do núcleo citadino lisboeta, numerosos edifícios de habitação, comércio e indústria reflectem um "boom" de especulação urbana. Entra-se na era dos edifícios para o sector terciário, e é neste contexto que o atelier de Teotónio Pereira, com colaboração de Nuno Portas, projecta e concretiza o Edifício "Franjinhas", entre 1969 e 1971. Possui um lado experimental resultante da exploração das capacidades expressivas do betão, já realizada pelo atelier na década anterior. O elemento mais marcante da linguagem architectónica eleita é, sem dúvida, o diálogo inovador entre a espacialidade interior e exterior (fortemente impressa nas franjas da fachada), que denota uma forte influência da arquitectura de Turim de finais dos anos 60. Na mesma altura surge o vizinho Castil, do atelier Conceição Silva, compondo com o primeiro o conjunto dos mais bem conseguidos edifícios de que então vieram ocupar a área em torno do Marquês de Pombal. Em ambos se ensaiam novas relações entre a rua e os espaços comerciais dos primeiros pisos, conseguindo-se isto no "Franjinhas" através da criação de um segundo passeio, a vários níveis, que transporta a rua para o interior do edifício. Este recebeu o Prémio Valmor de 1971." (DGPC)</i>
8	ZE	Santo António	Edifício "Castil"	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	3	MIP - Monumento de Interesse Público: Portaria	DGPC, Atlas do Património	<i>"No início dos anos 70, do século XX, as concepções architectónicas em vigor norteavam-se fortemente por uma ideia de planeamento urbano, fruto não só de um</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
							n.º 587/2011, DR, 2.ª Série, n.º 118 , de 21-06-2011; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996	Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>crescimento económico e de turismo, como também de um aumento das necessidades habitacionais de uma periferia em crescimento, aglutinada em torno de Lisboa. Dentro do núcleo citadino lisboeta, numerosos edifícios de habitação, comércio e indústria reflectem um "boom" de especulação urbana. Entra-se na era dos edifícios para o sector terciário, e é neste contexto que é projectado o Edifício Castil (1970-72), com risco do atelier Conceição Silva (do arquitecto Francisco da Conceição Silva), no qual também participa o arquitecto Tomás Taveira. Como primeiro grande centro comercial de Lisboa, afirma o seu carácter pioneiro em termos de uma concepção arquitectónica na qual se destaca o diálogo entre o uso do vidro (que cobre a fachada do edifício) com linhas que acentuam a forte verticalidade estrutural. Na mesma altura surge o vizinho Edifício "Franjinha" de Nuno Teotónio Pereira, compondo com o primeiro o conjunto dos mais bem conseguidos edifícios de que então vieram ocupar a área em torno do Marquês de Pombal. Em ambos se ensaiam novas relações entre a rua e os espaços comerciais dos primeiros pisos, fazendo-se isto no Castil através da criação de uma praça interna de acesso às lojas, com três pisos de montras iluminadas voltadas para a Rua Braancamp."(DGPC)</i>
9	ZE	Santo António	Edifício do Diário de Notícias	Contemporâneo	Edifício Arquitectónico /	3	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"Da autoria do arquitecto Porfírio Pardo Monteiro, esta construção singular foi o primeiro edifício moderno da principal avenida de Lisboa e a primeira obra arquitectónica a ser projectada de raiz para um jornal, entre nós. De planta rectangular, com cave e seis pisos, este edifício possui no interior diversos pátios que lhe concedem um ritmo muito específico e peculiar: trata-se de uma solução construtiva de um edifício misto (indústria-escritórios) com uma frente claramente urbana. A sua fachada é totalmente revestida a pedra aparelhada, demonstrando o seu corpo mais alto uma forma de torre facetada, rasgada por janelas e finalizada pela presença de um motivo luminoso conseguido pelo seu prisma hexagonal. O primeiro piso deste imóvel encontra-se rasgado por duas portas coroadas por palas,</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
							1996		<i>possuindo os restantes registos janelas simples rodeadas por um conjunto de pilares e molduras, terminando todos eles num terraço coberto, tipo alpendre. Não obstante, a fachada posterior deste edifício é mais elevada que as restantes caixas murárias, encimados por uma grade, enquanto que a do primeiro o é por uma cornija arquivada. De referir ainda a existência de uma fachada tardoz, concebida em linguagem mais depurada, funcionalmente destinada aos serviços de tipografia. Relativamente ao seu património integrado, são dignos de menção os frescos assinados por Almada Negreiros - "Grande Planisfério" e "Quatro alegorias a Portugal e à Imprensa" - existentes no seu interior, tanto na zona do hall como no seu vestíbulo principal. De referir, ainda, o facto deste edifício ter merecido o Prémio Valmor, em 1940.."(DGPC)</i>
10	ZE	Santo António	Palácio dos Condes de Redondo	Moderno	Palácio / Arquitectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"De arquitectura barroca, o palácio não sofreu danos significativos com o terramoto de 1755, e conheceu diversos proprietários, o último dos quais a Universidade Autónoma de Lisboa, a funcionar no seu interior desde a década de 80 do séc. XX. De planta rectangular, com quatro alas ladeando um pátio de igual formato (que concede ao conjunto uma volumetria paralelepípedica), cobertura de telhados de uma e duas águas, a fachada principal é composta de sete corpos contíguos delimitados por pilastras toscanas na qual surgem duas ordens de vinte e duas janelas, sendo as do andar nobre de sacada com guardas de ferro forjado e encimadas por cornija. De mencionar será, ainda, o portal emoldurado em cantaria e coroadado por um friso com triglifos, sobre o qual apresenta-se um frontão triangular interrompido no vértice. Transpondo-se este mesmo portal, acede-se ao pátio interior, a partir do qual se podem observar os quatro alçados internos do edifício, constituídos por dois pisos com seis janelas iguais às do alçado principal, e no centro do qual existe uma cisterna. De realçar serão, ainda, alguns dos elementos decorativos localizados no espaço interno deste palácio, como no caso da escadaria localizada ao fundo do pátio interior, assim como algumas das salas caracterizadas</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									<i>pelos tectos apainelados e estuques pintados." (DGPC)</i>
11	ZE	Santo António	Antiga Igreja do Convento de Santa Marta	Moderno	Igreja / Architectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 35 532, DG, I Série, n.º 55, de 15-03-1946; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"De arquitectura predominantemente barroca e construída entre os sécs. XVII e XVIII, este templo sofreu de forma bastante significativa com o terramoto de 1755, tendo sido transformado em hospital após a sua desafecção na sequência da lei de desamortização de 1834, tendo sido alvo de obras de adaptação com vista à instalação do Ministério da Saúde e da sede da Ordem dos Médicos no seu interior. Possuindo planta longitudinal rectangular e coberta por telhado a duas águas, a fachada principal destaca-se por ser precedida de dois lanços de escadas que conduzem ao patamar que antecede o portal. Este, encontra-se rodeado por pilastras e coroado por frontão triangular interrompido pela presença de um plinto que suporta uma cruz. Quatro janelões bastante profundos rasgam toda a fachada principal, acima do mencionado portal, que se encontram apartados uns dos outros por intermédio de contrafortes. De nave única, coberta por abóbada de berço, a capela-mor desta igreja conventual possui cobertura em abóbada de aresta. No referente aos elementos decorativos e ao património integrado, haverá que mencionar a existência de um primitivo revestimento de azulejos seiscentistas, executados em tons de azul, amarelo e castanho, e observáveis no muro do lado da Epístola. Os muros laterais da nave possuem, por sua vez, diversos arcos de volta inteira assentes sobre pilastras toscanas, que abrem para antigas capelas. De realçar, será, ainda, a existência, ao fundo do primitivo coro baixo, da actual capela do Hospital (de planta rectangular e coberta por abóbada abatida), que apresenta penetrações laterais triangulares com os vértices assentes em misulas, além de encontrar-se completamente decorada com grutescos e motivos vegetalistas. Revestidos de painéis de azulejos seiscentistas do tipo tapete encontram-se também os seus muros." (DGPC)</i>
12	ZE	Santo António	Prédio na Avenida da Liberdade, 226	Contemporâneo	Edifício /	3	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º	DGPC, Atlas do Património	<i>"Iniciada a construção em 1891, a sua característica arquitectura romântica insere-se perfeitamente no denominado estilo neo-árabe, embora denuncie outras fontes</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			e 228 / Palacete Conceição e Silva		Arquitectónico		735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996	Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>de inspiração, patenteadas na eclética e vasta gramática decorativa, observável, por exemplo, ao nível dos estuques pintados ou trabalhados, bem como dos vitrais, cuja iconografia inclui elementos geometrizarantes e figurações humanas, todos assinados e datados. De planta rectangular, este antigo palacete possui quatro registos, cave e três corpos. Ao nível do primeiro destes registos verificamos a existência de duas portas nos dois corpos laterais, ambas com arco em ferradura e aliz decorado, tendo ao centro janelas com molduras de diferente tipologia. Quanto ao segundo registo, constata-se a existência de janelas com arco em ferradura, encontrando-se algumas assentes em colunas. Por fim, no terceiro registo, as portas são de sacada em arco trilobado e em ferradura, todas com alizes decorados e apoiados de forma similar. Relativamente ao quarto registo, o corpo central forma uma espécie de torre, vazado por um arco redondo de consideráveis dimensões e encimada por uma platibanda perfeita de merlões escalonados. Os dois corpos laterais, por seu lado, finalizam numa espécie de área amansardada, com janelão redondo e saliente, emoldurado em cantaria." (DGPC)</i>
13	ZE	Santo António	Prédios geminados da Avenida da Liberdade, 206 a 208, e Rua Rodrigues Sampaio, 27 a 35	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	2	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura); Anúncio n.º 219/2016, DR, 2.ª série, n.º 198, de 14-10-2016; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"1912 / 1915 - construção de edifício, conforme projeto de Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1962); 1915 - o imóvel recebe o Prémio Valmor relativo a esse ano, sendo seu proprietário Domingos Joaquim da Silva - Visconde de Salreu. Planta rectangular, de volumetria paralelepípedica, com seis pisos, e cobertura telhada a duas águas. O alçado principal, a poente, apresenta vãos com um ritmo regular, totalmente revestido com placagem de cantaria, organizando-se em seis pisos, e apresenta pano de muro compartimentado em cinco corpos, dos quais se distinguem os corpos intermédios, proeminentes. O piso térreo, ocupado por áreas comerciais, regista abertura de vãos correspondentes a portas inscritas em arcos de volta perfeita, uma por corpo; excepto no corpo central, com tripla arcaria de volta perfeita e de menor vão, onde se localiza, a eixo, a porta principal do edifício, ladeada a sul por janela de peito. No primeiro andar, separado por frisos de cantaria,</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
							1996		<i>observam-se janelas de peito retangulares com verga esculpida e guarda metálica, com destaque para as janelas localizadas nos corpos intermédios, inscritas em alpendres em cantaria, a partir dos quais se desenvolve módulo saliente - animado por composições escultóricas relevadas em cantaria - correspondente nos pisos superiores a varandas fechadas. Nos andares seguintes dos corpos extremos e central, sucedem, no alinhamento dos vãos descritos, janelas de peito inscritas em arcos de volta perfeita acentuados por arquivoltas e com guarda metálica sobre parapeito suportado por mísulas. Destaca-se o tratamento das fenestraçãoes dos quarto e quinto pisos do corpo a eixo, aqui transformadas em janelas de sacada com varanda comum e diferente inserção arquitetónica. Acede-se ao interior do edifício através de pequeno átrio que precede a escadaria conducente aos fogos e à caixa de elevador: de planta rectangular, exhibe muros e tecto plano com ornamentação em estuque de carácter vegetalista, destacam-se dois bustos femininos afrontados de tratamento Arte Nova, e friso com pintura decorativa, de temática floral. A compartimentação interna (três apartamentos duplex), organiza-se em torno da escada, desenvolvida em lanços rectos, reconhecendo-se a zona social (ao longo do alçado principal) e de serviços no piso inferior de cada apartamento e a zona íntima no andar superior. " (IHRU)</i>
14	ZE	Santo António	Prédio na Rua de Santa Marta, 19	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	2	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"De arquitectura ecléctica de finais de setecentos e princípios de oitocentos, com elementos barrocos e neoclássicos, este edifício de planta rectangular possui dois pisos e águas furtadas, sendo coberto por telhado a duas águas. No piso térreo é de destacar a porta de vão rectangular e verga curva rodeada pelas entradas e vitrines de duas lojas, como decoração similar, ou seja, emolduramento em cantaria e encimadas com entablamento, sobrepujado por um motivo compósito perfeito de conchas. No primeiro piso haverá que realçar a existência de quatro janelas que dão para uma varanda corrida em forma ondulada - típica da cómoda "bombé" do estilo Luís XIV -, com gradeamento decorado em ferro forjado e suportada por uma mísula</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
							Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996		<i>central. Por sua vez, ao nível do segundo piso, verifica-se que as quatro janelas são de sacada com molduras, abrindo para uma varanda corrida pouco profunda, com o mesmo tipo de gradeamento das do piso inferior, e assente em oito mísulas. Finalmente, o prédio encontra-se encimado por uma cimalha que suporta um varandim idêntico aos anteriormente referidos." (DGPC)</i>
15	AI + ZE	Santo António; Arroios	Campo dos Mártires da Pátria, também denominado «Campo Santana», incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco	Moderno	Conjunto Architectónico / Architectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>"Em inícios do século XVI, o Campo Mártires da Pátria era conhecido como Campo do Curral, uma vez que era neste espaço aberto, situado num dos pontos altos da cidade, que se efectuava o abate de gado para abastecer a cidade de Lisboa. Com a construção de uma ermida nesse planalto, a área passou a denominar-se Campo de Santana, em alusão à padroeira do pequeno templo. Rodeado por palacetes e dominado pelo edifício da antiga Escola Médico-Cirúrgica, o campo foi sendo utilizado para diversos fins, nomeadamente a partir do início do século XIX, em que a cidade se estendia para lá da Baixa. Em 1831, era inaugurada no extremo do planalto uma praça de touros em madeira, demolida em 1891. Entre 1835 e 1882, o campo de Santana albergou também a Feira da Ladra da cidade, que posteriormente se instalaria no Campo de Santa Clara. Somente em 1880, o espaço passou a designar-se como Campo dos Mártires da Pátria, em homenagem ao General Gomes Freire de Andrade e seus companheiros, conjurados que tentaram derrubar o governo do Marechal Beresford, tendo sido enforcados neste local em 1817. Em 1895, quatro anos depois de ter sido demolida a praça de touros, o planalto de Santana foi transformado num jardim, que se estende num hexágono irregular, entre o Largo do Mitelo e o Torel. Num dos extremos da praça, frente à antiga Escola Médico-Cirúrgica, foi edificado em 1907 um monumento com a estátua do Dr. Sousa Martins, da autoria de Costa Mota (tio). " (DGPC)</i>
16	AI + ZE	Arroios	Aqueduto das Águas Livres, seus afluente e	Contemporâneo	Aqueduto / Architectónico	5	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em	<i>"O Aqueduto das Águas Livres é uma das maiores obras de engenharia construídas em território nacional, e a que maior impacto teve na história moderna do país, instituindo-se o troço sobre a ribeira de Alcântara (unanimemente considerado uma</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Oeiras e Sintra)				2002 (alargou a classificação do Decreto de 1910 que classificava apenas o Aqueduto das Águas Livres, compreendendo a Mãe de Água, em Lisboa)	Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	<i>obra-prima de arquitectura e engenharia do século XVIII), ou a Mãe de Água, nas Amoreiras, como marcas inconfundíveis de Lisboa. No entanto esta imensa obra de abastecimento à capital ficou muito a dever às áreas limítrofes a Norte, onde se realizaram várias captações de água. O aqueduto dispersa-se por cinco concelhos actuais, desenvolvendo-se ao longo de mais de 18 Km. A sua construção foi determinada por alvará régio de 1731, sendo encarregue dos trabalhos o arquitecto António Canevari, afastado escassos meses depois, quando D. João V nomeou uma comissão de direcção composta por Manuel da Maia, Azevedo Fortes e José da Silva Pais. Logo no ano seguinte o monarca entregou a obra a Manuel da Maia, que esteve apenas três anos à frente do estaleiro, passando este a ser comandado, em 1736, por Custódio Vieira. Estas sucessivas incertezas retardaram consideravelmente os trabalhos, mas a direcção de Vieira mostrou-se sólida e o projecto pôde finalmente avançar, a ele se devendo o troço de Alcântara. No final da década de 40, já sob a direcção de Carlos Mardel, a água chegou finalmente a Lisboa, construindo-se então o arco comemorativo das Amoreiras. Nas décadas seguintes o sistema de abastecimento foi alargado através da construção de pontos de captação e da edificação de fontes dispersas pela cidade. Nos reinados de D. José e de D. Maria o aqueduto adquiriu genericamente a forma actual de cadeia labiríntica e complexa de condução de águas, que só no concelho de Lisboa abrange as freguesias de Benfica, São Domingos de Benfica, Campolide, São Sebastião da Pedreira, Santo Condestável, Prazeres, Santa Isabel, Lapa, Santos-o-Velho, São Mamede e Mercês.. No actual concelho de Sintra (freguesias de Almargem do Bispo, Casal de Cambra, Belas, Agualva-Cacém e Queluz) localizam-se as fontes mais longínquas, em particular na zona florestal de Vale de Lobo. Daqui, através de um troço que percorria várias quintas, junta-se ao complexo de Belas. A abundância de águas subterrâneas em Belas motivou a construção de diversas captações e quatro ramais de ligação ao principal, sendo a partir da mítica fonte da Água Livre, já mencionada no século XII, que o sistema adquiriu o seu</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									nome." (DGPC)
17	AI + ZE	Santo António	Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a boca de cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambrins de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre	Moderno	Igreja e antigo Convento / Architectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Fundado em 1750, este Convento sofreu diversas campanhas que lhe alteraram a feição primitiva, nomeadamente as realizadas na primeira metade do séc. XVIII, ao introduzirem uma decoração azulejar em lambris do claustro, e as concretizadas no período pós-terramoto, com a sua reedificação, concluída em 1758. De planta rectangular, volumetria paralelepípedica e coberta por um telhado a duas águas, o alçado principal possui, ao nível térreo, um arco abatido, através do qual se acede à galilé. Esta, encontra-se defendida por uma grade setecentista em ferro forjado, e apresenta-se coberta por abóbada abatida e por azulejaria azul e branca historiada da mesma época. O interior da igreja, de nave única e capelas laterais intercomunicantes, é coberto por abóbada de berço decorada com pintura ornamental monocroma oitocentista. Quanto à capela-mor, comprida e com altares de cabeceira, encontra-se coberta por abóbada de canhão com estuques decorados. A classificação deste imóvel inclui a boca de cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios, além das referidas dependências decoradas com lambrins de azulejo e do claustro e escadaria nobre, do tipo albarradas e golfinhos com barras de volutas." (DGPC)
18	ZE	Arroios	Capela do Paço da Bemposta	Moderno	Capela / Architectónico	4	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"O Paço da Bemposta foi mandado edificar, no início do século XVIII, por D. Catarina, Rainha de Inglaterra, mulher de Carlos II e filha do monarca português D. João IV. Na verdade, a rainha-viúva havia regressado a Portugal em 1693, alguns anos depois da morte do marido, tendo residido em vários palácios de nobres da corte, como o palácio do Conde de Redondo, em Santa Marta, ou o palácio do Conde de Aveiras, em Belém. Desejando, porém, ter residência própria, D. Catarina adquiriu em 1701 as propriedades do sítio da Bemposta, já fora dos limites da capital na época, e contratou o arquitecto João Antunes para executar a traça do palácio e da respectiva capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Depois da morte da rainha, em 1705, o paço foi transferido para a posse da Coroa, por vontade

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									expressa da proprietária, e no reinado de D. João V, o monarca integrou-o na Casa do Infantado. O terramoto de 1755 danificou profundamente a estrutura do paço seiscentista, destruindo quase por completo a capela. Assim, foi designado para executar a reconstrução do conjunto Manuel Caetano de Sousa, arquitecto da Casa do Infantado. A capela, na realidade, acabou por ser construída de raiz, embora mantivesse o enquadramento primitivo, sendo considerada a obra "mais equilibrada e mais feliz" (ATAÍDE, 1975, p. 144) daquele que é considerado o último arquitecto barroco. De planta rectangular, o templo implanta-se perpendicularmente em relação ao paço, apresentando uma imponente fachada, precedida por grande escadaria, com vestíbulo preenchido por estátuas de mármore inseridas em nichos, representando Santa Isabel e São João Baptista, executadas por José de Almeida e Barros Laborão, da Escola de Mafra. O programa decorativo do espaço interior denuncia a influência de uma das maiores obras do barroco português, a Capela de São João Baptista, da Igreja de São Roque. Na Capela da Bemposta, copiam-se "com inigualável performance" os materiais raros e luxuosos da obra-prima do barroco joanino, modelando-os num gosto rococó tardio, repleto de cor, que se abre a manifestações já neoclássicas. Destacam-se as pinturas em trompe l'oeil de Pedro Alexandrino, que decoram a abóbada da nave e o tecto da capela-mor, e o grande painel que representa Nossa Senhora da Conceição, colocado no altar-mor, atribuído ao pintor italiano José Troni, sob o qual foi colocado um friso de retratos de elementos da família real, que terão sido executados pelo retratista irlandês Thomas Hickey. " (DGPC)
19	AI	Arroios	Prédio com os n.os 24-26 no Largo do Intendente, Fábrica de	Contemporâneo	Fábrica / Arquitectónico	3	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa,	"A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Cerâmica da Viúva Lamego					2012	Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção. O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, considerado por José Meco um fascinante artista ingénuo de excepcional graça, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo policromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albardas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filacteria com a data da decoração, em pintura de tons amarelos. É de notar que o imóvel assenta sob uma mina de água que abastecia o chafariz da Avenida Almirante Reis." (DGPC)
20	ZE	Arroios	Prédio situado no gaveto formado pela Avenida do Almirante Reis, 2 a 2-K, e Largo do Intendente Pina Manique, 1 a 6	Contemporâneo	Edifício Arquitectónico /	3	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Obra do arquitecto revivalista Adães Bermudes, a sua construção remonta a 1908. Trata-se de um edifício que congrega em si diversos elementos estilísticos, resultando o todo num ecletismo arquitectónico ao qual foi, por isso, atribuído o Prémio Valmor no mesmo ano da sua edificação. Esta construção de quatro pisos, estrutura-se em planta longitudinal, que termina num corpo semi circular, coroado por uma cúpula. Em ambas as fachadas do edifício encontramos um revestimento azulejar policromo, preenchido por pavões e motivos florais, ao nível do tímpano dos frontões. À procura de uma linguagem decorativa Arte Nova nos azulejos e na malha sinuosa do ferro forjado, alia-se um sabor neo-barroco, patente na cúpula do edifício e nos seus ornatos." (DGPC)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
21	ZE	Arroios	Edifício situado na Avenida do Almirante Reis, 1 a 1-C, tornejando para a Rua Nova do Desterro, 2 e 2-A	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	3	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24-01-1983	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Riscado pelo arquitecto Joaquim Francisco Tojal, este edifício de gaveto data de 1905, e faz parte do conjunto de imóveis da Avenida Almirante Reis de carácter eclético e inúmeros elementos revivalistas aliados ao emprego do ferro e de apontamentos "Arte Nova". De planta longitudinal, rasgam-se ao longo de quatro pisos várias janelas, umas de peito, outras com varanda. Os conjuntos azulejares policromos que encimam as janelas são compostos por representações florais, de linhas finas e ondulantes. No quarto piso visualiza-se um friso corrido de azulejos que percorre longitudinalmente o edifício, e termina com uma cornija saliente, onde assentam trapeiras (também com revestimento azulejar), encimadas por um frontão curvo." (DGPC)
22	ZE	São Vicente	Capela de Nossa Senhora do Monte	Medieval	Capela / Arquitectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 23 421, DG, I Série, n.º 296, de 28-12-1933; com ZEP - Zona Especial de Protecção, conforme Portaria de 2-10-1959, publicada no DG, II Série, n.º 4, de 6-01-1960	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Erguida no cimo de um dos mais altaneiros sítios da cidade, o Monte de São Gens, enriquecido por um majestoso miradouro de onde se vislumbra um panorama desafogado sobre Lisboa, a antiquíssima Ermida de Nossa Senhora do Monte data da reconquista cristã e assenta no lugar tradicionalmente ligado ao martírio de primitivos cristãos. O templo sofreu profundas obras após 1755, que muito a descaracterizaram, e de que resultou o seu carácter arquitectónico discreto, com galilé, fachada simples e nave de tipologia barroca, de traça rectangular de ângulos cortados. No recheio da ermida, que estava afectada ao Mosteiro dos Agostinhos da Graça, nada atesta já a sua remota origem, sendo de destacar apenas a lendária cadeira marmórea do bispo-mártir São Gens (a que a tradição atribui qualidades benfazejas), o retábulo barroco de estilo joanino, que é ainda anterior ao terremoto, o ciclo de azulejos rococó com cenas da vida da Virgem Maria, um Cristo em marfim indo-português, e três boas tábuas de pintura de oficina renascentista lisboeta (Anunciação, Natividade e Circuncisão), ligadas ao estilo dos chamados Mestres de Ferreirim, que devem ter pertencido a retábulo da anterior ermida." (DGPC)
23	ZE	São Vicente	Bairro Estrela d'	Contemporâneo	Conjunto	3	CIP - Conjunto de Interesse	DGPC, Atlas do	"No início do século XX o perímetro de Lisboa expandiu-se com a construção de

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Ouro		Arquitectónico / Arquitectónico		Público: Portaria n.º 740-EC/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012; parcialmente abrangido pela ZEP da Capela de Nossa Senhora do Monte	Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	bairros destinados à pequena e média burguesia. No entanto, mantinha-se o problema do alojamento das classes menos abastadas, sem capacidade económica para habitar as novas zonas da cidade. Inicia-se então a construção de tipologias que se enquadram nos programas das vilas ou bairros; foi o caso do Estrela d'Ouro. Agapito Serra Fernandes, empresário galego radicado em Lisboa, foi o promotor do bairro. Proprietário do prédio da R. da Graça, à entrada do bairro, habitava em 1904 a quinta "das Terras da Senhora do Monte", tendo decidido por estes anos transformar a propriedade num bairro económico. Embora subsistam poucos dados acerca da abertura das ruas, denominadas com os nomes da mulher e das filhas, e da construção dos núcleos habitacionais, sabe-se que em 1907 Serra Fernandes pediu autorização para edificar "um grupo de casas com rez-do-chão e 1º andar" para substituir as barracas existentes no terreno. Quando em 1909 o prédio da R. da Graça sofreu obras, o proprietário refere já a existência do bairro no projeto, pelo que se depreende que o conjunto habitacional estava concluído. O projeto tem sido atribuído ao arquiteto Norte Júnior, mas a investigação de arquivo revelou que os desenhos originais estão perdidos, pelo que a autoria permanece desconhecida. Em 1917 Agapito Serra Fernandes decidiu remodelar a Vivenda Rosalina. Concluído em 1921, o projeto, não assinado, está muito próximo da obra coetânea de Norte Júnior, nomeadamente a fachada lateral dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca, a que parece ter decalcado as formas. Os últimos equipamentos que Agapito Serra Fernandes fez construir foram o edifício de dois pisos destinado a estabelecimento que torreja para a R. Senhora do Monte, em 1923, e o cinema Royal Cine, na R. da Graça, projetado por Norte Júnior em 1929." (DGPC)
24	ZE	São Vicente	«Vila Berta»	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	3		DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação;	"Construído na primeira década do século XX, entre 1902 e 1908, este singular conjunto de edifícios destinado a habitação operária, é considerado um dos mais completos e interessantes que subsiste em Lisboa no seu género e época. Projectado pelo arquitecto e industrial Joaquim Francisco Tojal, trata-se de um

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
							IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996	IHRU; PDM Lisboa, 2012	núcleo habitacional operário cuja estrutura se faz em torno de duas linhas de edifícios voltados para uma rua interior, seguindo duas diferentes tipologias: do lado oeste, as habitações, de maiores dimensões, com três pisos, encontram-se separadas por pequenos recintos ajardinados, e possuem, ao nível do segundo piso, varandas de planta quadrada (com balaustrada em ferro forjado) assentes em finos pilares; quanto ao lado Este, é constituído por habitações com apenas dois pisos e varandas ao nível do segundo piso, estas de menores dimensões, mas também de ferro forjado. Todas as estruturas habitacionais são compostas por dois fogos por piso. A Vila Berta (baptizada com o nome da filha de Tojal) é detentora de uma arquitectura eclética, que aglutina apontamentos Arte Nova (visíveis, por exemplo, no friso de azulejos onde se lê o nome da Vila --- Vila Bertha --- e na platibanda que percorre o conjunto de edifícios), com o uso do ferro forjado em linhas ondulantes no gradeamento das varandas, denunciando assim um nítido comprometimento estético com estas propostas arquitectónicas fin de siècle, num momento em que na Europa estas já haviam atingido o seu zénite." (DGPC)
25	ZE	São Vicente	Convento da Graça / Antigo convento de Nossa Senhora da Graça	Medieval	Convento / Arquitectónico	4	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956; Decreto n.º 29 604, DG, Série I, n.º 112, de 16-05-1939; Decreto n.º 5 046, DG, I Série, n.º 268, de 11-12-1918; Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Fundado num dos morros da cidade, à época da Reconquista cristã, para frades eremitas calçados de Santo Agostinho, o Mosteiro da Graça sofreu profundas obras ao longo dos séculos, desde a campanha promovida a partir de 1556 pelo vigário-geral frei Luís de Montóia (de que resta o claustro), à que se seguiu à ruína provocada pelo terramoto de 1755, dirigida pelos arquitectos Caetano Tomás de Sousa e Manuel Caetano de Sousa, que lhe conferiu o actual carácter tardo-barroco, com planta cruciforme, nave de cinco tramos e altares de talha do final do Rococó. Estão classificados a Sacristia e as capelas intermédias da igreja, e o túmulo de D. Mendo de Foios. A Sacristia abre (num átrio decorado com decoração azulejar dos séculos XVI, XVII e XVIII, de que se destacam os painéis com temática de "grotesco") com a notável portada barroca do tempo de D. Pedro II, atribuída a um dos arquitectos régios do tempo (Luís Nunes Tinoco ou João Antunes), com

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									seus finos colonelos berniniescos em mármore rosa e frontão interrompido onde duas figuras de anjos sustentam o escudo de armas de D. Mendo de Fóios, secretário de Estado desse monarca, que dirigiu as obras. O espaço barroco da Sacristia alberga dois monumentais espaldares de mármore (num deles, o túmulo de Mendo de Fóios, com busto de fino lavor), o tecto alegórico por Pedro Alexandrino de Carvalho, ricos arcazes e azulejos rococó de temário mariano e algumas telas barrocas joaninas. As capelas intermédias do corpo do templo, erguidas na campanha de Caetano Tomás de Sousa, com altares de entalhe rococó de colunas coríntias, integram uma série de boas esculturas setecentistas. Uma delas, a de Santa Rita de Cássia, esconde restos da primitiva capela do Arcanjo Rafael, com baixos-relevos da segunda metade do século XVI com cenas do Velho Testamento e com um tecto apainelado com seis pinturas alegóricas, atribuídas a Fernão Gomes e a Francisco Venegas, este último autor, também, da tábua maneirista representando Santa Maria Madalena penitente que se encontra hoje na sala abobadada de berço à esquerda da entrada do templo." (DGPC)
26	AI + ZE	Santa Maria Maior	Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa	Medieval	Castelo / Arquitectónico	5	MN - Monumento Nacional: Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	Desconhece-se a época de construção inicial do reduto militar que depois veio a dar origem ao Castelo de São Jorge de Lisboa. Certo é que sob domínio islâmico essa antiga fortaleza foi reconstruída e ampliada, ao mesmo tempo que se construiu a Cerca Moura, primitiva muralha defensiva da cidade. Já sob domínio cristão, o Castelo foi de novo objecto de obras, conferindo-lhe genericamente a disposição planimétrica que hoje possui. No reinado de D. Fernando, acompanhando o constante crescimento da cidade, construiu-se a célebre muralha fernandina, que abarcou pela primeira vez a Baixa e parte do monte fronteiro ao castelo para Ocidente. Ao longo dos séculos as estruturas militares de Lisboa foram sendo remodeladas, ao ponto de na primeira metade do século XX o castelo estar bastante arruinado. Monumentais obras de reconstrução foram então empreendidas, levantando-se grande parte dos muros e alteando-se muitas das torres. Ao contrário

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									do que se poderia pensar à primeira vista, o "carácter medieval" deste conjunto militar deve-se a esta campanha reconstrutiva e não a qualquer inviolabilidade do espaço do castelo desde a Idade Média até aos nossos dias." (DGPC)
26a	AI	Santa Maria Maior	Cerca Fernandina – torre e troço de muralha /Porta da Ribeira	Medieval	Castelo / Arquitectónico	5	Associado ao Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa. MN - Monumento Nacional: Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	Arqueohoje, Relatório Preliminar 1, 2016	Sondagens arqueológicas realizadas no âmbito do vertente projecto. "Situada no parque de estacionamento da EMEL - que está confinado pela Rua do Museu da Artilharia, Beco do Belo, Beco do Surra e Ermida da Boa Nova. A abertura da sondagem 1 revelou-se particularmente profícua, tendo-se identificado estruturas arquitectónicas de grande valor patrimonial, incluindo um troço da Cerca Fernandina – Monumento Nacional - cujo diagnóstico da volumetria e estado de conservação foi o principal objetivo desta intervenção, abrangendo um hiato temporal balizado entre o final do século XIV (construção da estrutura fortificada) e a atualidade, com relevo para as ocupações próximas (pré e pós) do terramoto de 1755, num total de quatro grandes etapas de construção e ocupação. Na sondagem 1, foram identificadas várias parcelas de uma calçada pré-pombalina, [184], separadas pelas banquetes que sustentam as infraestruturas de saneamento atuais. Esta calçada funcionou na área exterior à Cerca, de origem medieval, e do edificado que entretanto se havia adossado à face Sul da torre. Assente em aterros com material ainda de cronologia moderna, portanto depositados para preparação, a primeira desta parcelas foi descoberta no centro da sondagem contiguamente à face Nordeste da torre da Cerca Fernandina. A realidade em causa tratava-se de uma pavimentação formada por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície apresentava muitas irregularidades e desenvolvia-se com pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia. Este troço encontrava-se delimitado pela referida torre da Cerca Fernandina e pelo contraforte colocado no canto definido por aquela e pelo restante troço da muralha - que se desenvolve sob

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									o Corte Noroeste. A Sul e Este, estava delimitada por um corte artificial decorrente da presença das já referidas infraestruturas de saneamento em atividade. A sua continuação foi confirmada nos quadrantes Nordeste e Sudeste, estando sobreposta por um grande nível de derrube, plausivelmente oriundo da Cerca Fernandina. O segundo troço mais representativo, [184b], foi identificado no quadrante Nordeste da sondagem, e tal como [184a], estava formado por blocos pétreos arredondados, sub-arredondados e alguns com angulosidade mais pronunciada, de dimensão diversa e com disposição irregular. A superfície também apresentava irregularidades e desenvolvia-se com igual pendente pronunciada para Sul, na direção da antiga praia." (Arqueohoje)
27	ZE	São Vicente	Edifício da sede da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	3	MIP - Monumento de Interesse Público: Portaria n.º 740-BU/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012; com ZEP - Zona Especial de Protecção	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"O edifício foi construído de raiz em terreno exíguo, cedido pelo Governo de João Franco, com o fito de albergar as escolas e os serviços da instituição nascida em 1883 para prestar assistência humanitária e educativa aos operários da indústria tabaqueira, posteriormente alargada a trabalhadores de outras indústrias. O projeto foi encomendado pela Sociedade a Manuel Joaquim Norte Júnior, que concebeu um edifício funcional dentro da estética do Ecletismo historicista, associado à nova arquitetura do ferro. Tendo por construtor João Maria da Cruz, a 1ª pedra foi lançada em outubro de 1912. Novo projeto daquele arquiteto, de agosto de 1914, receberia aprovação camarária em dezembro, condicionada à revisão da largura das portas de saída do Salão para a varanda; era então seu construtor António Dias Monteiro. Este raro equipamento cívico em que foi utilizada a tecnologia do ferro, foi inaugurado em 07/12/1930 mas concluído apenas dois anos mais tarde, não sem antes ter sofrido algumas alterações e diversos atrasos por força da Grande Guerra e de constrangimentos financeiros que determinaram o recurso a empréstimos bancários. À data da sua conclusão, o imóvel albergava o mais importante núcleo de instrução primária de Lisboa." (DGPC)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
28	AI	São Vicente	Igreja de São Vicente de Fora	Medieval	Igreja / Architectónico	5	MN - Monumento Nacional: Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Considerada um dos mais impressionantes edifícios lisboetas, a Igreja de São Vicente de Fora ergue-se como uma imagem emblemática do mecenato architectónico de Filipe I, depois de ter subido ao trono português. Instituído por D. Afonso Henriques em 1147, decorrendo do voto feito pelo monarca caso conseguisse conquistar Lisboa, o mosteiro dedicado ao mártir, e entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, simbolizou na sua essência a refundação cristã da cidade, tornando-se progressivamente uma das mais importantes casas conventuais lisboetas. Em 1527, D. João III encetou uma profunda reforma no interior da ordem dos Crúzios, que estabelecia uma reformulação das regras de vida monástica, estendendo-se à arquitectura dos complexos conventuais. No entanto, só no início do reinado de Filipe I foi iniciada a reforma do edifício da igreja e do mosteiro, numa acção em que o monarca "refazia o gesto fundacional de Afonso Henriques, sobretudo como gesto primeiro de um novo dinasta e de um novo mecenas", reforçada pela escolha do templo para panteão real. A autoria da traça do novo mosteiro continua envolta em alguma polémica, embora nos últimos anos seja consensual que as grandes figuras de destaque da reforma vicentina sejam os arquitectos Juan de Herrera e Filipe Terzi. Se a Herrera, autor do Escorial, são atribuídos os planos do complexo mandados fazer por Filipe I, coincidindo a data dos esboços com os anos de permanência do arquitecto em Lisboa (1580-1583), de Terzi destaca-se o seu contributo nas "traças operativas", ou seja, o seu papel na condução do estaleiro de obras e a influência decisiva do seu trabalho na estrutura final. Outra figura de destaque na obra de São Vicente de Fora é, sem dúvida, o arquitecto português Baltazar Álvares, que dirigiu as obras entre 1597 e 1624, e a quem se aponta a composição da fachada. Adaptando a tradição do Maneirismo romano às tradições architectónicas portuguesas, o seu modelo constituiu-se como uma das génese do estilo chão, marcando em definitivo a arquitectura maneirista, em Portugal e em todo o mundo português, durante o século XVII. De planta longitudinal, o templo vicentino possui nave única, com transepto, capela-mor

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									bastante profunda e retrocoro. Nas paredes laterais da nave "destaca-se a sequência rítmica de pilastras emparelhadas" (idem, ibidem), entre as quais foram rasgadas, em 1608 pequenas capelas, comunicantes entre si. O espaço, cuja iluminação é feita através de janelas termas que se distribuem pelo topo da cabeceira e do transepto, é coberto por abóbada de berço de caixotões, estando estes decorados com diferentes relevos. O cruzeiro da igreja era originalmente rematado por uma cúpula, que ficou totalmente destruída durante o terramoto de 1755. A fachada apresenta uma composição muito original, de linhas sóbrias e depuradas mas repleta de monumentalidade, como convinha a uma igreja designada panteão-real, na qual se destaca a disposição das duas torres. Estas não são simplesmente justapostas como dois blocos adossados ao frontispício, mas antes plenamente integradas na estrutura, numa tipologia que recia, à luz da tratadística renascentista, a arquitectura medieval portuguesa, alcançando "um equilíbrio perfeito entre a tensão horizontal de um alçado de cinco tramos e a verticalidade sugerida pelos volumes torreados". (DGPC)
29	AI	São Vicente	Paço de São Vicente / Mosteiro de São Vicente de Fora	Medieval	Mosteiro / Arquitectónico	5	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Antigo mosteiro de São Vicente de Fora, fundado em 1147 após a reconquista de Lisboa aos mouros; aqui professou Santo António de Lisboa, em 1210 enquanto cônego regente da Ordem de Santo Agostinho e antes do seu ingresso em Coimbra. O edifício primitivo foi demolido, no tempo de Filipe II, por se apresentar em avançado estado de degradação e substituído pelo actual edifício maneirista de carácter monumental, riscado por Filippo Terzi, e cujo modelo é talvez um projecto de Juan de Herrera, autor do Escorial de Madrid. Foi transformado em Paço Episcopal após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, e nas sucessivas adaptações para instalação de vários serviços públicos sofreu obras que lhe desvirtuaram o carácter original. São de destacar, por constituírem núcleo de grande importância mundial, os belíssimos painéis de azulejos oitocentistas que aí se conservam. Aí se encontra também o Panteão da Dinastia de Bragança (instalado

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									no antigo refeitório conventual), o Panteão dos Patriarcas de Lisboa (instalado na antiga Casa do Capítulo) e perto deste, a Capela dos Meninos de Palhavã, cujo o seu pavimento está preenchido com as vísceras dos Reis de Portugal. De destacar ainda a sua antiga portaria conventual com painéis de azulejos historiados e o tecto em perspectiva da autoria de Vicenzo Bacarelli. " (DGPC)
30	AI + ZE	Santa Maria Maior	Museu Militar	Moderno	Museu / Arquitectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25-10-1963	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"A 11 de Julho de 1726 um incêndio consumia as tercenas das Portas da Cruz que aqui existiam e que serviam de apoio a várias instituições públicas da cidade. D. João V mandou reedificá-las, datando desse período o magnífico portal poente da autoria de Fernando de Larre. Depois do terramoto o Marquês de Pombal alterou os planos do projecto e decidiu reformar o edifício em obras para o entregar ao Real Arsenal do Exército. Ao longo de todo o século XIX as obras de readaptação não cessaram e na segunda metade do século transformaram-se algumas salas do edifício setecentista - decoradas por nomes tão importantes como Pedro Alexandrino ou Bruno José do Vale - em museu, função que o monumento conserva até hoje." (DGPC)
42	ZE	Santa Maria Maior	Edifício da Associação de Protecção da 1ª Infância / Largo do Museu da Artilharia, 2	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.41	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
43	ZE	Santa Maria Maior	Conjunto de (antigos) edifícios de habitação plurifamiliar / Jardim do	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.53	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Tabaco, 30 a 82 e Beco da Lapa, 35						
44	ZE	Santa Maria Maior	Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova e edifício anexo	Moderno	Capela / Arquitectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.36; IHRU	"1744 - 1748 - construção do monumento por Manuel da Costa Negreiros, depois de autorização régia do mesmo ano; 1775 / 1776 - a ermida foi parcialmente enterrada devido à construção do aterro que permitiu a passagem da estátua equestre de D. José I, originando a Calçada Nova. Planta longitudinal composta de nave única, quadrangular, capela-mor e sacristia adossada ao lado SO.; sem diferenciação entre interior e exterior; 2 volumes, com massas dispostas horizontalmente; telhados de 2 águas na igreja, de 1 só água na sacristia e uma superfície de empena, em L, de 1 água no corpo adossado. Frontispício voltado a SO., de embasamento proeminente, terminando numa cornija contracurvada em chaveta, aberta por um óculo, encimada por 1 cruz e flanqueada por 2 fogaréus. " (IHRU)
45	ZE	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar / Escadinhas dos Remédios, 5-7	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.35	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
46	ZE	Santa Maria Maior	Casa nobre / Rua dos Remédios, 152-164; Escadinhas dos Remédios, 19-25	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.34	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
47	ZE	Santa Maria Maior	Edifício de habitação plurifamiliar/ Rua	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais	PDM Lisboa, 2012: 36.30	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			do Vigário, 2-4; Rua dos Remédios, 121				imóveis		
48	AI + ZE	Santa Maria Maior	Palácio de D. Rosa / Rua dos Remédios, 139-139; Escadinhas do Arco de D. Rosa, 2-8	Indeterminado	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.33	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
49	ZE	Santa Maria Maior	Palácio Sequeira Freire / Largo do Sequeira, 7; Escadinhas do Arco de Dona Rosa; Rua dos Corvos / Palácio da Cruz de Santa Helena / Palácio dos Condes de S. Martinho / Escola Superior Almeida Garrett / Universidade Lusófona	Moderno	Palácio / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.07; IHRU	"Séc. 17 - provável construção do imóvel; 1755 - à data do terramoto, que danifica consideravelmente, pertencia a Rui Vaz Siqueira, fidalgo da Casa dos Siqueira, de S. Martinho de Mouros; Séc. 18, finais - habita no palácio D. Ascenço de Siqueira Freire de Sousa Chichorro Abreu Cardoso, 1º Conde de São Martinho; Séc. 19 - o 3º Conde de São Martinho manda fazer obras de restauro e transformação do palácio." (IHRU)
50	ZE	Santa Maria Maior	(Antiga) Casa nobre / Calçada	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e	PDM Lisboa, 2012: 36.06	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			de S. Vicente, 32-38A / Fundação Ricardo do Espírito Santo e Silva - Instituto de Artes e Ofícios				outros bens culturais imóveis		
51	ZE	São Vicente	Casa nobre / Largo do Outeirinho da Amendoeira, 12-14	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.11	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
52	ZE	São Vicente	Rua do Paraíso, 18 a 112 e 1 a 59	Moderno	Conjunto Arquitectónico / Arqueológico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.25	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência. Abrange edifícios do século XVIII.
53	ZE	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo/ Rua da Verónica, 70-74	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.39	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
54	ZE	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo / Calçada do Cascão, 37-	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.30	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			39; Campo de Santa Clara, 60						
55	AI + ZE	São Vicente	Campo de Santa Clara	Moderno-Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	4	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.12; https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_de_Santa_Clara	"O Campo deve o seu nome ao Mosteiro das Clarissas aí construído em 1294 e que foi destruído pelo terramoto de 1755). O Jardim Boto Machado, o Mercado de Santa Clara e um conjunto relevante de edifícios civis e militares encontra-se neste local. Como exemplo de arquitetura religiosa, destacam-se aqui dois dos mais importantes templos da cidade, a saber o Mosteiro de São Vicente de Fora e o Panteão Nacional. O primeiro foi mandado construir por D. Afonso Henriques quando da conquista de Lisboa aos muçulmanos, e em cumprimento de um voto feito ao Mártir São Vicente, constituindo-se em um importante Panteão Régio da Dinastia de Bragança. O segundo, também conhecido como Igreja de Santa Engrácia, e que pela morosidade das suas obras originou o adágio popular "Obras de Santa Engrácia", é o primeiro exemplar do barroco no país e o Panteão das Figuras Ilustres da Nação. Em termos de arquitetura civil destacam-se quatro palácios, a saber: o Palácio dos Marqueses de Lavradio, o Palácio Sinel de Cordes, o Palácio dos Condes de Barbacena e o Palácio do Conde de Resende. Todos se encontram atualmente em boas condições de conservação. É também aqui que se organiza, desde 1882, a Feira da Ladra, semanalmente, nas manhãs de terça-feira e de sábado." (https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_de_Santa_Clara)
56	AI + ZE	São Vicente	Telheiro de S. Vicente, 3 a 23	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.09	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
57	ZE	São Vicente	Fonte ornamental / Arco Grande de Cima	Indeterminado	Fonte Architectónico /	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais	PDM Lisboa, 2012: 51.35	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
							imóveis		
58	ZE	São Vicente	Palácio Teles de Meneses / Largo de S. Vicente, 5; Rua da Voz do Operário, 2-20; Telheiros de S. Vicente, 1-2C	Moderno	Palácio / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.08; IHRU	"Séc. 16 - mandado construir por Diogo Soares, secretário de estado do conselho de Portuga I em Madrid, pouco tempo depois vendido ao General D. Manuel de Meneses, da Casa dos Condes de Cantanhede; 1734 - entra na posse da família Teles de Meneses." (IHRU)
59	ZE	São Vicente	Palácio dos Condes da Redinha / Rua de S. Vicente, 2-8; Rua da Voz do Operário, 1A-1B	Indeterminado	Palácio / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.03	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
60	AI + ZE	São Vicente	Rua da Voz do Operário, 22 a 66	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.29	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
61	ZE	São Vicente	Edifício da Associação de Protecção da 1ª Infância / Largo do Museu da Artilharia, 2	Indeterminado	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.48	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
62	ZE	São Vicente	Edifício de habitação Unifamiliar / Vila Berta, 1-1A	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.49	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
63	AI + ZE	São Vicente	Rua da Graça, 4 a 170 (excepto 128) e 3 a 133; Largo da Graça, 1 a 134 (excepto 109-110 e 120-124); Trav. do Monte, 1 a 29 e 2 a 58	Indeterminado	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.02	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
64	ZE	São Vicente	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo / Calçada do Monte, 70-72A	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.20	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
65	ZE	São Vicente	Edifício de habitação unifamiliar / Rua da Senhora do Monte, 46	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	3	IM - Interesse Municipal, Decreto n.º 2/96, DR, 1.ª série-B, n.º 56, de 6 março 1996	PDM Lisboa, 2012: 16.18; IHRU	IIM e Prémio Valmor 1983 - Menção Honrosa. "1904 - entrega aos serviços da CML do projecto para a construção de moradia unifamiliar destinada ao Dr. João António da Silveira; 1908 - o proprietário de então, Dr. José Maria Barbosa de Magalhães (1878 - 1959); jurisconsulto, político, foi bastonário da Ordem dos Advogados, deputado, Ministro da Justiça, Ministro da Instrução Pública e Ministro dos Negócios Estrangeiros em vários governos da I República) efectua importantes obras de ampliação - um novo corpo, com 2 andares e sotão, adossado ao flanco

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									S. da primeira moradia; 1927 - construção de tanque no jardim; 1929 - alteamento do muro confinante com a Travessa das Terras do Monte; 1938 - construção de nova dependência anexa; 1947 - construção de garagem independente no recanto NE. do terreno e alargamento do portão de entrada (arquitecto João Simões); 1979 - o edifício, ainda na posse de herdeiros de Barbosa de Magalhães, é remodelado e ampliado, conforme projecto de António Marques Miguel e Manuel Graça Dias, de modo a poder ser dividido em 4 fracções autónomas (esta intervenção foi merecedora de Menção Honrosa do Prémio Municipal de Arquitectura de 1983)." (IHRU)
66	ZE	São Vicente	Miradouro da Senhora do Monte / Largo do Monte	Contemporâneo	Miradouro / Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.45; https://pt.wikipedia.org/wiki/Miradouro_da_Senhora_do_Monte	"O miradouro desenvolve-se em frente da Capela de Nossa Senhora do Monte. A partir dele pode observar-se, para sul, o mar da Palha, o Castelo de São Jorge, parte da Baixa de Lisboa e o estuário do rio Tejo, para poente, do Bairro Alto até ao Parque Florestal de Monsanto e, para norte, o vale da Avenida Almirante Reis. Ao lado deste miradouro encontra-se a pequena e antiga Ermida de Nossa Senhora do Monte (classificada como Imóvel de Interesse Público), fundada em 1147 e consagrada a São Gens, bispo que segunda a tradição aqui foi martirizado. Foi neste antigo Monte de São Gens que D. Afonso Henriques instalou o acampamento para a conquista da cidade. O miradouro fica no adro da pequena ermida e foi duas vezes remodelado no século XX. Por estar situado no ponto mais alto do Bairro da Graça, é um dos locais com melhor vista panorâmica da cidade, especialmente sobre a Mouraria e o Castelo de São Jorge." (https://pt.wikipedia.org/wiki/Miradouro_da_Senhora_do_Monte)
67	ZE	Arroios	Palácio / Largo do Intendente Pina Manique, 57-58; Rua do Benfornoso, 278-	Indeterminado	Palácio / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.52	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			294; Escadinhas das Olarias, 14-16						
68	AI	Arroios	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique / Largo do Intendente Pina Manique, 48-56; Trav. da Cruz dos Anjos, 17; Beco da Bombarda, 4	Contemporâneo	Palácio / Arquitectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.46; http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2015/05/largo-do-intendente-pina-manique-ii.html	"O «PALÁCIO DO INTENDENTE PINA MANIQUE» cuja fachada principal dá para o "LARGO DO INTENDENTE", ocupa os números 48 a 54 deste Largo, nele habitou "DIOGO INÁCIO DE PINA MANIQUE", homem de confiança do "MARQUÊS DE POMBAL" e famoso INTENDENTE-GERAL DA POLÍCIA no tempo de D. MARIA I. Esta casa setecentista terá pertencido à família "NOGUEIRA DE MATOS DE ANDRADE" que pelo casamento de "D. INÁCIA MARGARIDA U. de BRITO NOGUEIRA DE MATOS" em 1773, a trouxe como dote, passando o imóvel a pertencer também a "PINA MANIQUE". A fachada do edifício de 4 pisos com águas furtadas era rematado por uma cornija decorada por balaustrada. Composto de nove janelas de cantaria, o andar nobre com nove portas de bandeira alpendradas com varandas de ferro, dando a noção de andar nobre. A sobre-loja com igual número de janelas de cantaria, idênticas ao último piso e nove portas de arco abatido no piso térreo. Numa das portas a seguir ao N.º. 52 na parte de cima existe uma placa, único indicador que aqui possivelmente viveu e morreu "DIOGO INÁCIO PINA MANIQUE". Um elemento a lembrar que se trata de um lugar histórico. Refere assim a placa: "NESTE PALÁCIO VIVEU E MORREU EM 30.VI.1805 DIOGO INÁCIO DE PINA MANIQUE INTENDENTE-GERAL DA POLÍCIA DA CORTE E REINO QUE PRESTOU RELEVANTES SERVIÇOS A ESTA CIDADE E AO PAÍS, AO DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS, DAS LETRAS, DAS ARTES E DAS INDUSTRIAS, E FUNDOU "A CASA PIA DE LISBOA" QUE, RECONHECIDA, MANDOU COLOCAR ESTA LÁPIDA NO DIA DO 169.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO EM 3-VII-1949." (http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2015/05/largo-do-intendente-pina-manique-ii.html)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
69	ZE	Arroios	Av. Almirante Reis, 2 a 6K, Trav. do Cidadão João Gonçalves, 1-19, Rua dos Anjos, 2-2D, Largo do Intendente Pina Manique, 1 a 58, Rua do Benfornoso, 278 a 294 e Rua da Palma, 310-318	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.51	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
70	AI	Arroios	Palácio / Largo do Intendente Pina Manique, 32-39; Trav. da Cruz dos Anjos, 28-32; Trav. do Maldonado, 3-7B	Indeterminado	Palácio / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.42	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
71	ZE	Arroios	Palácio / Rua dos Anjos, 2-2D; Trav. do Maldonado, 22-22A	Indeterminado	Palácio / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012; 06.54	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
72	ZE	Arroios	(Antiga) Fábrica de Cerâmica	Contemporâneo	Fábrica /	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e	PDM Lisboa, 2012;	"A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Viúva Lamego / Av. Almirante Reis, 6-6F; Almirante Reis, 6G- 6J; Trav. Cidadão João Gonçalves, 1-21; Largo do Intendente Pina Manique, 28-31		Arquitectónico		outros bens culturais imóveis	06.41A, 06.41B	Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego. Edifício estruturado em dois registos, com duas janelas cada, que no segundo piso ladeiam uma varanda, tem como remate uma empena, rasgada por um óculo rodeado de grinaldas e pequenas figuras que seguram uma inscrição com a data da construção. O programa cerâmico revela o gosto romântico-revivalista deste pintor, considerado por José Meco um fascinante artista ingénuo de excepcional graça, que aqui assume uma tentativa romântica de recuperar a tradicional pintura figurativa e artesanal do azulejo policromo sobre esmalte branco. No primeiro registo, os azulejos, de cromatismo predominantemente verde e amarelo, possuem um cunho orientalizante, corroborado pelas figuras que alegorizam a fábrica, segurando inscrições com o nome e a data de construção (1865), e também um teor mais classicizante patente nas duas outras representações deste primeiro registo. O revestimento azulejar do segundo registo é dominado por motivos essencialmente vegetalistas, inspirado nas albarradas barrocas. No remate, representam-se anjos segurando uma filacteria com a data da decoração, em pintura de tons amarelos. É de notar que o imóvel assenta sob uma mina de água que abastecia o chafariz da Avenida Almirante Reis." (DGPC)
73	AI	Arroios	eixo urbano (parte) / Rua da Palma 290 a 298, Av. Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.59; https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/05/02/a-avenida-almirante-reis/	"A grande Avenida Almirante Reis que já fora a Avenida Dona Amélia (edital de 26/06/1903) e antes, Avenida dos Anjos (deliberação camarária de 08/07/1895) para denominar a Avenida no Prolongamento da Rua da Palma até à Estrada da Circunvalação homenageia o militar republicano Carlos Cândido dos Reis (Lisboa/16.01.1852 – 04.10.1910/Lisboa) que, juntamente com Miguel Bombarda e Machado Santos, chefiou o movimento revolucionário do 5 de Outubro de 1910." (https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/05/02/a-avenida-almirante-reis/)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I						
74	AI + ZE	Arroios	(Antigo) Convento do Desterro / Rua Nova do Desterro, 6-12 e Igreja de Nossa Senhora do Desterro / Rua Nova do Desterro - Hospital do Desterro	Moderno	Convento e Igreja / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.43, 06.43A; IHRU	"1570 - 1590 - a Ordem de São Bento funda um edifício em Lisboa, onde pudessem ficar os monges quando se deslocavam à capital para tratar qualquer assunto os frades bernardos da ordem de Cister resolvem fazer o mesmo e procuram fundar uma casa em Lisboa; 1586 - o projeto já está concluído e deve-se ao arquiteto régio Baltazar Álvares; 1591, 08 abril - lançamento da primeira pedra do mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, na então denominada Rua Nova, nas proximidades da Gafaria de São Lázaro; para a sua construção, concorre a Ordem, tendo a casa-mãe doado alguns bens à nova casa, como a Quinta de Barcarena, o Casal de São Marcos e a Quinta dos Olivais; 1656-1683 - D. Afonso VI, durante o seu reinado, dá várias esmolas para a construção da igreja que ainda não se achava concluída; 1683-1706 - D. Pedro II doa várias esmolas para a construção da igreja; 1707 - o convento é composto por três dormitórios, com as suas celas, com tetos abobadados, surgindo em cada andar 18 janelas, centradas pela janela regral, prevendo-se, ainda, a construção de um quarto dormitório; todos eles dão para as hortas, que se espriam pela freguesia dos Anjos; no segundo piso, adaptando-se ao desnível do terreno, a Portaria, que serve, nesta data, de igreja, que liga a um claustro quadrangular, com três arcos por ala, tudo em pedra lavrada; este liga a um segundo claustro, ainda em construção; a igreja conventual encontra-se em construção, tendo a fachada principal em pedraria, rematada em frontão triangular, sendo dividida em dois pisos e três panos, o inferior com três arcos de acesso a pequena galilé com três portas, e os superiores com janelas,

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									ambos ladeados por quatro nichos de volta perfeita; no interior, a nave é em cantaria, composta por cinco capelas fundas de cada lado, com acesso por arcos de volta perfeita, surgindo, junto ao cruzeiro, dois púlpitos, estando a demais obra por concluir; conta com duas irmandades, a de Nossa Senhora do Desterro e da Cruz; 1750 - na sequência do incêndio que atinge o Real Hospital de Todos os Santos, os doentes são transferidos para as dependências do mosteiro; 1755, 01 novembro - o terramoto provoca danos significativos, nomeadamente a queda da abóbada da igreja, subsistindo parcialmente a fachada principal e os muros laterais; início das reparações pelos religiosos; 1758, 10 abril - nas Memórias Paroquiais, assinadas pelo pároco dos Anjos, António Carlos de Oliveira, é referido o Mosteiro, sem qualquer informação adicional; 1814 - saída dos religiosos cistercienses e instalação sucessiva no complexo arquitectónico conventual do Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria e da Casa Pia; 1834 - na sequência do decreto que determina a expulsão das ordens religiosas a Casa Pia transfere-se para o Mosteiro de Santa Maria de Belém, abandonando assim o antigo Convento do Desterro; 1955 - no local é criado o Museu da Dermatologia Portuguesa, Dr. Sá Penella; 1956, 15 maio - inauguração, com a presença do Ministro do Interior, da obra de melhoramentos do edifício; 1857 - o edifício é anexado ao hospital de São José, depois de nele terem funcionado sucessivamente um quartel e o hospital da Marinha, o edifício do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, que durante 164 anos tinha pertencido à Ordem dos Frades Bernardos, passa a chamar-se Hospital do Desterro." (IHRU)
75	ZE	Arroios	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de	Indeterminado	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.62	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Quental, 1 a 27						
76	AI	Arroios	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 2 a 6	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.64	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
77	AI	Arroios	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 16 a 30	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.65	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
78	ZE	Arroios	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 39 a 53	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.63	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
79	AI	Arroios	Igreja Protestante / Rua Capitão Renato Baptista, entre os n.ºs 31 e 33	Indeterminado	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.35	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
80	ZE	Arroios	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar / Largo do Mastro, 1-4 e 5-10 e Rua Conselheiro Arantes Pedroso, 2-10, 12-22, 24-32 e 34-42	Indeterminado	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.36	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
81	ZE	Arroios	Chafariz do Largo do Mastro / Largo do Mastro	Contemporâneo	Chafariz / Arquitectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.37; IHRU	"Chafariz em cantaria de calcário lioz, de planta circular, assente em plataforma de dois e três degraus, adaptando-se ao declive do terreno. Sobre esta, surge um tanque circular de perfil galbado e bordo boleado, tendo, ao centro, pedestal paralelepípedo, com as arestas recortadas, sobre o qual surge um dado com iguais características, mas com as faces almofadadas e remate boleado. Sobre estes, surge a coluna galbada, com os ângulos recortados, com as quatro faces em silharia fendida, tendo adossados quatro golfinhos, envolvidos por fitas e borlas, que constituem as bicas, com canos de chumbo, sob os quais se inscreve uma concha, estando sobrepujados por coroa de acantos. Sucede-se um toro, que sustenta plinto de pequenas dimensões, encimado por tabuleiro de onde arranca o obelisco, em pirâmide oitavada, estriada e com anel no terço inferior, sobrepujado por alcachofra." (IHRU)
82	AI	Arroios	Palácio do Mitelo / Largo do Mastro, 27-28; Largo do Mitelo,	Moderno	Palácio / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.32; IHRU	"Séc. 17, 1ª metade - existência de umas casas nobres no então denominado Campo do Curral; 1672 - as casas são vendidas a Manuel Francisco Mendes, o qual terá empreendido uma campanha de obras de ampliação das mesmas; 1737 - aquisição do palácio pelo desembargador e diplomata (na China e em Madrid)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			1-2; Rua da Bempostinha, 2-4						Alexandre Mitelo de Sousa e Meneses, que efectua grandes obras de transformação e ampliação do imóvel; 1752 - o Dr. Alexandre Mitelo faz construir a capela do palácio, sob a invocação da Via Sacra." (IHRU)
83	ZE	Arroios	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua da Bempostinha, 30-32; Rua Rafael de Andrade, 43-47	Indeterminado	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.34	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
84	ZE	Arroios	(Antigo) Paço Real da Bemposta / Paço da Rainha, incluindo Academia Militar e Torre do Relógio	Moderno	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	4	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.29, 24.30, 24.30B; IHRU	"1694 - edificação do palácio da Bemposta por vontade de D. Catarina (infanta de Portugal e rainha de Inglaterra, viúva de Carlos II) para sua residência; 1701, 25 janeiro - contrato com Manuel Antunes, José Pereira e Francisco Teixeira para a obra de pedraria do edifício, conforme risco do arquiteto João Antunes; contrato da obra de carpintaria com Francisco Gomes; 1702 - o palácio é já habitado pela rainha viúva; 1705 - morte de D. Catarina; o palácio passa para a posse do irmão, D. Pedro II; 1704, 22 janeiro - Francisco Lopes Ramalho faz obra de talha, como nicho e tarjas, para a Sala dos Tudescos do palácio; 1706, 29 outubro - é aqui instalada a Capela Real; 1707 - D. João V lega o palácio à Casa do Infantado, em favor do infante D. Francisco, seu irmão; 1742 - fixa residência no palácio D. João, filho legitimado do infante D. Francisco; 1755, 1 novembro - grandes danos causados no edifício pelo terramoto, sendo a capela completamente arrasada; segue-se-lhe a reconstrução, com desenho do arquiteto Manuel Caetano de Sousa (1742-1802); 1744 - 1747 - feitura da imagem de São João Baptista por José de Almeida; 1758, 10 abril - nas Memórias Paroquiais, assinadas pelo pároco dos Anjos, António Carlos de Oliveira, é referida a Capela Real de Nossa Senhora da Conceição, bem ornada e com 20 capelães cantores; 1778 - transferência do órgão

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									para o Palácio de Queluz; 1791-1812 - transferência das imagens do escultor José de Almeida, São João Baptista e Santa Isabel, para o palácio, sendo terminadas por Barros Laborão; 1793, cerca - pintura da cobertura da Capela do Santíssimo por Pedro Alexandrino de Carvalho e José António Narciso; os mesmos, em parceria com Manuel Macário, pintam os tetos da nave e capela-mor; pintura do teto da sacristia por Pedro Alexandrino de Carvalho; 1798 - o palácio é referido encontrar-se em estado de abandono e a cair em ruínas; 1822 - D. João VI passa a residir na Bemposta; 1826 - morte de D. João VI no palácio, sendo este abandonado enquanto residência real; 1828 - D. Miguel passa a dar audiência semanal no palácio; 1833 - com a extinção da Casa do Infantado, o palácio é incorporado nos bens da Coroa; 1849 - entrega do palácio ao Ministério da Guerra; 1851 - instalação da Escola do Exército no edifício." (IHRU)
85	ZE	Arroios	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar/ Campo dos Mártires da Pátria, 60-65, 66-68 e 69- 70	Indeterminado	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.15	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
86	ZE	Arroios	(Antigo) Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e do Carmo / Trav. das Recolhidas, 2-4; Trav. de S.	Moderno (?)	Edifício / Arquitectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.13; IHRU	"Planta rectangular irregular, desenvolvida em torno de um pequeno pátio interno, com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas." (IHRU)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Bernardino, 1-7						
87	ZE	Arroios	Pátio de Sant'Ana / Rua Dr. Almeida Amaral, 2-6; Trav. das Recolhidas, 16-26	Indeterminado	Palácio / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.11	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
88	ZE	Arroios	Conjunto architectónico - frente de rua / Trav. das Recolhidas, 2 a 26 e Trav. de S. Bernardino, 1 a 17	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.88	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
89	ZE	Arroios	Palácio do Patriarcado / Campo dos Mártires da Pátria, 44-46; Rua de Santo António dos Capuchos, 90-92	Moderno	Palácio / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.19; IHRU	"1730 - edificação do palácio, talvez segundo projecto do architecto João Frederico Ludovice (a crer em inscrição que se observa no fecho de uma porta dando para a escada); 1857 - campanha de remodelação do palácio, sob a direcção de J.A. Santos Cardoso, J. Félix da Costa e A. Moreira Rato; séc. 19, final - o palácio era propriedade dos irmãos Costa Lobo (que o haviam herdado de seu pai, após ampliações e transformações), um destes legou a sua parte à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o outro à sua esposa D. Joséphine Costa Lobo; 1913 - por arrendamento à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instala-se em parte do imóvel a sede do Patriarcado, passando a residir aí D. António Mendes Belo, regressado do exílio ; 1923 - o Patriarcado compra a parte do palácio pertencente a D. Joséphine Costa Lobo; 1926 - o Patriarcado compra, em hasta pública, a parte

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									do palácio pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entrando assim na posse da totalidade do edifício." (IHRU)
90	ZE	Arroios	Palácio Valmor / Campo dos Mártires da Pátria, 36-39 e 40-43	Moderno	Palácio / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.20; IHRU	"Séc. 17 - edificação do palácio; séc. 20, início - o palácio é ainda utilizado como habitação, nele residindo a viscondessa de Valmor, Dona Josefina Clarisse de Oliveira. Planta longitudinal, de que resulta um volume paralelepípedo simples, com cobertura em telhado a quatro águas. Edifício constituído por 5 corpos, delimitado por pilastras e organizado em três pisos." (IHRU)
91	ZE	Arroios	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar / Rua de Santo António dos Capuchos, 82-84 e 86-88C	Contemporâneo	Conjunto / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.23	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
92	ZE	Arroios	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua de Sto. António dos Capuchos, 78-80	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.24	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
93	AI	Santo António	Palácio Centeno / Alameda de Santo António dos Capuchos, 1-5; Rua de Santo	Contemporâneo	Palácio / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 45.02; IHRU	"Séc. 17, final - época provável de construção, localizada entre o fim da centúria de seiscentos e o início de setecentos, para as acafatas da rainha D. Catarina de Bragança; séc. 19 - obras de reforma do imóvel, dirigidas por Nicola Bigaglia; 1900 - adquirido por António Centeno, que então realiza obras, incluindo a construção da capela." (IHRU)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			António dos Capuchos, 75-79						
94	Al+ ZE	Santo António	Conjunto do Hospital dos Capuchos / Calçada de Santo António dos Capuchos; Alameda de Santo António dos Capuchos; Rua de Santo António dos Capuchos, incluindo (Antigo) Palácio Mello, (Antiga) Escola de Enfermagem e Pavilhões do Hospital dos Capuchos	Moderno	Hospital / Arquitectónico	4	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 45.01, 45.01B, 45.01C, 45.01D; IHRU	"1570 - colocação da 1ª pedra para a fundação do convento de Santo António dos padres Recolectos da Custódia de Santo António; 1579 - rezada a 1ª missa no convento erigido com reduzidos meios (que incluíram dádivas da Coroa) em terrenos doados designadamente por Diogo Botelho; séc. 16 - 17 - no reinado de D. Filipe I, o convento passa a receber da Câmara uma esmola anual de 64\$800, a cuja renda se junta um conjunto de dádivas de elementos da aristocracia e do alto funcionalismo da Coroa; séc. 18, 1ª metade - campanha de decoração azulejar em lambris do claustro; 1755, 01 novembro - o terramoto causa grandes estragos, tendo danificado a abóbada da nave da igreja, a capela do Beato, a Capela de Santo Cristo da cerca e a capela do Presépio, que fora realizado por João Crisóstomo Policarpo da Silva; os religiosos ficam abarracados na cerca; 1758 - concluída a reedificação, com grandes melhoramentos, graças à generosidade do Conde de Povolide, que detinha então o padroado da capela-mor; 1836 - na sequência da expulsão das ordens religiosas, o convento é transformado em Asilo da Mendicidade, para mendigos de ambos os sexos; c. 1890 - 1900 - restauro da igreja ; 1903 - é englobado nos anexos ao Hospital de São José, tornando-se propriedade dos Hospitais Cíveis de Lisboa; 1928 - o Asilo é instituído como Hospital." (IHRU)
95	ZE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar / Rua do Passadiço, 48-	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 45.06	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			66 e 68-80						
96	AI	Santo António	Palácio dos Condes de Penamacor / Trav. Larga, 2-6; Rua do Passadiço, 35-39; Trav. do Loureiro, 1; Beco de Santa Marta, 4	Indeterminado	Palácio / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.31	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
97	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Rodrigues Sampaio, 50	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.27	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
98	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Av. da Liberdade, 220	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.81C	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
99	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Calçada de Santo António, 5A	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.32	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
100	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Calçada de Santo António, 9; Trav. de Santa Marta, 1	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.33	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
101	ZE	Santo António	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Nogueira e Sousa, 6-6A, 8-10 e 12-16 e Trav. De Santa Marta, 2 e 4	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.35	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
102	ZE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo / Rua Nogueira e Sousa, 15 e 17	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.34	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
103	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais	PDM Lisboa, 2012: 14.20 e 14.21	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Rodrigues Sampaio, 132-132C; Rua Alexandre Herculano, 11-11E; Trav. do Enviado de Inglaterra, 28 - e - Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Rodrigues Sampaio, 112-112B; Trav. do Enviado de Inglaterra, 15-15B				imóveis		
104	AI	Santo António	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Av. da Liberdade, 232, 234, 236, 238 (fachada) e 240 (fachada)	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.64; IHRU	Edifícios construídos no século XIX-XX.
105	ZE	Santo António	Edifício de serviços / Av. da Liberdade, 249;	Contemporâneo	Edifício Arquitectónico /	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais	PDM Lisboa, 2012: 14.49	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Praceta da Rua Duque de Palmela, 2				imóveis		
106	ZE	Santo António	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Av. da Liberdade, 203-221 e Rua Rosa Araújo, 17-23, 25-27 e 29-31	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.70	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
107	ZE	Santo António	Edifício de habitação unifamiliar / Rua Rosa Araújo, 37-39	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.71	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
108	ZE	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Rosa Araújo, 4, 6 e 8-10	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.69	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
109	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais	PDM Lisboa, 2012: 14.69	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Rosa Araújo, 14-16				imóveis		
110	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Alexandre Herculano, 25 (Prémio Valmor 1911)	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.63A	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
111	Al+ZE	Santo António	Conjunto arquitectónico / Av. da Liberdade, 231-237; Rua Alexandre Herculano, 15, Rua Alexandre Herculano, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e Rua Alexandre Herculano, 29; Rua Mouzinho da Silveira, 14-18A	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.63; IHRU	"Integra um conjunto de prédios que forma uma frente de quarteirão entre o nº 15 (gaveto com a Av. da Liberdade) e o nº 29 (tornejando para a R. Mouzinho da Silveira). Estes edifícios foram construídos entre o fim do séc. 19 e a década de 20 da presente centúria, contando-se entre eles a Casa Tomás Quartin." (IHRU)
112	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Duque de	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.100	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Palmela, 1-9; Rua Alexandre Herculano, 18-36						
113	ZE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Mouzinho da Silveira, 9-21 e Rua Alexandre Herculano, 40; Rua Mouzinho da Silveira, 7	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.57	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
114	ZE	Santo António	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar geminados / Rua Mouzinho da Silveira, 23 e 25	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.98; IHRU	"1889 - a Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa solicita autorização municipal para edificação de 2 prédios por conta de Alberto António Morais Carvalho; 1928 - os edifícios sofrem danos resultantes das movimentações revolucionárias deste ano. De planta rectangular, os 2 edifícios geminados apresentam volumetria escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados a 2 águas e em mansarda com trapeira. Composto por 3 andares, o conjunto exhibe uma estruturação e uma série de elementos arquitectónicos (vãos, pilastras) que acentuam a sua verticalidade. Os edifícios genericamente idênticos, exibem uma organização externa e interna em simetria, orientada segundo um eixo definido por uma pilastra em cantaria, também presente nos extremos laterais do complexo." (IHRU)
115	AI	Santo António	Edifício de habitação	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e	PDM Lisboa, 2012: 14.60	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			unifamiliar com fachada de azulejo / Rua Duque de Palmela, 21				outros bens culturais imóveis		
116	AI	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Duque de Palmela, 27	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.59	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
117	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar (fachada) / Rua Duque de Palmela, 35-37; Rua Braamcamp, 3-3B	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.58; IHRU	"1902 - data do projecto deste prédio de rendimento, da autoria de Miguel Ventura Terra (1866-1919); 1973 - fundação do jornal Expresso, que no edifício se instala." (IHRU)
118	ZE	Santo António	Praça do Marquês de Pombal, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 12, 13, 14, 15 e 16	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.44	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
119	ZE	Santo António	Edifício de habitação	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e	PDM Lisboa, 2012: 14.54	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			plurifamiliar (fachada) / Rua Braamcamp, 40; Rua Castilho, 42				outros bens culturais imóveis		
120	AI	Santo António	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Braamcamp, 6-8, 10-10B, 12, 14, 16-20 e 20-22A	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.55	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
121	ZE	Santo António	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Joaquim António de Aguiar, 33-33A	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.52	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
122	AI	Santo António	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Joaquim António de Aguiar, 35-35B e 37; Rua Castilho, 86-88	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.53	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
123	AI+	Santo António	Rua Joaquim	Contemporâneo	Conjunto	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis	PDM Lisboa, 2012:	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
	ZE		António de Aguiar, 41 a 73, Rua Rodrigo da Fonseca, 60 a 84 e 75 a 99, Rua de Artilharia Um, 1 a 42 e Rua Castilho, 59 a 75		Arquitectónico / Arquitectónico		de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	46.01	
124	Al+ZE	Avenidas Novas	Parque Eduardo VII e miradouro	Contemporâneo	Parque Urbano / Arquitectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.35	"Em 1882, três anos depois da morte do Passeio público, começa a falar-se no Parque da Liberdade como cenário ao monumento de Pombal que coroava a rotunda em remate monumental do moderno boulevard romântico e cosmopolita que se construía. O novo Parque deslocava-se para N., de modo a servir de pano de fundo à mais importante avenida da capital, ao mesmo tempo que dava um sentido global e urbano à novíssima Lisboa...» «Com sentido da realidade Keil desenvolve o projecto adequado às "circunstâncias do momento": uma avenida esboçada em movimentos de terras, um orçamento limitado uma enorme urgência na concretização. (...) Keil vai optar por manter as pré-existências morfológicas e os temas simbólicos e imagéticos presentes no debate que se arrastava há cinco décadas. Solução de total conciliação, não comprometia o futuro e ia ao encontro dos defensores de monumentalidade no remate da Avenida (...) recuperava a ideia de miradouro, monumental é certo, e da relação imediata, sem obstáculos com o rio, símbolo da beleza singular e apaixonante de Lisboa.» «Keil pensou-o como parque central de recreio privilegiado dos habitantes da capital. Projectou-o com o objectivo de salvar o parque como parque (...) Inacabada, a obra ficaria suspensa no tempo. Não se realizou a entrada Sul e o remate do topo norte ficou pendente, com pedestral sem estátua, enquadrado por colunatas sem a peças que lhes dava razão." (IHRU)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
125	Al+ZE	Avenidas Novas	Limites: Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.55	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
126	ZE	Avenidas Novas	Quarteirão / Rua Joaquim António de Aguiar, Rua Rodrigo da Fonseca, Rua de Artilharia Um e Rua Marquês de Suberra	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.68	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
127	Al+ZE	Avenidas Novas	Quarteirão / Rua Padre António Vieira, Rua Rodrigo da Fonseca, Rua Sampaio e Pina e Rua de Artilharia Um	Contemporâneo	Conjunto Arquitectónico / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.65	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
128	ZE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua	Contemporâneo	Edifício Arquitectónico /	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais	PDM Lisboa, 2012: 50.59	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Padre António Vieira, 28				imóveis		
129	Al+ZE	Avenidas Novas	Rua Rodrigo da Fonseca, 184, 186, 188, 190 e 192; Rua Padre António Vieira, 3, 5 e 9; Rua Sampaio e Pina, 30-36	Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.66	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
130	ZE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Padre António Vieira, 12-22; Rua Rodrigo da Fonseca, 194-196	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.62	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
131	ZE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Padre António Vieira, 6	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.63	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
132	ZE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais	PDM Lisboa, 2012: 50.60 e 50.61	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			Rodrigo da Fonseca, 206-206 A; Rua D. Francisco Manuel de Melo, 9-9A e Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Rodrigo da Fonseca, 204				imóveis		
133	ZE	Avenidas Novas	Edifício de habitação plurifamiliar / Rua D. Francisco Manuel de Melo, 1; Rua Castilho, 221	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.64	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
134	ZE	Avenidas Novas	Edifício de serviços / Rua Castilho, 233-233A; Rua D. Francisco Manuel de Melo, 2 (Prémio Valmor 1980)	Contemporâneo	Edifício / Arquitectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.75	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
135	ZE	Avenidas Novas	Rua Rodrigo da Fonseca, 210 a 216, Rua Marquês de Fronteira, 111 a 117, Rua Castilho, 235 e 237 e Rua D. Francisco Manuel de Melo, 16	Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.57	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
136	AI	Avenidas Novas	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Rodrigo da Fonseca, 141, 143 e 145 e Rua D. Francisco Manuel de Melo, 13	Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.58	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
137	AI+ ZE	Avenidas Novas	Quarteirão / Rua Marquês de Fronteira, Rua Rodrigo da Fonseca, Rua D. Francisco Manuel	Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.56	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			de Melo e Rua de Artilharia Um						
138	ZE	Campolide	Reservatório Pombal / Rua Marquês de Fronteira	Contemporâneo	Reservatório / Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 10.16; https://www.facebook.com/lisboadeantigamente	"Esta Rua Marquês da Fronteira sucedeu a uma linha irregular, que não é evidentemente a de hoje, a qual constituía as setecentistas Estrada dos Padres da Companhia e Estrada de S. Francisco Xavier, rectificadas há meio século [c. 1890], Rua — quasi Avenida — moderna, já servida de eléctricos desde Outubro de 1936. (...) O muro que prossegue [à esquerda], até à Penitenciária, defende os terrenos da Companhia das Águas, onde se encontra o Depósito chamado do «Pombal». E do Pombal seriam porque já no começo do século passado, e certamente muito antes, quando estes chãos ainda constituíam herança da Companhia de Jesus, recebida pelo Real Colégio dos Nobres, eles eram conhecidos pela designativa de «Pombal», e um pombal haveriam tido. (...) Em 1873 o Governo expropriou estes terrenos todos, aqui [à esquerda] para levantamento do «Cadeia Geral e Penitenciária." (https://www.facebook.com/lisboadeantigamente)
139	ZE	Campolide	Convento das Irmãs das Pobres de S. Patrício / Rua de Campolide, 163; Trav. das Irmãs das Pobres	Contemporâneo	Convento / Architectónico	1.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 10.13; IHRU	"Urbano, isolado, situado a meia encosta da Rua de Campolide com separação através de muro com gradeamento. Séc. 19 / 20." (IHRU)

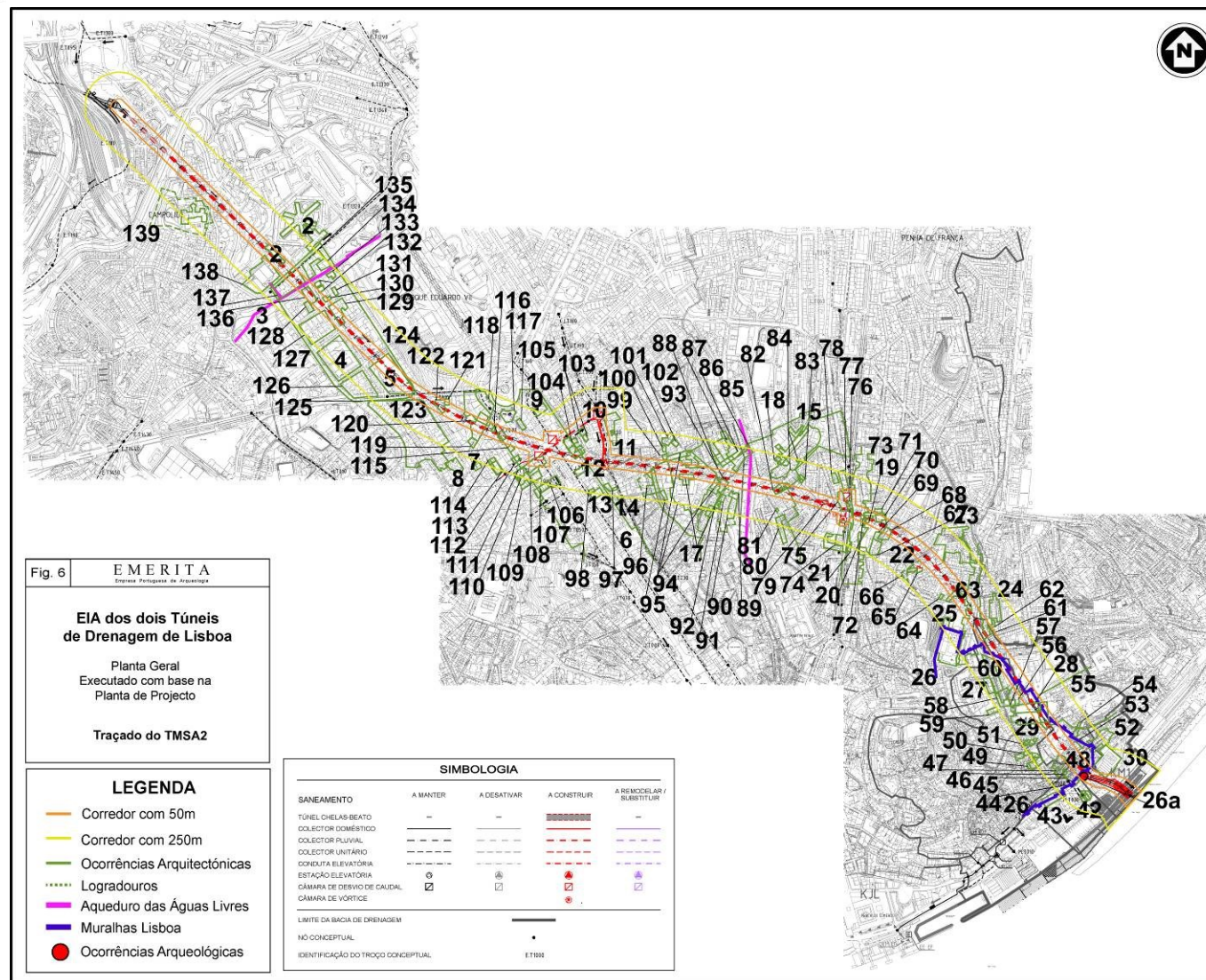


Figura 6. TMSA2. Ocorrências patrimoniais identificadas no decurso da pesquisa documental sobre Planta de Projecto.

Quadro 1.2.2b - Síntese das Ocorrências Identificadas na Pesquisa Documental (TCB4)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
31	ZE	Marvila	Portal manuelino e galilé da Igreja de Chelas / Portal e galilé do antigo convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas	Medieval (Visigótico? Romano?)	Convento (Vestígios Diversos?) / Architectónico	4	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 17 954, de 20-01-1930, DG, I Série, n.º 34, de 11-02-1930	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"As origens do Mosteiro de Chelas perdem-se no tempo. As informações mais coerentes - frustada que está por longos anos a possibilidade de se realizar uma intervenção arqueológica - apontam para uma ocupação de época visigótica sobre antigas estruturas romanas. As primeiras evidências materiais que subsistem são do século X, altura em que a activa comunidade moçárabe de Lisboa patrocinou uma reconstrução, pelo menos, da igreja. Ao longo da Baixa Idade Média foram várias as campanhas (românica, gótica e manuelina). Desta última fazem parte o portal manuelino e a galilé de acesso ao templo, únicos elementos classificados. Em 1604 procedeu-se à reconstrução integral do Mosteiro, que continuou a manter a memória dos mártires aí sepultados. Apesar de bastante modificado depois da extinção das ordens religiosas - passando a Fábrica de pólvora e depois a Arquivo Geral do Exército - o convento mantém as características essenciais da reforma executada nos primeiros anos do século XVII, com alguns acrescentos decorativos de inegável qualidade, como parte do programa azulejar do século XVIII que ainda se conserva no Museu Arqueológico do Carmo." (DGPC)
32	ZE	Marvila	Palácio da Mitra / Quinta da Mitra	Medieval	Palácio / Architectónico	4	MIP - Monumento de Interesse Público; Portaria n.º 455/2012, DR, 2.ª série, n.º 181, de 18-09-2012; com ZEP - Zona Especial de Protecção	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Pertença do cabido lisboeta desde o século XII, a vasta propriedade de Marvila foi, mais tarde, dividida em parcelas que deram origem, no século XV, a diferentes quintas, uma das quais a da Mitra. Sobre a propriedade, sabe-se que poderá ter sido utilizada como quinta de veraneio, por beneficiar dos bons ares que aí se respiravam devido à proximidade do Tejo e ao afastamento da cidade. Ao que tudo indica, o Arcebispo D. Luís de Sousa construiu uma casa solarenga, mas foi com o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, que o palácio conheceu um novo impulso. São muitas as interrogações que ainda se colocam sobre as intervenções patrocinadas por este prelado e sobre a identidade dos arquitectos e artistas que aí trabalharam, mas do que não há dúvida é que D. Tomás de Almeida transformou o que era um palácio residencial na sede do patriarcado. Se alguns autores apontam o

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									ano de 1716 para o início das obras, outros preferem uma cronologia mais adiantada (1727-32) e, consequentemente, coeva dos trabalhos realizados no Palácio de Santo Antão do Tojal, em relação ao qual encontram ainda muitas semelhanças. É por esta via que o nome de António Canevari, arquitecto italiano que permaneceu em Portugal de 1727 a 1732 trabalhando para D. João V e para o Cardeal Patriarca, nomeadamente em Santo Antão do Tojal. Certo é que o palácio estava concluído em 1744, quando D. Tomás de Almeida ofereceu um banquete no palácio ao Núncio Apostólico, o Eminentíssimo Cardeal Odi. Para além de Canevari, aponta-se ainda o nome do húngaro Carlos Mardel ou o capitão Rodrigo Franco como eventuais participantes neste projecto. Muito embora o palácio tenha sido objecto de múltiplas intervenções que alteraram o traçado setecentista, o edifício pauta-se ainda hoje por uma grande depuração e austeridade. Na fachada, caracterizada pela simetria na abertura dos vãos, a entrada para o pátio é feita por dois portões, com a gradaria original onde ainda se observam as armas de D. Tomás. Note-se que, nesta época, a propriedade beneficiava de um cais privativo ladeado de obeliscos. A fachada do pátio é marcada pela escadaria de dois lanços com uma fonte e carranca ao centro. O palácio, de dois andares, apresenta uma planimetria interna algo confusa, certamente fruto do aproveitamento das estruturas anteriores. Merece especial destaque a escadaria nobre, que se bifurca a partir do primeiro patamar para se unir no último lanço, onde é protegida por balaustrada de mármore que os azulejos dos panos murários, a azul e branco, procuram imitar, sobre uma paisagem fundeira. A azulejaria é, aliás, uma das características destes interiores, com painéis alusivos a paisagens e cenas de caça, próprios da fase joanina final, parte dos quais têm vindo a ser atribuídos à dupla Bartolomeu Antunes / Nicolau de Freitas. Esta atribuição necessita, no entanto, de uma nova leitura face aos dados recentemente divulgados sobre as actividades de Bartolomeu Antunes. Nas salas há a assinalar, ainda, os tectos de masseira, alguns dos quais com as armas do Cardeal Patriarca pintadas ao centro. A capela, de planta elíptica, foi destruída na década de 1930, mas

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
									<i>subsistem imagens a revelar o retábulo de influência italiana e a abóbada de estuques, atribuídos a Grossi. Os seus painéis de azulejo conservam-se no Museu da Cidade. Uma referência final ao jardim em terraço, ao nível do andar nobre, organizado à francesa, e para o qual se abre uma das fachadas com revestimento azulejar. Em 1864 os prelados abandonaram o palácio levando consigo e dispersando muito do seu recheio artístico. Vendido nesse ano, passou por vários proprietários até ser adquirido pela autarquia em 1930 que instalou o Asilo da Mendicidade (1933) e a Biblioteca (1934), cuja adaptação originou muitas alterações, a principal das quais a destruição da capela. Em 1941 recebeu o Museu da cidade, que aí permaneceu até à década de 1970. " (DGPC)</i>
33	ZE	Marvila	Conjunto de armazéns / Av. Infante D. Henrique, N a U, Rua do Açúcar, A a J e Rua Pereira Henriques, L a M	Contemporâneo	Industrial / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.76	<i>A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.</i>
34a	AI	Marvila	Conjunto arquitectónico / Rua Capitão Leitão, 5-5B, 7, 11-19, 10-18, 20, 28-34, 36-38, 40-42, 44, 52-56, 58 e 60-60D e Rua Afonso Annes Penedo, 10-14,	Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.78	<i>A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.</i>

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			16-20, 22, 24-28, 30, 32-40 e 42-46						
34b	ZE	Marvila	Edifício industrial / Rua do Açúcar, 78; Rua Afonso Penedo, 5; Rua José Domingos Barreiros, 2 (Antiga) Fábrica de Borracha Luso-Belga	Contemporâneo	Industrial / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.79	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
35	ZE	Marvila	Biblioteca dos Amigos de Lisboa / (Antigo) Edifício industrial? / Rua do Açúcar, 86	Contemporâneo	Industrial / Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.81; IHRU	"Arquitectura, do séc. 20. Edifício de planta rectangular irregular, possuindo vários ressaltos nas fachadas, criando ângulos, sendo estas divididas em vários panos por frisos de cantaria, onde se rasgam amplos vãos rectilíneos. Acesso por amplo portão de verga recta, que leva a um vestíbulo e às escadas para o piso superior." (IHRU)
36	AI + ZE	Marvila	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração / Estrada de Marvila	-	Geomonumento / Arriba fóssil	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.87	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.
37	ZE	Marvila	Conjunto arquitectónico / Rua do Vale Formoso de Cima, 3 a 19 e 2A	Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.68	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico									
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição Observações
			a 22 e Rua Zófimo Pedroso, 29 a 67						
38	ZE	Marvila	Recolhimento de S. Vicente / Quinta das Veigas ou de S. Vicente / Casa de S. Vicente / Azinhaga das Veigas, 1; Rua Miguel de Oliveira, 2	Contemporâneo	Quinta / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.15; IHRU	"Séc. 18 - a denominada Quinta das Veigas era uma propriedade rural, com casa nobre e capela, com acesso pela R. de Marvila, então na posse da família de desembargadores Galvão de Lacerda ; Séc. 19, início - aquisição da propriedade pelo inglês Jacome Dolme, que mais tarde a vende a uma família estrangeira de nome Metzner ; Séc. 20 - criação da denominada Casa de São Vicente, por iniciativa de D. Maria Antónia Plácido de Mello Breyner, condessa de Mafra, destinada a promover a reabilitação e a reintegração social de mulheres que haviam cumprido penas de prisão (e que deve o seu nome ao facto de ter inicialmente funcionado na cave de um edifício da Graça, sito na rua e freguesia de São Vicente) ; 1941-42 - a Casa de São Vicente (cujos estatutos haviam sido aprovados nesse ano, por alvará e classificada como instituição particular de solidariedade social) passa a funcionar no edifício da Azinhaga das Veigas, nº 1 ; 1941 - uma avaliação que neste ano é feita da casa da Azinhaga das Veigas, refere como sua proprietária D. Maria do Carmo Carvalho Daun e Lorena, baronesa de Robert Baude ; 1972 - aquisição do imóvel à Câmara Municipal de Lisboa ; 1980 - construção da ala S." (IHRU)
39	ZE	Marvila	Escola Industrial Afonso Domingues / Rua Miguel de Oliveira	Contemporâneo	Escola / Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.85; IHRU	"1961, 31 Dezembro - a obra de construção, efectuada pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, estava concluída; 1893 - projecto de construção da autoria de Luís Caetano Pedro de Ávila; 1953 - continuação da construção; 1956 - conclusão das obras pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário; 1959 - conclusão da obra pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário." (IHRU)

40	AI + ZE	Marvila	Quinta da Salgada / Azinhaga da Salgada, 10-20	Contemporâneo	Quinta / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012; 21.13; http://ruinarte.blogspot.pt/2010/01/quinta-das-salgadas-chelas.html	<i>Em ruína. "Foi construída no Séc. XVIII, tinha ainda uma ermida e uma horta, além do jardim. O nome desta quinta vem da sua antiga proprietária, D. Ana Joaquina Salgado, filha do mestre de campo José Vaz Salgado e de D. Teresa Maria de Jesus, e seu filho José Pinheiro Salgado, naturais do Recife. Era uma abastada família com propriedades no Brasil, cujo gosto foi espelhado na exótica flora que constituía o jardim." (http://ruinarte.blogspot.pt/2010/01/quinta-das-salgadas-chelas.html)</i>
41	AI + ZE	Marvila	Quinta das Conchas / Azinhaga da Salgada	Contemporâneo	Quinta / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.12, 21.12A; http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/patrimonio	<i>Em ruína. "Construção do séc. XVIII. Tinha ermida com invocação a Santo António (1763)." (http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/patrimonio)</i>

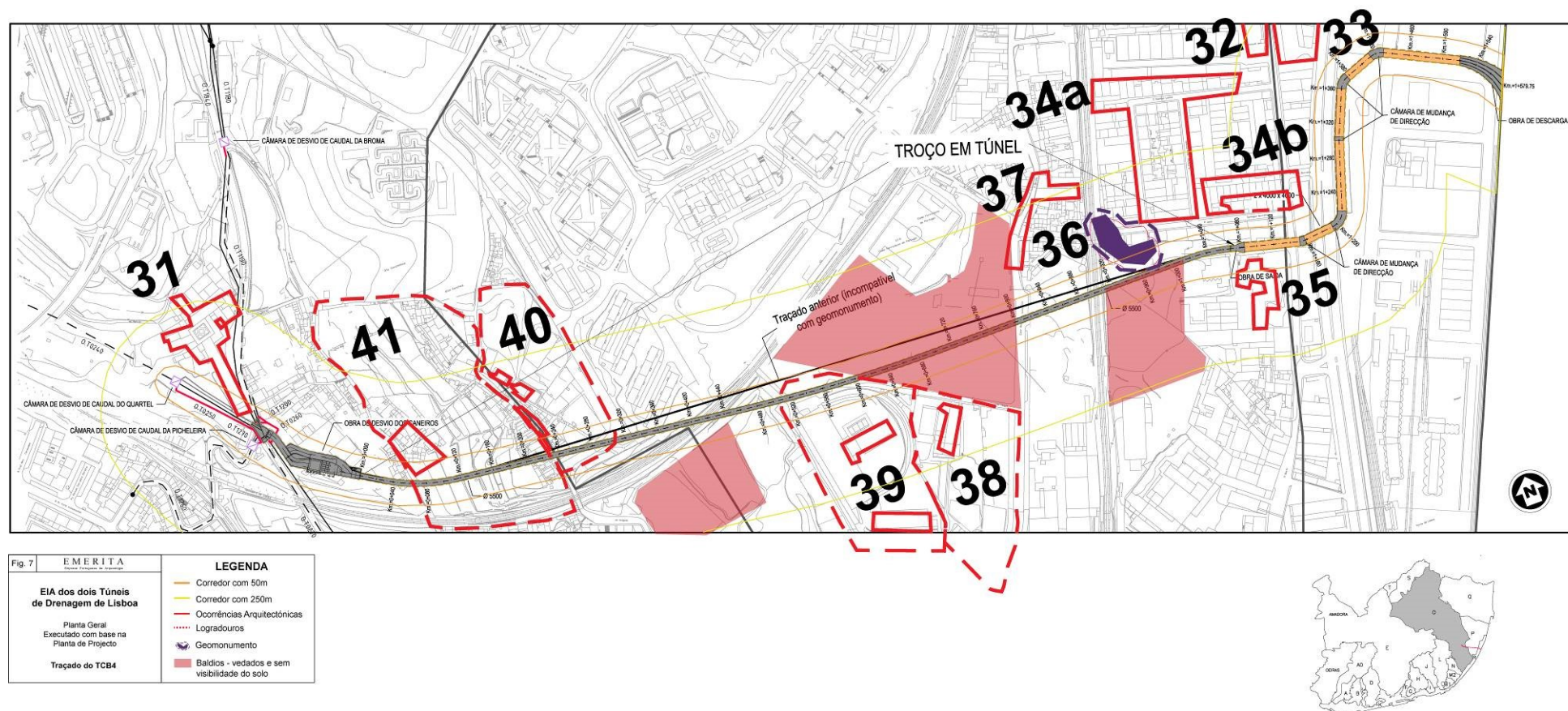


Figura 7. TCB4. Ocorrências patrimoniais identificadas no decurso da pesquisa documental sobre Planta de Projecto.

1.3 TRABALHO DE CAMPO

Os trabalhos de campo decorreram em Fevereiro de 2017, tendo sido realizado por dois arqueólogos. Este trabalho teve como objectivo efectuar a caracterização, identificação do património cultural existente e actual estado de conservação na Área de Incidência directa do Projecto.

Como base de trabalho foi utilizada cartografia militar à escala 1: 25.000 e planta de projecto adequada ao desenvolvimento do Projecto.

Foi realizado um levantamento fotográfico da AI de modo a caracterizar a actual ocupação do solo.

Foi igualmente realizado um levantamento fotográfico das ocorrências na AI que se localizam na área de incidência das soluções apresentadas, bem como o seu actual estado de conservação, encontrando-se a sua síntese no **Quadro 1.3**. Estas ocorrências, num total de 52, correspondem aos n.ºs 1, 2, 3, 5, 6, 10, 15, 16, 17, 19, 26a, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 40, 41, 48, 55, 56, 57, 63, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 93, 94, 96, 104, 111, 115, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 130, 132, 136, 137 e 138. Destas apenas as ocorrências 34, 35, 36, 40 e 41 se localizam no TCB4 (Quadro 1.3b), estando as restantes no traçado do TMSA2 (Quadro 1.3a).

A descrição do actual estado de conservação das ocorrências de categoria arquitectónica foi realizada com base na pesquisa documental e na observação directa das áreas visíveis que as constituem (exteriores de património construído e sítio de localização do património arqueológico).

Relativamente às ocorrências de categoria arqueológica, com o número 26a, apenas foi possível documentar a actual ocupação do solo nas áreas em que foram realizados os trabalhos.

Toda a AE do Projecto se encontra densamente urbanizada, sendo excepção alguns baldios no troço do TCB4, onde pontificam, ocasionalmente, pequenas manchas de baldios. Parcelas abandonadas, exibem denso coberto arbustivo, dificultando a progressão. Apresentam condições de visibilidade geral reduzida a nula.



Foto 3. Baldio junto ao traçado do TCB4. Condições de visibilidade nula.

A AI do Projecto localiza-se numa área quase integralmente artificializada pela urbanização e aterros de viadutos rodoviários, possuindo uma visibilidade nula para identificação de vestígios arqueológicos de superfície.

Quadro 1.3a - Síntese dos Resultados Obtidos no Trabalho de Campo (TMSA2)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
1	Al + ZE	Campolide	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Oeiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Arqueológico	5	ZEP - Zona Especial de Protecção: Portaria n.º 1092/95, DR I Série-B, n.º 206, de 6-9-1995 (troço entre Campolide e a Av Eng.º Duarte Pacheco)	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	O aqueduto dispersa-se por cinco concelhos actuais, desenvolvendo-se ao longo de mais de 18 Km. A sua construção foi determinada por alvará régio de 1731.	 004
2	Al + ZE	Campolide	Cadeia Penitenciária de Lisboa	Contemporâneo	Cadeia / Arqueológico	4	MIP - Monumento de Interesse Público: Declaração de retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior); com ZEP - Zona Especial de Protecção, conforme Declaração de	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	Edifício construído durante o séc. XIX. Em utilização.	 005

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
							retificação n.º 291/2013, DR, 2.ª série, n.º 47, de 7-03-2013 (retificou a planta anexa à portaria anterior), Portaria n.º 740-AZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012 (sem restrições)			
3	Al + ZE	Avenidas Novas	Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Oeiras e Sintra)	Contemporâneo	Aqueduto / Architectónico	5	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 (alargou a classificação do Decreto de 1910 que classificava apenas o Aqueduto das Águas Livres, compreendendo a Mãe de Água, em Lisboa)	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	Troço onde passará subterraneamente o aqueduto.	

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
5	Al	Avenidas Novas	Hotel Ritz	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	3	MIP - Monumento de Interesse Público: Portaria n.º 740-CJ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012, com ZEP	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"O Hotel Ritz, embora inaugurado em 1952, é ainda hoje a imagem mais emblemática da hotelaria de luxo em Lisboa" (DGPC). Em bom estado de preservação.	 007
6	Al + ZE	Avenidas Novas, Santo António	Avenida da Liberdade e ZEP conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	4	CIP - Conjunto de Interesse Público: Portaria n.º 385/2013, DR, 2.ª série, n.º 115, de 18-06-2013 (com restrições); com ZEP, conforme Portaria n.º 529/96, DR, 1.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"A Avenida da Liberdade, artéria principal de Lisboa, é o resultado da primeira estratégia urbanística rigorosa após o plano da reconstrução pombalina, correspondendo a um dos eixos fundamentais do programa de extensão da cidade delineado no último quartel do século XIX e em grande medida atribuível ao Engenheiro Ressano Garcia, tendo permitido o prolongamento da área metropolitana para norte. A Avenida teve a sua génese no Passeio Público setecentista, reconfigurado, no século XIX, ao gosto romântico" (DGPC)	 008
10	Al + ZE	Santo António	Palácio dos Condes de Redondo	Moderno	Palácio / Architectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974; abrangido pela ZEP conjunta dos imóveis classificados da	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"De planta rectangular, com quatro alas ladeando um pátio de igual formato (que concede ao conjunto uma volumetria paralelepípedica), cobertura de telhados de uma e duas águas, a fachada principal é composta de sete corpos contíguos delimitados por pilastras toscanas na qual surgem duas ordens de vinte e duas janelas, sendo as do andar nobre de sacada com guardas de ferro forjado e encimadas por cornija.." (DGPC)	Não contém fotografia.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
							Avenida da Liberdade e área envolvente, conforme Portaria n.º 529/96, DR, I.ª série-B, n.º 228, de 01-10-1996			
15	Al + ZE	Santo António; Arroios	Campo dos Mártires da Pátria, também denominado «Campo Santana», incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco	Moderno	Conjunto Architectónico/ Architectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Em inícios do século XVI, o Campo Mártires da Pátria era conhecido como Campo do Curral, uma vez que era neste espaço aberto, situado num dos pontos altos da cidade, que se efectuava o abate de gado para abastecer a cidade de Lisboa. Com a construção de uma ermida nesse planalto, a área passou a denominar-se Campo de Santana, em alusão à padroeira do pequeno templo (...) (DGPC).	 009
16	Al + ZE	Arroios	Troço (?) do Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas,	Contemporâneo	Aqueduto / Architectónico	5	MN - Monumento Nacional: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002 (alargou a classificação do Decreto de 1910 que classificava apenas o	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"O Aqueduto das Águas Livres é uma das maiores obras de engenharia construídas em território nacional, e a que maior impacto teve na história moderna do país, instituindo-se o troço sobre a ribeira de Alcântara (unanimemente considerado uma obra-prima de arquitectura e engenharia do século XVIII), ou a Mãe de Água, nas Amoreiras, como marcas inconfundíveis de Lisboa" (DGPC).	 010

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
			Oeiras e Sintra)				Aqueduto das Águas Livres, compreendendo a Mãe de Água, em Lisboa)			
17	Al + ZE	Santo António	Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a boca de cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambrins de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre	Moderno	Igreja e antigo Convento / Architectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Fundado em 1750, este Convento sofreu diversas campanhas que lhe alteraram a feição primitiva, nomeadamente as realizadas na primeira metade do séc. XVIII, ao introduzirem uma decoração azulejar em lambrins do claustro, e as concretizadas no período pós-terramoto, com a sua reedificação, concluída em 1758" (DGPC).	

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
19	Al	Arroios / Prédio com os n.ºs 24-26 no Largo do Intendente	Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego	Medieval a Contemporâneo	Fábrica / Architectónico	3	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego". (DGPC)	 012
26a	Al + ZE	Santa Maria Maior	Sondagens arqueológicas em Santa Apolónia	Medieval - Moderno	Cerca Fernandina e Vestígios de porto / Arqueológico	3	Inexistente	Arqueohoje, 2016	Intervenção realizada em 2016. Actualmente, encontra-se coberta e oculta sobre o pavimento.	 013
28	Al	São Vicente	Igreja de São Vicente de Fora	Medieval	Igreja / Architectónico	5	MN - Monumento Nacional: Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	"Considerada um dos mais impressionantes edifícios lisboetas, a Igreja de São Vicente de Fora ergue-se como uma imagem emblemática do mecenato arquitectónico de Filipe I, depois de ter subido ao trono português. Instituído por D. Afonso Henriques em 1147, decorrendo do voto feito pelo monarca caso conseguisse conquistar Lisboa, o mosteiro dedicado ao mártir, e entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, simbolizou na sua essência a refundação	 014

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
									cristã da cidade (...) seu modelo constituiu-se como uma das géneses do estilo chão, marcando em definitivo a arquitectura maneirista, em Portugal e em todo o mundo português, durante o século XVII (...) recria, à luz da tratadística renascentista, a arquitectura medieval portuguesa (...)” (DGPC)	
29	Al	São Vicente	Paço de São Vicente / Mosteiro de São Vicente de Fora	Medieval	Mosteiro / Architectónico	5	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	“Antigo mosteiro de São Vicente de Fora, fundado em 1147 após a reconquista de Lisboa aos mouros” (DGPC)	 015
30	Al + ZE	Santa Maria Maior	Museu Militar	Moderno	Museu / Architectónico	4	IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25-10-1963	DGPC, Atlas do Património Classificado e Em Vias de Classificação; IHRU; PDM Lisboa, 2012	Edifício do séc. XVIII, em bom estado de preservação. Remelações architectónicas posteriores.	 016

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
48	AI + ZE	Santa Maria Maior / Rua dos Remédios, 139-139; Escadinhas do Arco de D. Rosa, 2-8	Palácio de D. Rosa	Moderno	Palácio / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 36.07; IHRU	Edifício construído, provavelmente, durante o séc. XVII. Sofre danos com o terremoto de 1755. Obras posteriores. Actualmente, encontra-se em fase de reabilitação.	 017
55	AI + ZE	São Vicente	Campo de Santa Clara	Moderno-Contemporâneo	Conjunto Architectónico / Architectónico	4	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.12; https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_de_Santa_Clara	"O Campo deve o seu nome ao Mosteiro das Clarissas aí construído em 1294 e que foi destruído pelo terramoto de 1755). conjunto relevante de edifícios civis e militares encontra-se neste local"	 018
56	AI + ZE	São Vicente	Telheiro de S. Vicente, 3 a 23	Indeterminado	Conjunto Architectónico/ Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 51.09	Núcleo de casas de habitação. Largo delineado constituído por edifícios recuperados. Mantém características básicas, embora surjam alguns elementos dissonantes.	 019

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
57	Al + ZE	São Vicente / Rua da Voz do Operário, 22 a 66	Rua da Voz do Operário	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.29	Artéria urbana constituída por diversas tipologias architectónicas.	 020
63	Al + ZE	São Vicente / Rua da Graça, 4 a 170 (excepto 128) e 3 a 133; Largo da Graça, 1 a 134 (excepto 109-110 e 120-124); Trav. do Monte, 1 a 29 e 2 a 58	Rua da Graça; Largo da Graça; Trav. do Monte	Indeterminado	Conjunto Architectónico/ Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 16.02	Núcleo urbano desenvolvendo-se em diversas tipologias architectónicas.	 021

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
68	AI	Arroios	(Antigo) Palácio do Intendente Pina Manique / Largo do Intendente Pina Manique, 48-56; Trav. da Cruz dos Anjos, 17; Beco da Bombarda, 4	Contemporâneo	Palácio / Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.46; http://aps-ruasdelisboacomhistria.blogspot.pt/2015/05/largo-do-intendente-pina-manique-ii.html	"O «PALÁCIO DO INTENDENTE PINA MANIQUE» cuja fachada principal dá para o "LARGO DO INTENDENTE", ocupa os números 48 a 54 deste Largo, nele habitou "DIOGO INÁCIO DE PINA MANIQUE", homem de confiança do "MARQUÊS DE POMBAL" e famoso INTENDENTE-GERAL DA POLÍCIA no tempo de D. MARIA I".	 022
70	AI	Arroios / Largo do Intendente Pina Manique, 32-39; Trav. da Cruz dos Anjos, 28-32; Trav. do Maldonado, 3-7B	Palácio	Indeterminado	Palácio / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.42	Imóvel aparentemente desabitado. Piso térreo ocupado por Fundação?	 023
72	ZE	Arroios	(Antiga) Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego / Av. Almirante Reis, 6-6F; Almirante	Contemporâneo	Fábrica / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012; 06.41A, 06.41B	"A sua construção inicia-se em 1849, por iniciativa de António da Costa Lamego, e prolonga-se até 1865. Edifício de estilo romântico, situado na Avenida Almirante Reis, possui como elemento decorativo dominante um vistoso revestimento azulejar, que abarca a totalidade da fachada, da autoria de Luís Ferreira, o famoso Ferreira das Tabuletas, pintor de	Não contém fotografia.

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
			Reis, 6G- 6J; Trav. Cidadão João Gonçalves, 1-21; Largo do Intendente Pina Manique, 28-31						azulejos oriundo das Fábricas da Calçada do Monte e Viúva Lamego." (DGPC)	
73	Al	Arroios / Rua da Palma 290 a 298, Av. Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I	Conjunto arquitectónico – eixo urbano (parte)	Contemporâneo	Conjunto arquitectónico/ Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.59; https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/05/02/avenida-almirante-reis/	"A grande Avenida Almirante Reis que já fora a Avenida Dona Amélia (edital de 26/06/1903) e antes, Avenida dos Anjos (deliberação camarária de 08/07/1895) para denominar a Avenida no Prolongamento da Rua da Palma até à Estrada da Circunvalação homenageia o militar republicano Carlos Cândido dos Reis (Lisboa/16.01.1852 – 04.10.1910/Lisboa)".	

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
74	Al+ZE	Arroios / Rua Nova do Desterro, 6-12 e Igreja de Nossa Senhora do Desterro / Rua Nova do Desterro - Hospital do Desterro	(Antigo) Convento do Desterro	Moderno	Convento e Igreja / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.43, 06.43A; IHRU	"1570 - 1590 - a Ordem de São Bento funda um edifício em Lisboa, onde pudessem ficar os monges quando se deslocavam à capital para tratar qualquer assunto os frades bernardos da ordem de Cister resolvem fazer o mesmo e procuram fundar uma casa em Lisboa; 1586 - o projeto já está concluído e deve-se ao arquiteto régio Baltazar Álvares; 1591, 08 abril - lançamento da primeira pedra do mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (...)." (IHRU)	
75	ZE	Arroios	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental, 1 a 27	Indeterminado	Conjunto Architectónico / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.62	A fonte consultada não contém descrição da ocorrência.	Não contém fotografia.
76	Al	Arroios / Rua Antero de Quental 2 a 6	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar	Indeterminado	Conjunto Architectónico/ Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.64	Núcleo edificado. Desenvolve-se ao longo da artéria urbana.	

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
77	Al	Arroios / Rua Antero de Quental 16 a 30	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar	Indeterminado	Conjunto Architectónico/ Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 06.65	Núcleo edificado. Desenvolve-se ao longo da artéria urbana.	
79	Al	Arroios / Rua Capitão Renato Baptista, entre os nºs 31 e 33	Igreja Protestante	Indeterminado	Edifício / Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.35	Templo. Portal com acesso principal em volta perfeita. Duas portas laterais. Óculo e vitral superiores. Cobertura de duas águas encimada por cruzeiro.	
82	Al	Arroios / Largo do Mastro, 27-28; Largo do Mitelo, 1-2; Rua da Bempostinha, 2 - 4	Palácio do Mitelo	Moderno	Palácio / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 24.32; IHRU	"Séc. 17, 1ª metade - existência de umas casas nobres no então denominado Campo do Curral; 1672 - as casas são vendidas a Manuel Francisco Mendes, o qual terá empreendido uma campanha de obras de ampliação das mesmas; 1737 - aquisição do palácio pelo desembargador e diplomata (na China e em Madrid) Alexandre Mitelo de Sousa e Meneses, que efectua grandes obras de transformação e ampliação do imóvel; 1752 - o Dr. Alexandre Mitelo faz construir a capela do palácio, sob a invocação da Via Sacra."	

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
									(IHRU)	
93	Al	Santo António / Alameda de Santo António dos Capuchos, 1-5; Rua de Santo António dos Capuchos, 75-79	Palácio Centeno	Contemporâneo	Palácio	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 45.02; IHRU	"Séc. 17, final - época provável de construção, localizada entre o fim da centúria de seiscentos e o início de setecentos, para as açaфatas da rainha D. Catarina de Bragança; séc. 19 - obras de reforma do imóvel, dirigidas por Nicola Bigaglia; 1900 - adquirido por António Centeno, que então realiza obras, incluindo a construção da capela." (IHRU)	
94	Al + ZE	Santo António / Calçada de Santo António dos Capuchos; Alameda de Santo António dos Capuchos; Rua de Santo António dos Capuchos, incluindo (Antigo)	Conjunto do Hospital dos Capuchos	Moderno	Hospital / Architectónico	4	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 45.01, 45.01B, 45.01C, 45.01D; IHRU	Em 1836, na sequência da expulsão das ordens religiosas, o convento é transformado em Asilo da Mendicidade, para mendigos de ambos os sexos. C. 1890 – 1900, ocorre o restauro da igreja. Em 1903 é englobado nos anexos ao Hospital de São José, tornando-se propriedade dos Hospitais Civis de Lisboa. No ano de 1928, o Asilo é instituído como Hospital." (IHRU)	

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
		Palácio Mello, (Antiga) Escola de Enfermagem e Pavilhões do Hospital dos Capuchos								
96	Al	Santo António / Trav. Larga, 2-6; Rua do Passadiço, 35-39; Trav. do Loureiro, 1; Beco de Santa Marta, 4	Palácio dos Condes de Penamacor	Indeterminado	Palácio / Architectónico	4	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.31	Solar implantada na intersecção de várias ruas. De características monumentais, apresenta bom estado de conservação.	

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
104	AI	Santo António / Av. da Liberdade, 232, 234, 236, 238 (fachada) e 240 (fachada)	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar	Contemporâneo	Conjunto arquitectónico/ Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.64; IHRU	Edifícios construídos no século XIX-XX.	 033
111	AI + ZE	Santo António / Av. da Liberdade, 231-237; Rua Alexandre Herculano, 15, Rua Alexandre Herculano, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e Rua Alexandre Herculano, 29; Rua Mouzinho da	Conjunto arquitectónico	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.63; IHRU	"Integra um conjunto de prédios que forma uma frente de quarteirão entre o nº 15 (gaveto com a Av. da Liberdade) e o nº 29 (tornejando para a R. Mouzinho da Silveira). Estes edifícios foram construídos entre o fim do séc. 19 e a década de 20 da presente centúria, contando-se entre eles a Casa Tomás Quartin." (IHRU)	 034

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
		Silveira, 14-18A								
115	Al	Santo António / Rua Duque de Palmela, 21	Edifício de habitação unifamiliar com fachada de azulejo	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.60	Piso térreo e seis andares superiores. Bom estado de conservação.	 035
116	Al	Santo António / Rua Duque de Palmela, 27	Edifício de habitação plurifamiliar	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.59	Prédio habitado. Em fase de reabilitação.	 036

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
120	AI	Santo António / Rua Braamcamp, 6-8, 10-10B, 12, 14, 16-20 e 20-22A	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.55	Prédios reabilitados e em bom estado de conservação.	 037
121	AI + ZE	Santo António / Rua Joaquim António de Aguiar, 33-33A	Edifício de habitação plurifamiliar	Contemporâneo	Edifício / Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.52	Imóvel de habitação em bom estado de conservação.	 038
122	AI	Santo António / Rua Joaquim António de Aguiar, 35-35B e 37; Rua Castilho, 86-88	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	4	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 14.53	Imóvel de habitação em bom estado de conservação.	 039

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
123	AI + ZE	Santo António	Rua Joaquim António de Aguiar, 41 a 73, Rua Rodrigo da Fonseca, 60 a 84 e 75 a 99, Rua de Artilharia Um, 1 a 42 e Rua Castilho, 59 a 75	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	2	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 46.01	Imóveis de habitação em bom estado de conservação.	 040
124	AI + ZE	Avenidas Novas	Parque Eduardo VII e miradouro	Contemporâneo	Parque Urbano / Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.70; IHRU	"Em 1882, três anos depois da morte do Passeio público, começa a falar-se no Parque da Liberdade como cenário ao monumento de Pombal que coroava a rotunda em remate monumental do moderno boulevard romântico e cosmopolita que se construía. O novo Parque deslocava-se para N., de modo a servir de pano de fundo à mais importante avenida da capital, ao mesmo tempo que dava um sentido global e urbano à novíssima Lisboa...» (IHRU)	 041
125	AI + ZE	Avenidas Novas	Limites: Rua Marquês de Fronteira, Rua Castilho, Rua da Artilharia Um, Rua Joaquim António de Aguiar	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.55	Artéria principal incluindo edifícios construídos durante o século XX.	 042

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
130	AI + ZE	Avenidas Novas	Quarteirão / Rua Padre António Vieira, Rua Rodrigo da Fonseca, Rua Sampaio e Pina e Rua de Artilharia Um	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 5065	PDM Lisboa, 2012: 50.66	 043
132	AI + ZE	Avenidas Novas	Rua Rodrigo da Fonseca, 184, 186, 188, 190 e 192; Rua Padre António Vieira, 3, 5 e 9; Rua Sampaio e Pina, 30-36	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.66	PDM Lisboa, 2012: 50.66	 044
136	AI	Avenidas Novas / Rua Rodrigo da Fonseca, 141, 143 e 145 e Rua D. Francisco Manuel de Melo, 13	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	Ind.	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.58		 045

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico

N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
137	Al + ZE	Avenidas Novas	Quarteirão / Rua Marquês de Fronteira, Rua Rodrigo da Fonseca, Rua D. Francisco Manuel de Melo e Rua de Artilharia Um	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 50.56		 046
138	Al + ZE	Campolide / Rua Marquês de Fronteira	Reservatório Pombal	Contemporâneo	Reservatório / Arqueológico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 10.16; https://www.facebook.com/lisboadeantigamente	(...) Depósito chamado do «Pombal». E do Pombal seriam porque já no começo do século passado, e certamente muito antes, quando estes chãos ainda constituíam herança da Companhia de Jesus, recebida pelo Real Colégio dos Nobres, eles eram conhecidos pela designativa de «Pombal», e um pombal haveriam tido. (...) Em 1873 o Governo expropriou estes terrenos todos, aqui [à esquerda] para levantamento do «Cadeia Geral e Penitenciária."	 047

Quadro 1.3b - Síntese dos Resultados Obtidos no Trabalho de Campo (TCB4)

Situação de Referência no Fator Património Arqueológico, Architectónico e Etnográfico										
N.º Oc.	Loc. Pro.	Freguesia / Localização	Designação	Cronologia	Tipologia / Categoria	Valor Cult.	Classificação - Protecção	Fontes de Informação	Descrição	Fotografia
34a	Al	Marvila	Conjunto arquitectónico / Rua Capitão Leitão, 5-5B, 7, 11-19, 10-18, 20, 28-34, 36-38, 40-42, 44, 52-56, 58 e 60-60D e Rua Afonso Annes Penedo, 10-14, 16-20, 22, 24-28, 30, 32-40 e 42-46	Contemporâneo	Conjunto Architectónico/ Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.78	Imóveis de habitação, alguns em mau estado de conservação e/ou desocupados.	
35	Al + ZE	Marvila	Biblioteca dos Amigos de Lisboa / (Antigo) Edifício industrial? / Rua do Açúcar, 86	Contemporâneo	Industrial / Architectónico	1	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.81; IHRU	"Arquitectura, do séc. 20. Edifício de planta rectangular irregular, possuindo vários ressaltos nas fachadas, criando ângulos, sendo estas divididas em vários panos por frisos de cantaria, onde se rasgam amplos vãos rectilíneos. Acesso por amplo portão de verga recta, que leva a um vestíbulo e às escadas para o piso superior." (IHRU)	Não contém fotografia.

36	AI + ZE	Marvila / Estrada de Marvila	Mirante da (Antiga) Quinta da Inauguração	Cerca de 16,5 e 15 milhões de anos.	Geomonumento/ Geológico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.87; http://www.cm-lisboa.pt	No MIOCÉNICO MÉDIO, a região de Lisboa ficava perto de um rio, onde se instalaram praias fluviais e campos de dunas e pastavam rinocerontes primitivos (Hispanoterium). O Megacricedonton, pequeno mamífero primitivo, actualmente extinto, também aqui procurava alimentos. Com a subida do nível do mar, a linha de costa aproximou-se, instalando-se aqui um estuário. Neste estuário, sobre a areia onde vermes e crustáceos escavaram galerias, formaram-se grandes bancos de ostras.	 049
40	AI + ZE	Marvila / Azinhaga da Salgada, 10-20	Quinta da Salgada	Contemporâneo	Quinta / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012; 21.13; http://ruinarte.blogspot.pt/2010/01/quinta-das-salgadas-chelas.html	Em ruína. "Foi construída no Séc. XVIII, tinha ainda uma ermida e uma horta, além do jardim. O nome desta quinta vem da sua antiga proprietária, D. Ana Joaquina Salgado, filha do mestre de campo José Vaz Salgado e de D. Teresa Maria de Jesus, e seu filho José Pinheiro Salgado, naturais do Recife. Era uma abastada família com propriedades no Brasil, cujo gosto foi espelhado na exótica flora que constituía o jardim." (http://ruinarte.blogspot.pt/2010/01/quinta-das-salgadas-chelas.html)	 050
41	AI + ZE	Marvila / Azinhaga da Salgada	Quinta das Conchas	Contemporâneo	Quinta / Arquitectónico	3	PDM Lisboa, Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis	PDM Lisboa, 2012: 21.12, 21.12A; http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/patrimonio	Em ruína. "Construção do séc. XVIII. Tinha ermida com invocação a Santo António (1763)." (http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/patrimonio)	 051

2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo o Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016 – 2030, na sequência do desenvolvimento do projecto, para melhorar o desempenho e compatibilizar ou atenuar impactes negativos, foram integradas medidas de minimização dos impactes e desenvolvidas alternativas de soluções (para reduzir os efeitos no ambiente biofísico, afectação patrimonial, designadamente nas imediações da Cerca Fernandina, classificado como monumento nacional, bem como das actividades sociais e económicas, nomeadamente a solução alternativa de traçado na fase final de Santa Apolónia, bem como traçados alternativos do túnel Chelas – Beato (4RS / Câmara Municipal de Lisboa, 2017).

Não obstante, procedeu-se à caracterização das ocorrências patrimoniais ao longo dos traçados, de acordo com a área em estudo definida. Das ocorrências identificadas na situação de referência, registaram-se 52 ocorrências patrimoniais localizadas na área de incidência. Refira-se que em muitas das ocorrências identificadas, embora a ocorrência se localize a mais de 50 m (área de incidência definida para o projeto), o traçado, em planta, interceta zonas especiais de proteção, por exemplo. Recorde-se que os traçados são em vários locais realizados a mais de 70 metros de profundidade, pelo que a afetação à superfície é muitíssimo reduzida ou mesmo inexistente. Assim, para cada uma das ocorrências identificadas procede-se à análise da sua distância ao traçado, identificando-se a partir deste racional os potenciais impactes associados à construção dos túneis.

De acordo com as intervenções a realizar, importa considerar algumas das ações associadas à construção dos túneis na avaliação de impactes ao nível do património.

Destas salientam-se as seguintes no túnel TMSA2:

- Face às características geológicas gerais das áreas atravessadas pelos túneis, maioritariamente de origem sedimentar, não rochosa, e à profundidade a que serão escavados os túneis, considera-se que o risco de propagação de vibrações é baixo e pouco provável que ocorra. Pelo que se considera especificamente na análise as zonas em que os túneis passem a profundidades que rodem os 20m ou inferiores;
- Escavações e trabalhos associados a intervenções à superfície ao longo do traçado, que correspondem à construção de vários poços de ligação ao túnel. Assim, no âmbito deste estudo serão considerados, para além da obra de entrada na ligação ao Caneiro de Alcântara, em Campolide, os poços de ligação na Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua de Santa Marta, bem como na Avenida Almirante Reis, junto ao cruzamento desta com a Travessa do Maldonado;
- O traçado do túnel inclui ainda, na zona de Santa Apolónia, um troço executado em vala a céu aberto, com cerca de 200m, que corresponde ao trecho final do traçado.

No Sistema de Chelas (TCB4), de acordo com a proposta base, além do traçado do túnel Chelas – Beato em profundidade (cerca de 1.0 km), as intervenções contemplam ainda a obra de desvio dos Caneiros a montante, em Chelas, e um troço em vala a jusante, no Beato, com cerca de 300m, pelo que a análise incidirá também nestes dois locais correspondentes à localização das intervenções a montante (obra de desvio dos caneiros) e jusante (troço em vala).

As estruturas de escoamento TMSA2 e TCB4 serão maioritariamente construídas em profundidade (superiores a 70m e 50m, respectivamente), previsivelmente com recurso a tuneladoras, ou seja, actuarão em cotas inferiores ao nível de fundação dos edifícios e da Cerca Fernandina de Lisboa (Oc.26), pelo que não se antevêem impactes negativos sobre as ocorrências.

Denotando preocupações patrimoniais, o traçado alternativo estudado para o TCB4 procurou salvaguardar o Geomonumento (Oc. 36), tendo o percurso sido desviado para Norte, evitando-se, desta forma, constrangimentos ao projecto. De igual modo, no caso do TMSA2, fizeram-se ajustes no troço final (Santa Apolónia) tendo como finalidade evitar a afectação da Cerca Fernandina de Lisboa (Oc. 26 e 26a).

A quantificação dos parâmetros avaliados teve em conta os dois seguintes factores: o grau de incidência e a proximidade da acção impactante sobre a ocorrência patrimonial; o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacte.

Como referido, embora as ocorrências se localizem fora da área em estudo, ocorrem situações em que os trabalhos incidem em Zonas de Protecção e Zonas Especiais de Protecção de imóveis classificados e em vias de classificação, nomeadamente as ZEP do Aqueduto das Águas Livres – Troço de Campolide e Av. Eng.º Duarte Pacheco e seus aferentes e correlacionados (Concelhos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Oeiras e Sintra), Cadeia Penitenciária de Lisboa, Avenida da Liberdade, sendo necessária a aprovação do projecto por parte da entidade da tutela. Por exemplo, no caso em específico do Aqueduto das Águas Livres, a sua localização dista, em planta, cerca de 800 m do local onde vai ser construído o TMSA. No caso da Cadeia Penitenciária de Lisboa, em planta, o túnel passará na sua envolvente imediata (a cerca de 50 m), no entanto, a sua passagem ocorre a cerca de 90 metros de profundidade.

É ainda de referir, que ao nível do edificado na zona envolvente, tal como é prática neste tipo de intervenção, será objeto de um levantamento prévio do estado de conservação de todos os edifícios cuja localização face à profundidade dos túneis seja inferior a 20m e de uma monitorização subsequente dos mesmos durante a fase de construção (já previsto nas medidas de projeto). Neste contexto, todas as ocorrências patrimoniais numa faixa de 50 metros centrados no eixo do traçado do túnel, serão incluídas neste levantamento.

Para todas as ocorrências que se localizam no exterior da faixa de 50m ao longo do traçado dos túneis e/ou em que estes passam a profundidades superiores a 20m não se identificaram impactes decorrentes do projecto.

No **Quadro 2.1** apresenta-se a avaliação de impactes realizada respeitante às ocorrências patrimoniais apresentadas na Situação de Referência, incluídas na área de incidência do projecto, correspondente a uma faixa de 50 metros ao longo do traçado dos túneis e em que estes passam a profundidades inferiores a 20m, assim como na envolvente dos poços de ligação.

Quadro 2.1 - Síntese Geral da Avaliação de Impactes no Fator Património Cultural

N.º Ocorrência	INSERÇÃO NO PROJECTO	Caracterização de impactes																				
		Fase: Construção (C), Exploração (E); Incidência (In): indirecto (I), directo (D); Sentido (Se): negativo (-); positivo (+); Magnitude (Ma): baixo (B), médio (M), elevado (E); Significância (Sg): muito significativo (M), significativo (S), pouco significativo (P); Duração (Du): temporária (T); permanente (P); Probabilidade (Pr): pouco provável (PP), provável (P), certo (C); Reversibilidade (Re): reversível (R); irreversível (I); INI: impactes não identificados. (? = incerteza na atribuição)																				
		AI	ZE	Fase	In		Se		Ma			Sg			Du		Pr			Re		INI
					D	I	-	+	B	M	E	M	S	P	T	P	PP	P	C	R	I	
Ocorrências: 10, 19, 30, 72, 73, 74, 75, 76, 111	TMSA2			C		I	-		B					P	T		PP			R		
				E																		
Ocorrências: 35	TCB4			C		I	-		B					P	T		PP			R		
				E																		

Critérios utilizados na qualificação dos parâmetros de caracterização de impactes no Descritor Património

(os parâmetros indicados podem ter grau indeterminado no caso de a informação disponível sobre o projecto não permitir fazer tal qualificação)

Incidência (directo, indirecto): o impacte é directo se for provocado pela construção ou exploração do projecto e indirecto se for induzido por actividades decorrentes ou ligadas ao projecto.

Sentido (negativo, positivo): um impacte positivo ou benéfico decorre de uma acção que melhora o conhecimento ou o estado de conservação de uma ocorrência patrimonial. Um impacte negativo ou prejudicial traduz a destruição parcial ou total de uma ocorrência, a sua degradação, o ocultamento, ou uma intrusão na sua envolvente espacial.

Magnitude (elevada, média, reduzida): a magnitude do impacte depende do grau de agressividade de cada uma das acções impactantes e da susceptibilidade das ocorrências afectadas. A magnitude é elevada se o impacte for directo e implicar uma destruição total da ocorrência. É média se implicar uma destruição parcial ou a afectação da sua envolvente próxima. A magnitude é reduzida se traduzir uma degradação menos acentuada ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.

Significância (muito significativo, significativo, pouco significativo): os impactes são pouco significativos quando o projecto não provocar afectação de ocorrências de valor patrimonial; os impactes são significativos quando o projecto induzir afectação de ocorrências de valor patrimonial de carácter histórico, construído, arquitectónico, arqueológico, etnográfico ou cultural; serão

impactes muito significativos quando aquelas ocorrências possuírem valor a nível nacional ou internacional, ou, quando a extensão da área afectada for considerável a nível loco-regional.

Duração (temporária, permanente): a duração do impacte ou seja do efeito induzido pela acção impactante sobre a ocorrência patrimonial pode ser temporária ou permanente. Embora muitas causas possam ser temporárias ou seus efeitos negativos têm, em geral, carácter permanente. Porém um efeito do tipo ocultamento que após a sua cessação não degrade o estado de conservação da ocorrência patrimonial pode considerar-se temporário.

Probabilidade (certo, provável, incerto): o grau de certeza ou a probabilidade de ocorrência de impactes é determinado com base no conhecimento das características intrínsecas das acções impactantes, da sua localização espacial e do grau de proximidade em relação às ocorrências patrimoniais. A probabilidade é certa se a localização de uma parte de projecto coincide de forma negativa com a posição de uma ocorrência patrimonial.

Reversibilidade (reversível, irreversível): o impacte é reversível ou irreversível consoante os correspondentes efeitos permaneçam no tempo ou se anulem, a médio ou longo prazo, designadamente quando cessa a respectiva causa, durante o horizonte do projecto, ou, no caso de ser possível a avaliação da fase de desactivação, após as acções que a determinam.

2.2 SOLUÇÃO BASE

Das 140 ocorrências identificadas com base em pesquisa documental para a área de estudo, 52 localizam-se na área de incidência direta do projeto, para as propostas de traçado analisadas (TMSA2 e TCB4). Contudo, apenas se identificaram impactes nas ocorrências em que a distância a que passam os túneis, tanto no que respeita à distância em planta, como em profundidade, permitem pressupor impactes negativos, num total de dez ocorrências (ver Figuras 8 e 9), designadamente:

10 – Palácio dos Condes de Redondo;

19 – Prédio com os n.os 24-26 no Largo do Intendente, Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego;

30 – Museu militar;

35 – Biblioteca dos Amigos de Lisboa / (Antigo) Edifício industrial? / Rua do Açúcar, 86;

72 – (Antiga) Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego / Av. Almirante Reis, 6-6F; Almirante Reis, 6G- 6J; Trav. Cidadão João Gonçalves, 1-21; Largo do Intendente Pina Manique, 28-31;

73 – Conjunto arquitectónico – eixo urbano (parte) / Rua da Palma 290 a 298, Av. Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I;

74 – (Antigo) Convento do Desterro / Rua Nova do Desterro, 6-12 e Igreja de Nossa Senhora do Desterro / Rua Nova do Desterro - Hospital do Desterro;

75 - Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental, 1 a 27;

76 – Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar / Rua Antero de Quental 2 a 6;

111 – Conjunto arquitectónico.

2.2.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

De acordo com a profundidade e distância em planta a que ocorrem os trabalhos de escavação, considera-se assim não existir afetação negativa para a maioria das ocorrências identificadas. Por outro lado, pode haver alguma

afecção, eventualmente, devido à deposição de partículas, lama ou outros resíduos originados pelos trabalhos de construção, nos troços em vala aberta e nos poços de ligação, bem como pelas vibrações decorrentes desses trabalhos, sendo a afecção indirecta, negativa, de baixa magnitude, pouco significativa, de duração temporária, reversível e pouco provável. Esta potencial afecção é ainda minimizável pelo conjunto de medidas de minimização propostas.

TMSA2

Ocorrência **30** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 4.5 e 4.6 do túnel.

Ocorrências **19, 72, 73, 74, 75 e 76** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 3.1 e 3.25 do túnel, localizando-se também na proximidade das intervenções à superfície para abertura dos poços de ligação (poço de ligação da Avenida Almirante Reis).

Ocorrências **10 e 111** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.5 e 2 do túnel, localizando-se também na proximidade das intervenções à superfície para abertura dos poços de ligação (poços de ligação da Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano e Rua de Santa Marta).

Relativamente à Ocorrência **26-26a**, de categoria arqueológica, dada a profundidade a que decorrem os trabalhos de abertura do túnel nos troços da Cerca Fernandina atravessados não se prevêem afecções negativas.

TCB4

Ocorrência **35** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.08 e 1.2 do túnel.

2.2.2 FASE DE EXPLORAÇÃO

Os impactes associados à fase de exploração do Projecto não podem ser quantificados nesta fase, nem extensivamente avaliados, dado o desconhecimento dos impactes que tal fase poderá originar.

2.2.3 FASE DE DESACTIVAÇÃO

Os impactes associados à fase de desactivação do Projecto não podem ser quantificados nesta fase, nem extensivamente avaliados, dado o desconhecimento dos trabalhos que tal fase irá originar.

3. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Medidas de Minimização foram realizadas sobre as **Soluções de Traçado** (Solução Base). No **Quadro 3.1** apresenta-se uma síntese das Medidas de Minimização de carácter geral, respeitantes à totalidade das 140 ocorrências identificadas na situação de referência, e das Medidas de minimização específicas respeitantes às ocorrências patrimoniais onde se identificaram impactes.

3.2 MEDIDAS DE CARÁCTER GERAL

As medidas de minimização de carácter geral a seguir indicadas aplicam-se ao projecto tal como foi descrito e reportam ao **Quadro 3.1**:

MEDIDA 1. Na fase de Projecto de Execução, inclusão de todas as ocorrências identificadas no âmbito da Situação de Referência na Planta Síntese de Condicionantes no Caderno de Encargos da Obra;

MEDIDA 2. Na fase de Projecto de Execução deverá ser realizado previamente um levantamento do estado de conservação interior e exterior do património arquitectónico sobre o qual foram identificados impactes, mediante diagnóstico e documentação fotográfica, trabalho a ser realizado por um técnico credenciado;

MEDIDA 3. Na fase de Projecto de Execução devem acautelar-se os trabalhos que incidam nas zonas de descarga, previstas no interface ribeirinho de Lisboa, mediante uma pesquisa documental com base em fontes escritas, elaboradas no âmbito da vertente arqueológica náutica e subaquática, cartográficas e iconográficas, tendo como finalidade caracterizar historicamente antigas realidades defensivas, náuticas e/ou portuárias que eventualmente possam ter existido nas zonas em consideração;

MEDIDA 4. Na fase de Projecto de Execução devem ser avaliados os eventuais impactes e propostas medidas de minimização, caso se considerem necessárias, sobre os traçados das infra-estruturas a realizar entre os poços de ligação. Desconhecendo-se nesta fase as metodologias a utilizar nestas situações e considerando que poderão ser executadas em vala aberta ou com recurso a micro-tuneladora a profundidade indeterminada, em ambos os casos podendo afectar vestígios arqueológicos ocultos no subsolo, terão de se adoptar caso a caso as devidas medidas de minimização, designadamente, sondagens manuais de diagnóstico e/ou acompanhamento arqueológico;

MEDIDA 5. Na fase de Construção deve garantir-se o aconselhamento científico por especialistas em património construído (especialista em património construído) e em património industrial (especialista em arqueologia industrial) sempre que tal seja necessário;

MEDIDA 6. Na fase de Construção, perante o potencial interesse patrimonial da Área de Estudo deve fazer-se o Acompanhamento Arqueológico integral e contínuo das obras, sempre que estas implicarem remeximento e escavações a nível do solo / subsolo em níveis superficiais; em função do interesse dos vestígios detectados deve prever-se a execução de sondagens de diagnóstico e escavações arqueológicas integrais;

MEDIDA 7. Na fase de Construção, tendo como base o levantamento realizado em fase de Projecto de Execução (Medida 2) deve estabelecer-se um programa de monitorização periódica, de modo a evitar a duplicação da afectação de meios, tendo como finalidade controlar eventuais afectações, causadas pelos trabalhos associados ao projecto, sobre as ocorrências em que se identificaram impactes;

MEDIDA 8. Na fase de Construção, colocação de barreiras para minimizar a dispersão de partículas e lamas e rega da área de circulação, em dias secos, como previsto pelas boas práticas de obra e nas medidas de minimização para a qualidade do ar;

MEDIDA 9. Na fase de Construção/início da fase de exploração, deve-se garantir que após a conclusão desta fase o estado de conservação das ocorrências afectadas pelos trabalhos de construção (por vibrações, poeiras, lamas, circulação de máquinas e outras situações) não se degradou relativamente à situação anterior ao início dos trabalhos e caso se verifique ser necessário realizar trabalhos de limpeza e/ou de restauro.

Como acima referido, relativamente às ocorrências sobre as quais não se identificaram impactes propõem-se como medida de minimização a sua inclusão na Planta Síntese de Condicionantes no Caderno de Encargos da Obra.

Quadro 3.1 - Síntese das Medidas de Minimização no Fator Património Cultural

INCIDÊNCIA N.º Ocorrência	FASE	La Aj	PC	Pr	Ac	So Es	Co	Si	Rg	Vi Mo	Va	Ou	NM
Geral	Projecto		PC (1)						Rg (2)			Ou (3,4)	
	Construção				AC (6)					Mo (7,8,9)		Ou (5)	
	Exploração												NM
	Desactivação												NM
TMSA2 - Especificas Ocorrências: 10, 19, 30, 72, 73, 74, 75, 76, 111	Projecto		PC (1)										
	Construção				AC (6)					Mo (7,8,9)			
	Exploração												
TCB4 - Especificas Ocorrências: 35	Projecto		PC (1)										
	Construção				AC (6)					Mo (7,8,9)			
	Exploração												NM
Ocorrência: 26a	Projecto		PC (1)										
	Construção				AC (6)								
	Exploração												NM

Legenda

La = localização alternativa; **Aj** = ajustamento do Projecto; **PC** = inclusão em planta de condicionantes; **Pr** = Prospeção; **Ac** = acompanhamento da obra por arqueólogo; **So** = sondagens arqueológicas – **Ma** = Manuais, **Mc** = Mecânicas; **Es** = escavações arqueológicas; **Co** = conservação *in situ*; **Si** = sinalização em obra; **Rg** = registo documental; **Vi** = vigilância; **Mo** = Monitorização; **Va** = valorização; **Ou** = outras medidas; **NM** = não se propõem medidas de minimização.

3.3 SOLUÇÃO BASE – MEDIDAS ESPECÍFICAS

As medidas de minimização propostas encontram-se sintetizadas no **Quadro 3.1** e posteriormente desenvolvidas segundo as diversas fases do projecto.

As Medidas de Minimização propostas para esta fase englobam dez ocorrências localizadas em zonas próximas das áreas de abertura de poços de ligação e/ou no eixo do traçado do túnel em locais onde este passa a profundidades inferiores a 20m (ver Figuras 8 e 9).

3.3.1 FASE DE PROJECTO DE EXECUÇÃO

Propõem-se as seguintes medidas de minimização, relativamente às seguintes ocorrências:

TMSA2

Medida 1: Ocorrência **30** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 4.5 e 4.6 do túnel; Ocorrências **19, 72, 73, 74, 75 e 76** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 3.1 e 3.25 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação; Ocorrências **10 e 111** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.5 e 2 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação.

Medida 2: Ocorrência **30** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 4.5 e 4.6 do túnel; Ocorrências **19, 72, 73, 74, 75 e 76** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 3.1 e 3.25 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação; Ocorrências **10 e 111** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.5 e 2 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação.

TCB4

Medida 1: Ocorrência **35** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.08 e 1.2 do túnel.

Medida 2: Ocorrência **35** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.08 e 1.2 do túnel.

3.3.2 FASE DE CONSTRUÇÃO

Propõem-se as seguintes medidas de minimização:

TMSA2

Medida 6: Ocorrências **19, 72, 73, 74, 75 e 76** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 3.1 e 3.25 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação; Ocorrências **10 e 111** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.5 e 2 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação; Ocorrência **26a** é atravessada pelo túnel ao Km 4.5 estando na proximidade do troço ribeirinho em vala a céu aberto.

Medida 7: Ocorrência **30** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 4.5 e 4.6 do túnel; Ocorrências **19, 72, 73, 74, 75 e 76** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 3.1 e 3.25 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação; Ocorrências **10 e 111** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.5 e 2 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação.

Medida 8: Ocorrência **30** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 4.5 e 4.6 do túnel; Ocorrências **19, 72, 73, 74, 75 e 76** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 3.1 e 3.25 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação; Ocorrências **10 e 111** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.5 e 2 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação.

Medida 9: Ocorrência **30** encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 4.5 e 4.6 do túnel; Ocorrências **19, 72, 73, 74, 75 e 76** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 3.1 e 3.25 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação; Ocorrências **10 e 111** encontram-se abrangidas pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.5 e 2 do túnel, sendo também afectados pela abertura dos poços de ligação.

TCB4

Medida 6: Ocorrência 35 encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.08 e 1.2 do túnel estando na proximidade do troço ribeirinho em vala a céu aberto.

Medida 7: Ocorrência 35 encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.08 e 1.2 do túnel.

Medida 8: Ocorrência 35 encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.08 e 1.2 do túnel.

Medida 9: Ocorrência 35 encontra-se abrangida pela Área de Incidência do Projecto, nomeadamente entre os Km 1.08 e 1.2 do túnel.

3.3.3 FASE DE EXPLORAÇÃO

Com referência à informação disponível, não se propõem medidas de minimização nesta fase.

A título informativo, no **Quadro 3.2** definem-se as medidas-tipo de aplicação relevante neste descritor, embora apenas algumas sejam aplicáveis ao projecto vertente.

Quadro 3.2 - Medidas de Minimização (Conceitos).

MEDIDA	FASE	DEFINIÇÃO
Planta de condicionantes da obra	Concurso	Inclusão das ocorrências de interesse patrimonial, identificadas neste relatório em planta de condicionantes do caderno de encargos da obra.
Prospecção (arqueológica)	Projecto de execução, construção	As áreas funcionais da obra (estaleiros, depósitos de terras, áreas de empréstimo, outras áreas) deverão ser prospectadas, antes do início da obra.
Acompanhamento (arqueológico)	Construção	Observação, por arqueólogo, das operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatação e decapagens superficiais em acções de preparação ou regularização do terreno) e a escavação no solo e subsolo. Os resultados deste acompanhamento podem determinar a adopção de medidas de minimização específicas (registo, sondagens, escavações arqueológicas, etc). Os achados móveis efectuados no decurso desta medida deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.
Conservação	Construção, exploração	As ocorrências imóveis identificadas no decurso deste estudo ou que sejam reconhecidas durante o acompanhamento da obra devem, tanto quanto possível e em função do seu valor patrimonial, ser conservadas (mesmo que de forma passiva) de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação actual. No decurso da obra esta medida pode traduzir-se na

delimitação e sinalização de áreas de protecção às ocorrências a conservar.		
Escavações e sondagens arqueológicas	Projecto de execução, construção	Execução de sondagens e/ou escavações arqueológicas ou outros estudos (históricos, etnológicos, etc), destinadas a obter informação que permita determinar o estado de conservação, a funcionalidade e o interesse científico dos sítios e monumentos em causa. Os resultados dessas pesquisas aconselharão, ou não, a valorização dos respectivos sítios e a publicação dos resultados sob a forma de monografia devidamente ilustrada.
Registo (documental)	Construção	Esta acção consiste na representação gráfica e fotográfica e na elaboração de memória descritiva (para memória futura) das ocorrências de interesse patrimonial que possam ser destruídas em consequência da execução do projecto ou sofrer danos decorrentes da proximidade em relação à frente obra. O levantamento topográfico deve ser realizado sempre que se considerar necessário para uma correcta implantação e representação da ocorrência.
Sinalização	Construção	Nas proximidades da frente obra deverão ser delimitadas com fita sinalizadora todas as ocorrências de interesse patrimonial, passíveis de afectação, mesmo que indirecta, na fase de construção (nomeadamente devido à circulação de máquinas, à instalação de áreas de depósito ou outras). Pretende-se, desta forma, minorar ou evitar danos involuntários e garantir a conservação dessas ocorrências.
Valorização	Exploração	A valorização patrimonial abrange um conjunto de medidas relacionadas com o estudo, a fruição pública (turístico-didáctica) e a conservação activa, <i>in situ</i> , das ocorrências de maior interesse patrimonial. Considera-se adequado que estas medidas sejam promovidas em iniciativa de parceria entre o dono-da-obra e a autarquia local.
Vigilância	Exploração	Vigilância regular do estado de conservação dos elementos de maior interesse patrimonial identificados na AI do projecto. A execução desta medida compete ao dono-da-obra, com obrigatoriedade de comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados.
Monitorização	Exploração	Monitorização periódica do estado de conservação das principais ocorrências patrimoniais situadas na Área de Estudo do projecto. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono-da-obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico.
Outras Medidas	Desactivação	Na fase de desactivação devem ser adoptadas as medidas necessárias para a salvaguarda do património, em consonância com o plano de desactivação proposto.

4. LACUNAS TÉCNICAS OU DE CONHECIMENTO

Vestígios arqueológicos podem encontrar-se ocultos no solo/subsolo, sendo apenas passíveis de serem detectados na fase de construção, para as escavações a realizar à superfície, no âmbito do acompanhamento arqueológico proposto.

Detectam-se lacunas técnicas, por parte da equipa de arqueologia, no que concerne à dinâmica da propagação das vibrações derivadas do Projecto, tanto na fase de construção como na fase de exploração, bem como dos reais impactes que estas terão a nível de afectação da integridade física do património arquitectónico.

5. PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

Estabelece-se um Programa de Monitorização para as situações em que se considera relevante a existência destes programas, focando os parâmetros a monitorizar, a sua periodicidade, locais propostos, e aspectos de conteúdo dos relatórios que devem ser salvaguardados, em cumprimento do disposto no Anexo V da Portaria 330/2001, de 2 de Abril.

5.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

Justificação

A execução do Projecto: 1) poderá afectar a estabilidade do património arquitectónico, devido aos eventuais assentamentos e à propagação de vibrações provocadas trabalhos afectos ao projecto; 2) poderá afectar património arqueológico oculto no solo/subsolo; 3) implicará a afetação estrutural de património arquitectónico.

Objectivos

Acompanhamento Arqueológico dos trabalhos de escavação; Registo gráfico, fotográfico descritivo e levantamento topográfico do património arquitectónico.

Vistoria e registo do estado de conservação do património arquitectónico, numa envolvente até 50 m podendo ser alargada em situações em que se justifique. Este plano de instrumentação e o programa de vistoria deverão ser desenvolvidos por especialistas, e deverão prever, uma fase de levantamento prévio e pormenorizado do estado de conservação de todas as estruturas. A sua duração deverá prolongar-se por toda a fase de construção/início da exploração. A monitorização dos edifícios deverá ser efetuada com o faseamento da escavação e a distância à frente de obra. A cessação da monitorização na fase de exploração enquadra-se numa situação de verificação do cumprimento dos níveis de assentamento e vibração que não danificam as estruturas em causa, podendo prolongar-se, em caso de necessidade, para situações pontuais.

Considera-se, assim, que este plano/programa vistoria e monitorização cumpre os objectivos pretendidos no âmbito do seguimento dos efeitos dos assentamentos e das vibrações no património.

Parâmetros a monitorizar

Vestígios arqueológicos que possam ocorrer no solo/subsolo durante o acompanhamento da escavação e património arquitectónico;

Monitorização do estado em que se encontra o património arquitectónico num corredor com cerca de 50m centrado no eixo do túnel, executado por um técnico especializado.

Locais de amostragem, leitura ou observação

Todas as ocorrências localizadas na área de afectação da obra.

Técnicas, métodos analíticos e equipamentos necessários

Acompanhamento dos trabalhos por um Arqueólogo, nomeadamente das operações de escavação e demolição a céu aberto;

Registo fotográfico e descritivo dos trabalhos efectuados diariamente;

Registo gráfico, fotográfico, descritivo e levantamento topográfico do património;

Monitorização do estado actual do património arquitectónico em fase prévia ao início dos trabalhos e implementação de plano de monitorização periódico durante a fase de construção;

Acções de formação dos Responsáveis Técnicos do Projecto, dos encarregados da obra e dos manobreadores de máquinas, para que possam identificar a existência de elementos arqueológicos durante a escavação à superfície nas zonas com potencial arqueológico relevante, e contribuir para a protecção e preservação de eventuais vestígios arqueológicos identificados no decurso dos trabalhos.

Frequência de amostragem, leitura ou observação

O Arqueólogo responsável deverá permanecer na obra sempre que os trabalhos em curso impliquem escavação e /afecção de património arqueológico;

Deverá estabelecer-se um programa de monitorização periódico do património arquitectónico, precedido de relatório descritivo dos resultados observados.

Duração do programa

O programa deverá ser mantido durante a fase de construção, e até início da exploração no que ao efeito dos assentamentos e das vibrações diz respeito. A cessação da monitorização na fase de exploração enquadra-se numa situação de verificação do cumprimento da não afecção das estruturas em causa, podendo prolongar-se, em caso de necessidade, para situações pontuais.

Critérios de avaliação de desempenho

- (1) Não detecção de vestígios arqueológicos nem de danos no património construído, traduzindo-se no cumprimento dos objectivos estabelecidos;
- (2) Detecção atempada de vestígios de ocupação arqueológica e a sua preservação, bem como a detecção de danos no património arquitectónico e sua reparação, a que corresponde a suplantação dos objectivos estabelecidos;
- (3) Destruição de vestígios arqueológicos e detecção tardia de danos no património arquitectónico, a que corresponde o não cumprimento dos objectivos estabelecidos.

Causas prováveis do desvio

- i. Não detecção dos vestígios arqueológicos, nem de danos nos imóveis, embora tenham ocorrido;
- ii. Detecção de vestígios arqueológicos e de danos no património edificado numa fase tardia.

Medidas de gestão ambiental a adoptar em caso de desvio

- i. Reforço da formação do encarregado, responsável técnico e manobreadores, no sentido de melhor identificarem outros vestígios que possam vir a surgir;
- ii. Aumento da frequência monitorização e acompanhamento arqueológico;
- iii. Informação das entidades competentes, avaliação dos vestígios e de danos detectados, propostas de acções a tomar para melhor caracterização e salvaguarda dos vestígios e para reparação dos danos nos imóveis.

5.2 FASE DE EXPLORAÇÃO

Como referido, a cessação da monitorização de vibrações na fase de exploração enquadra-se numa situação de verificação do cumprimento da não afecção das estruturas em causa, podendo prolongar-se, em caso de necessidade, para situações pontuais.

Fernando Jorge Robles Henriques
Arqueólogo coordenador

6. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

BIBLIOGRAFIA

4RS/Câmara Municipal de Lisboa (2017): Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030.

AA.VV. (2002): Património Metropolitano. Inventário Geo-referenciado do Património da Área Metropolitana de Lisboa, CD, Junta Metropolitana de Lisboa, Lisboa.

ARQUEOHOJE (2016a): Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Santa Apolónia. Sondagens Arqueológicas. Relatório Preliminar 1.

ARQUEOHOJE (2016b): Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Santa Apolónia. Sondagens Arqueológicas. Relatório Preliminar 2.

BLOT, Maria Luísa (2003): “ Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio- Marítimas em Portugal”, *Trabalhos de Arqueologia*, 20, Instituto Português de Arqueologia.

CARDOSO, João Muralha (1988a): “Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa”, Lisboa. Revista Municipal, Ano XLIX, 2.ª Série, N.º 23, 1.º Trimestre, Câmara Municipal de Lisboa - D. S. C. C., Lisboa, p. 3-15.

CARDOSO, João Muralha (1988b): “Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa”, Lisboa. Revista Municipal, Ano XLIX, 2.ª Série, N.º 24, 2.º Trimestre, Câmara Municipal de Lisboa - D. S. C. C., Lisboa, p. 3-25.

FERREIRA, Fátima C. G.; CARVALHO, José S.; PONTE, Teresa N., coord. (1987): Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa, Associação de Arquitectos Portugueses, Lisboa.

FRANÇA, José Augusto (1989): A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina. Biblioteca Breve, Volume 12, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, Amadora.

HENRIQUES, Fernando J. Robles (2015): *Sondagens Arqueológicas Realizadas em Imóvel Situado no Largo do Intendente, n.º 40 – 42, e Travessa da Cruz aos Anjos, n.º 19 – 21 (Lisboa)*, Relatório da Intervenção arqueológica.

PAIS, J.; et all. (2006): Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, Folha 34-D Lisboa, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.

PEREIRA, André; HENRIQUES, Fernando J. Robles; ANTÓNIO, Telmo (2016): *Rua do Arco da Graça, 2 – 4 (Santa Maria Maior, Lisboa)*, relatório das sondagens arqueológicas realizadas no âmbito de um licenciamento de Obras de Reconstrução, Alteração e Ampliação de um Edifício.

ZBYSZEWSKI, G. (1963): Carta Geológica dos Arredores de Lisboa – Notícia Explicativa da Folha 4 – Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa.

CARTOGRAFIA

Carta Geológica de Portugal, folha 34D Lisboa, escala 1:50000, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa, 1993.

Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 431 (Lisboa), Instituto Geográfico do Exército, Lisboa.

Planta Topográfica de Lisboa, 1904 – 1910, folhas 5C, 6C, 7C, 8C, 6D, 7D, 8D, 7E, 7F, 7H, 7I e 7J, sob a direcção de Júlio António Vieira da Silva Pinto, Arquivo Municipal de Lisboa (de consulta na Internet).

Relatório sobre a Avaliação do Fator Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental de
Dois Túneis de Drenagem de Lisboa

PLANOS

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, 1.^a Fase. Análise e Diagnóstico da Situação de Referência. Anexo Temático 8 – Usos e Ocupação do Domínio Hídrico, Ministério do Ambiente, Lisboa, 2001.

Plano Director Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

SÍTIOS DA INTERNET

Arquivo Municipal de Lisboa: arquivomunicipal.cm-lisboa.pt

Câmara Municipal de Lisboa (CML): www.ulisses.cm-lisboa.pt

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN): www.monumentos.pt

Direcção Geral do Património Cultural (DGPC): www.patrimoniocultural.gov.pt

Exército Português: www.exercito.pt/bibliopac

Instituto Português do Património Architectónico (IPPAR): www.ippar.pt

Junta de Freguesia de Santa Maria Maior: www.jf-santamariamaior.pt/

7. ANEXOS

7.1 FIGURAS

Fig. 1 - Localização dos traçados sobre extracto da Carta Militar de Portugal.

Fig. 2 - Localização dos traçados em ortofotomapa.

Fig. 3 – Níveis de intervenção arqueológica nos traçados a percorrer.

Fig. 4 - Localização dos traçados e Ocorrências sobre extracto da Carta Militar de Portugal.

Fig. 5 - Localização dos traçados e Ocorrências em ortofotomapa.

Fig. 6 - TMSA2. Ocorrências patrimoniais identificadas no decurso da pesquisa documental sobre Planta de Projecto.

Fig. 7 - TCB4. Ocorrências patrimoniais identificadas no decurso da pesquisa documental sobre Planta de Projecto.

Fig. 8 - TMSA2. Ocorrências patrimoniais onde se identificaram impactes e propuseram medidas de minimização, sobre Planta de Projecto.

Fig. 9 - TCB4. Ocorrências patrimoniais onde se identificaram impactes e propuseram medidas de minimização, sobre Planta de Projecto.